

Valéria da Conceição Chaves

O ESTADO NOVO ENTRE TEXTOS E IMAGENS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas/ Linha de Pesquisa: Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck

**Juiz de Fora
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Valéria da Conceição Chaves

O ESTADO NOVO ENTRE TEXTOS E IMAGENS

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck (orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora / MG

Prof.^a Dr.^a Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino
Universidade Federal de Juiz de Fora / MG

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Costa Alves
Universidade Federal Fluminense / RJ

Juiz de Fora
22/03/2006

Dedicatória

Aos meus pais, Pedro e Geralda,
meus tesouros, a quem devo tudo que sou.

Aos meus irmãos, Adilson, Adélia, Gabriela
e Flávia, minhas pérolas de amizade e amor.

Aos meus avós, Antônio e Bina,
minhas saudades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força que transforma o mundo.

A toda minha família, em especial aos meus avós Jarbas e Tiana e aos tios Aparecida, Maria, Ana, Sandra, Divino, José, Libério, Dirceu, Joel e seus cônjuges, por acreditarem tanto em mim.

A Lola, minha orientadora, que desempenhou um papel fundamental em todas as fases deste trabalho, pelos ensinamentos acadêmicos e de vida.

A Fernandinha, pelo exemplo, pelas palavras, pelo carinho, pela paciência em ensinar as novas tecnologias e principalmente pela enobrecedora amizade.

À Eliana (Sucka), Javer, Josiane, Juliana, Lígia, Luciana, Renata (Barbie), Renata Maciel, Tatiana e Terezinha amigos sempre presentes apesar das distâncias.

As professoras Vanda Arantes do Vale e Gustamara Freitas, pelas palavras de carinho e incentivo.

À Fapemig, pelo apoio recebido nos últimos meses, sem o qual seria impossível a realização deste trabalho.

Ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, pelo acesso às fontes.

A minha turma de mestrado, com um agradecimento especial à Rosana, que muito contribuiu através de suas leituras, conversas e sugestões.

Aos meus anjos: Getúlio, Paulinha, Jane e José Ribeiro, por me salvarem das ciladas da computação, além da amizade e do carinho.

A todos do Nesce, em especial ao Grupo de Pesquisa “O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora/MG: Pioneirismo, Organização e Expansão”, com quem dividi alegrias e informações.

Ao professor Pedro Moreira, meu conterrâneo, que se empenhou na revisão lingüística deste trabalho.

Aos professores componentes da banca examinadora, pelas valiosas contribuições.

Ao professor Paulo Roberto Curvelo Lopes, por me receber incondicionalmente.

A todos aqueles que de alguma forma participaram desta conquista e também mereciam ser citados, minha gratidão e o meu pedido de desculpas.

A todos vocês, muito obrigada!

Ela está no horizonte, me aproximo dois passos e ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve, então a utopia? Serve para isso, para fazer caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

Este estudo analisa os textos e imagens apresentados nos opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, ambos editados entre 1937 e 1945, período conhecido como Estado Novo.

O objetivo da pesquisa foi perceber como o uso das analogias e metáforas apresentadas nos opúsculos divulgou as ações de Vargas e os valores idealizados pelo Estado Novo, observando também se o discurso expresso nesses iconotextos viabilizava o entendimento do projeto político do período.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se da metodologia de pesquisa qualitativa com abordagem histórica. Tendo em vista as inúmeras influências que permearam o processo de escrita e editoração dessas obras. O estudo realizado sobre a imagem possibilitou compreendê-la em seus vários aspectos, enquanto a análise do discurso serviu para compreender os elementos empregados na construção da mensagem.

Foi também realizado um levantamento bibliográfico para compreender a história social e política do período. A contextualização registra um período da história política do Brasil, como também ajuda a esclarecer, ao longo da pesquisa, o modo como os fatos políticos foram retratados pelos opúsculos.

A análise desses opúsculos permite afirmar que tais impressos serviram como meio de propagandear o Estado Novo, devido a forma com que esses iconotextos descrevem a vida do presidente e seu governo, incitando os sentimentos de civilidade e patriotismos tão apreciados por esse governo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo, propaganda, educação, textos e imagens.

ABSTRACT

The following study analyzes the texts and pictures presented in the books “Getúlio Vargas para crianças” and “Brasileiros, ouvi!”, both published between 1937 and 1945, a period known as Estado Novo. The objective of the research has been to understand how the use of analogy and metaphor presented in the books divulged the policies of Vargas government and the values that were idealized by “Estado Novo”, observing if the speech found in these “iconotextos” (information containing text and pictures) allowed the political project of this period to be understood. In view of the several influences that permeated the process of writing and publishing of such works, the analysis of speech was used in order to comprise the elements used in the building of conveyed messages by the mentioned works, as well as a bibliographical survey to present the period in a historical way. To develop such work a qualitative research methodology with historical approach has been used. The paperwork presents two main points: the historical contextualization and picture characterization. The contextualization shows a period of Brazilian political history and also helps clarify through the text the way political events were portrayed in the book as well. However, the study conducted about pictures enable us to understand them as a resource applied to build a message. The analysis of these books allow us to state that such publications would be means of advertising the “Estado Novo” due to the way these “iconotextos” portray the private and public life of the president, arousing feelings of “civility” and patriotism so appreciated by his administration.

Key words: Estado Novo, advertisement, texts and pictures.

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1 A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NOVA.....	17
1.1 O processo de construção da República Nova.....	20
1.2 Da estruturação do governo Vargas em 1930 à instalação do Estado Novo.....	35
1.3 O Governo Vargas: 1937-1945.....	44
2 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	53
2.1 Estratégias metodológicas.....	57
2.2 A Ideologia.....	59
2.3 A Imagem.....	66
2.4 O Discurso.....	79
3 A “OBRA GETULIANA”: UM CONTRAPONTO.....	86
3.1 Descrição do <i>layout</i> , pelos temas arrolados por imagens que comporiam as partes projeto “Obra getuliana”.....	91
3.2 Considerações parciais sobre a “Obra getuliana” e os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.....	93
4. AS PUBLICAÇÕES ESCOLARES No ESTADO NOVO.....	95
4.1 Uma classificação para as publicações “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.....	96
4.2 A Propaganda.....	101
5 Uma temática, duas produções: “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.....	110
5.1 “Brasileiros, ouvi!”.....	112
5.2 “Getúlio Vargas para crianças”.....	118
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXOS.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AD	Análise do discurso
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CNLI	Comissão Nacional de Literatura Infantil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Propaganda
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória (Colégio Pedro II)
OGV	Obra Getúlio Vargas
ONU	Organização das Nações Unidas
SD	Serviço de Divulgação
SIPS	Serviço de Inquéritos Políticos Sociais
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDF	Universidade do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a imagem tem sido utilizada como um instrumento de linguagem. As pinturas rupestres são um bom exemplo da importância da linguagem visual como forma de registro das atividades humanas antes do surgimento da escrita. Mesmo depois do surgimento desta, a linguagem visual continuou sendo um meio para registrar situações do cotidiano ou episódios específicos, como é o caso dos álbuns de casamento, das charges, ou das pinturas históricas.

Além de servir como um registro, a imagem ainda pode ilustrar e informar, possibilitando até mesmo a inclusão da linguagem textual na sua representação através de rótulos, legendas ou inscrições, transformando-se num iconotexto.¹ (BURKE, 2004)

Os iconotextos apresentados num livro podem servir tanto para ilustrar, quanto para acrescentar informações ao texto, podendo, nesse caso, contrariar ou reforçar a linguagem textual. Essa complexidade da imagem possibilitou o surgimento de estudos como a semiótica e a iconografia. A primeira estuda os signos e os sistemas de significação da imagem, enquanto a segunda visa interpretar a mensagem apresentada através das representações visuais.

Portanto, as imagens possuem um discurso próprio e é preciso aprender a desvendá-las para descobrir sua verdadeira função, uma vez que elas podem reproduzir ou apenas simular uma circunstância ou acontecimento.

¹Iconotexto é descrito por Burke como o texto que utiliza de imagens visuais reforçadas com textos didáticos. (BURKE, 2004)

Isso pode ser verificado nas imagens ou iconotextos apresentados nos livros didáticos, já que a leitura crítica dessas imagens pode induzir o leitor a novas interpretações sobre aquilo que é descrito pelo texto.

Este aspecto da imagem remete à minha trajetória profissional, pois há aproximadamente dez anos venho interrogando sobre o uso e a importância das imagens nos livros didáticos.

Nesse período, o exercício do magistério proporcionou-me duas experiências distintas com relação ao uso das imagens nos livros didáticos. Na primeira, pude lidar com as séries iniciais do ensino fundamental, enquanto a segunda refere-se ao período em que lecionei a disciplina História para as séries finais do ensino fundamental. Em ambas situações, pude constatar a importância dada ao livro como recurso didático. No entanto, a ênfase oferecida às imagens que compõem o livro em cada uma dessas etapas do ensino é diferenciada, uma vez que entre os professores das séries iniciais do ensino fundamental existe um consenso em iniciar qualquer leitura ou interpretação dos textos pela linguagem visual e a maioria dos outros professores apresenta uma grande resistência em relação ao uso das imagens, limitando-se a descrevê-las, ou ignorando-as por completo, toda vez que elas surgem no corpo do texto.

Essas diferenças no trato com a imagem chamaram minha atenção, até mesmo por minhas próprias dificuldades em lidar com elas. Por isso, desde a graduação comecei a me interessar por leituras que tratavam desse aspecto. Após o ingresso no curso de História, as reflexões surgidas durante seminários apresentados em algumas disciplinas como, por exemplo, História da Arte, proporcionaram-me a oportunidade de ter acesso a uma diversidade de leituras que tratavam da imagem. A partir das leituras e reflexões realizadas nesse período,

comecei a perceber a imagem como um importante recurso utilizado para a propaganda desenvolvida pelo governo Vargas para legitimar-se durante os golpes contra o Estado, entre 1930 e 1945.

Esse foi o percurso que deu origem ao pré-projeto dessa pesquisa, visando compreender a Educação no primeiro governo de Vargas (1930-1945), através de textos e imagens apresentados nos livros didáticos.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação permitiu que novas reflexões fossem realizadas acerca do projeto, uma vez que pude participar do Grupo de Estudos “O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora/MG: Pioneirismo, Organização e Expansão”, também coordenado pela orientadora desse trabalho, onde pude trocar diversas informações sobre o desenvolvimento de uma pesquisa.²

Assim, a pesquisa que inicialmente pretendia compreender a Educação e o primeiro governo de Vargas (1930-1945), delimitou-se ao período conhecido como Estado Novo, com o objetivo de perceber como o uso das analogias e metáforas apresentadas nos opúsculos divulgou as ações de Vargas e os valores idealizados pelo Estado Novo, observando também se o discurso expresso nos textos e imagens apresentados nesses impressos serviram como instrumentos para promover e propagandear o projeto político varguista.

A escolha pelos opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi”, resultou de uma pesquisa ao acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas e sua importância está no fato de ambos terem sido produzidos entre 1937 e 1945 e tratarem da mesma temática: as ações de Vargas e seu governo.

² É por considerar todas essas contribuições, que esse trabalho está estruturado na primeira pessoa do plural.

O recorte temporal delimitando essa pesquisa ao período de 1937 a 1945 leva em consideração a importância deste período que na estrutura política ficou conhecido como ditatorial. Além disso, foi na década de trinta que o Estado criou departamentos específicos para o uso racional da propaganda na divulgação de suas ações. A criação de departamentos, tal qual o Departamento de Imprensa e Propaganda (Dip), intensificou o uso dos meios de comunicação em prol dos órgãos governamentais. Para isso foram utilizados, a imprensa escrita e falada, o teatro, o cinema, etc., bem como, foram organizados eventos e comemorações contando com a participação das massas populares, onde o foco central das apresentações estava em torno da apresentação do presidente Getúlio Vargas.

Dentre esses meios de comunicação, gostaríamos de destacar a imprensa escrita, responsável pela elaboração de livros e folhetos, como “Brasileiros, ouvi!” e “Getúlio Vargas para crianças”, apresentados neste trabalho. A produção desse tipo de material está diretamente relacionada aos objetivos do Dip que visava, através da propaganda criar uma atmosfera de aprovação popular em relação ao governo.

Portanto, a criação desses opúsculos serve ao Estado Novo como veículo de divulgação e promoção da imagem do presidente Vargas e seu governo.

No entanto, não basta apreciar as obras selecionadas. É necessário contextualizar seus espaços de criação, divulgação e circulação. Através desta compreensão, é possível visualizar o processo e as condições de produção das obras, através do trajeto e das relações descritas entre autor, Estado, produção gráfica e leitor.

No início do século XX, o Brasil contava com a existência de poucas editoras e gráficas, precisando, por isso, enviar a maioria das obras para serem

impressas em editoras portuguesas ou francesas, o que contribuiu muito com o fato de não existirem, no período, normas para a impressão como: indicação de autor, ano de produção, editora, etc., dificultando a realização dessa pesquisa. Além disto, nas escassas escolas do país a idéia de possuir uma biblioteca com acervo catalogado, capaz de fornecer dados que indicassem a utilização destas obras, é ainda uma utopia (salvo algumas exceções), o que limitou a pesquisa em alguns aspectos, já que não foi possível identificar, por exemplo, os espaços de leitura destas obras. Diante da ausência de registros capazes de identificar esses espaços de circulação, foi preciso concentrar a pesquisa nos iconotextos oferecidos pelas obras, apresentando-os e discutindo cada um de seus aspectos.

Para isso, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro intitulado “A construção da República Nova”, apresentamos um apanhado geral das questões políticas, econômicas e sociais que marcaram o primeiro governo de Vargas desde a sua instalação com a “Revolução de 30”, até a sua deposição, em 1945, dando um enfoque especial ao Estado Novo. No segundo, são discutidas as questões teórico-metodológicas, nele estão apresentados os caminhos percorridos no desenvolvimento da pesquisa e uma análise sobre as diferentes formas com que a imagem pode ser apresentada e utilizada, isto porque em nossa análise exploramos tanto o texto escrito quanto o texto visual.

No terceiro capítulo denominado “A Obra getuliana: um contraponto”, apresentamos o trabalho de Aline Lopes de Lacerda, a respeito do projeto elaborado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no final dos anos 30. Esse projeto pode ser considerado um contraponto aos opúsculos analisados, porque a descrição do *layout* dos temas arrolados pelas imagens que comporiam suas partes

possui uma similaridade muito grande com os temas apresentados nos iconotextos que compõem os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.

O quarto capítulo: “Sobre as publicações escolares”, situa as condições de produção e circulação dos opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”. Nele construímos um quadro onde visualizamos o contexto em que as duas obras foram produzidas, partindo, para uma análise detalhada das mesmas.

Por fim, a análise dos iconotextos permitiu constatar como suas características o uso de uma linguagem clara, objetiva, acompanhada de pequenos textos escritos e ilustrações, ou seja, elementos utilizados para veicular de forma atrativa suas mensagens. Essas mensagens por sua vez, possuem um caráter nitidamente propagandístico da imagem de Vargas e seu governo, ratificando a existência de uma política efetiva de propaganda do Estado, a partir da década de trinta.

1 A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NOVA

À República Velha estaria reservado um papel implícito de referencial, a partir do qual a imagem do governo Vargas seria diferencialmente construída, tendo em vista o ideal de progresso presente num processo de construção.

Aline Lacerda

O nosso objetivo ao longo desse capítulo é realizar um apanhado geral das principais questões que envolveram o primeiro governo de Vargas (1930 a 1945), tendo em vista a necessidade de contextualizar o período em que foram produzidas as obras “Getúlio Vargas para Crianças” e “Brasileiros, Ouvi!”.

Na primeira parte, enfocamos, principalmente, o processo de transição capitalista brasileiro até o pronunciamento do Estado Novo, na segunda, descrevemos o caminho percorrido entre os primeiros anos do governo de Vargas até o Estado Novo, enquanto na terceira parte, apresentamos as principais transformações ocorridas durante o Estado Novo, situado no período que vai de 1937 a 1945, com o propósito de reconstruir historicamente o período e relacioná-lo aos iconotextos analisados.

A Segunda República, ou República Nova, teve início com o movimento denominado “Revolução de Trinta”. Nesse período podemos observar a construção de um discurso nacionalista valorizando a centralização do poder, bem como a personificação dos interesses nacionais na imagem do presidente da República.

A invenção histórica do conceito de “nação” é muito recente e, para compreendê-lo, recorreremos ao trabalho de Marilena Chauí, “O Mito Fundador”

(CHAUÍ, 2004), onde a construção desse conceito é discutida com riqueza de detalhes.

Nação é uma palavra originada de um verbo latino, *nascor* (nascer) e de um substantivo derivado desse verbo, *natio*, ou nação, que significa o nascimento de uma ninhada (CHAUÍ, 2004, p. 14) Por isso, a denominação “nação” é utilizada para designar os indivíduos nascidos num mesmo lugar.

Segundo Chauí (2004), no início da Idade Média a Igreja passou a usar a palavra *nationes* (nações), no plural, para se referir aos pagãos.

Por isso, enquanto a palavra “povo” significava um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, a palavra “nação” era utilizada para descrever não só os pagãos, mas também os estrangeiros e os grupos de indivíduos que não possuíam um estatuto civil e político.

Os portugueses, por sua vez, chamavam os judeus de “homens da nação” e se referiram aos indivíduos da América colonizada como “nações indígenas”. (CHAUÍ, 2004, p. 15)

Portanto, as palavras “povo” e “nação” descreviam conceitos diferentes. Enquanto “nação” era um conceito biológico, “povo” era um conceito jurídico-político, assim, antes da invenção histórica do conceito de nação como um estado político, ou Estado-nação, os termos empregados para esta definição eram “povo” e “pátria”. (CHAUÍ, 2004)

A partir das revoluções ocorridas no século XVIII (Norte-americana, Holandesa e Francesa) a palavra pátria passou a designar o território “cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente”. (CHAUÍ, 2004, p. 16)

Durante esse tempo, “nação” continuava sendo um termo utilizado apenas para designar os índios, os negros e os judeus.

Conforme Chauí (2004), a palavra “nação” adquiriu diferentes significados ao longo do tempo. Num primeiro momento ela esteve relacionada com a idéia de território, depois com a raça, a religião e a língua, para só então vincular-se à definição de um conjunto de lealdades políticas.

De fato, o processo histórico de invenção da nação leva-nos a refletir sobre a transformação da idéia de “caráter nacional”, abrangendo os movimentos de Independência e Proclamação da República, entre outros.

No Brasil constatamos a formação de um quadro bastante diverso daqueles apresentados na Europa, uma vez que a dimensão territorial e a diversidade de raças que compuseram a formação do indivíduo brasileiro tornaram-se obstáculos para o (re)conhecimento imediato da identidade brasileira.

Enfim, a definição de uma ideologia da identidade nacional, só foi possível, a partir do momento em que a construção dessa identidade passou a considerar as diferenças pertinentes a nossa sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, a construção dessa identidade nacional tornou-se parte dos objetivos da educação.

Segundo Marta Chagas de Carvalho, foi nos anos vinte que o Brasil vivenciou a crença de que na educação residia a solução de seus problemas, de forma que, o papel da educação foi hiperdimensionado tornando-se responsável por dar forma ao país, “transformar os habitantes em povo, vitalizar o organismo nacional e constituir a nação”. (CARVALHO, 1989, p. 09)

Portanto, o nacionalismo presente no governo Vargas, é resultado de uma série de fatores acumulados ao longo do tempo e que podem ser descritos pelas inovações descritas pelo “Verdeamarelismo”, inaugurado pela Semana de Arte Moderna, pelo esforço de industrialização e nacionalização do ensino, bem como

pela influência recebida dos movimentos nazi-fascistas, que propiciaram ao governo a eficiência das ações em torno da unidade nacional, facilitada pela unidade lingüística, territorial e religiosa.

1.1 O processo de construção da República Nova

Conforme Beired (1999), Draibe (1985) e Fausto (1977), a partir das últimas décadas do século XIX, diversas transformações econômico-sociais começaram a ocorrer denunciando o desenvolvimento capitalista no país, através do desenvolvimento de uma economia cafeeira exportadora, da exploração do trabalho assalariado, do aumento dos níveis de produção, etc.

A busca pela modernização do país e a ruptura com a descentralização política que caracterizou a República Velha (1889-1930), tornaram-se possíveis graças a abolição da escravidão, a procura por novos mercados, as novas idéias trazidas pelo Movimento Tenentista e a Fundação do Partido Comunista, entre outros.

No processo de consolidação dessa sociedade capitalista a ação do Estado deve ser considerada através da incorporação de aparelhos reguladores e intervencionistas, evidenciados, com a construção de um projeto político capaz de edificar, afirmar e valorizar a identidade nacional. (OLIVEIRA, 1999)

A constituição do capitalismo no Brasil ganhou forças com o fim da escravidão, a introdução do trabalho assalariado, o desenvolvimento de uma

economia exportadora de produtos agrícolas e finalmente o processo de industrialização, fundamentado no capital acumulado pela produção cafeeira.

Nesse sentido, Maria da Conceição Tavares observa que, de 1914 a 1945, não só o Brasil, mas as economias latino-americanas, num geral, “foram abaladas por crises sucessivas no comércio exterior decorrente de um total de 20 anos de guerra e/ou depressão”. (TAVARES, 1976, p. 32)

Com a constituição da economia capitalista exportadora surgiram diversas formas de capital: o comercial, o bancário, o produtivo, o estrangeiro e o industrial, no entanto, foi o capital mercantil que passou a predominar essa economia. (DRAIBE, 1985, p. 12)

A predominância do capital mercantil sobre os demais limitou os investimentos industriais, tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento de um setor capaz de produzir os meios de produção.

[...] sob a dominação do capital mercantil nessa fase transitória do capitalismo brasileiro, convivem formas distintas de organização da produção, diferentes relações de produção; e, também, a reprodução ampliada do capital não está assegurada, pois existe uma ausência de bases materiais de produção de bens de capital e de outros meios de produção. (FREITAS, G. 2003, p. 14)

Conforme Tavares (1976) essa transição capitalista caracteriza-se por uma situação de desequilíbrio externo duradouro que rompeu o ajuste entre demanda e a produção interna, contrariando o tradicional modelo exportador.

As possibilidades de expansão da oferta interna residem em três frentes, a saber: a maior utilização da capacidade produtiva já instalada, a produção de bens e serviços relativamente independentes do setor externo (por exemplo, serviços governamentais) e a instalação de unidades produtivas substituidoras de bens anteriormente importados. (TAVARES, 1976, p. 42)

A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar da maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis da pré-crise. (TAVARES, 1976, p. 33)

Nesse sentido Tavares compõe uma tese defendendo a idéia de que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode ser atribuída a um conjunto de fatores sucessivos provocados pelo estrangulamento do setor externo, de modo que a economia nacional vai gradativamente adquirindo sua independência do exterior. (TAVARES, 1976)

Nesse processo de transição foi necessária a adequação de vários setores da economia para promover a substituição das importações.

Para que isso se concretizasse foi necessário além da identificação dos itens cuja demanda interna tornavam mais facilmente substituíveis, a instalação de unidades industriais para produzir internamente bens que antes eram importados³, além é claro, de políticas de flexibilidade na estrutura de importações, limitando-as e facilitando o seu processo de substituição.

Com a constituição de uma economia exportadora no Brasil, abre-se um período de transição capitalista promovendo continuamente a centralização e a unificação das estruturas capazes de caracterizá-lo como Estado Nacional.

Nesse âmbito forjava-se o projeto político autoritário “onde educar era obra de moldagem de um povo, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo de intelectuais que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-lo”. (CARVALHO, 1989, p. 09)

³ Segundo Tavares, a substituição das importações inicia-se pela via da produção de bens de consumo, por se tratar de uma produção com menor exigência de capital e tecnologia, ao mesmo tempo em que requer a maior reserva do mercado (TAVARES, 1976, p. 42).

Essa é uma das razões pela qual a República fez da escola o emblema da instauração da nova ordem, símbolo do Progresso. (CARVALHO, 1989, p. 23) O que pode ser comprovado na importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares, que desejavam chamar a atenção não só para a suntuosidade das construções, mas também para aquilo que elas simbolizavam: a instrução do povo. (CARVALHO, 1989)

A partir de meados de 1920, o programa educacional concentrou-se na alfabetização, visando essa instrução. Foi também neste período que a ABE, foi fundada, no Rio de Janeiro, em 1924, com o propósito de tornar mais abrangente e eficiente a ação escolar, constituindo como um de seus principais objetivos a promoção de debates em torno da remodelação e reestruturação do sistema escolar com vistas à elaboração de uma política nacional de educação. (CARVALHO, 1989, p. 58)

Nas artes plásticas e na literatura, um grande marco foi a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, um dos momentos mais significativos para a cultura brasileira, enquanto a imprensa escrita vislumbrou na década de vinte, a multiplicação de jornais e revistas, bem como o aumento e a especialização de áreas relacionadas à publicidade e a propaganda, estas últimas, foram beneficiadas com o estabelecimento de empresas de grande porte⁴, público alvo de anúncios e campanhas institucionais.

Além da imprensa escrita, a primeira licença para a instalação de uma emissora de rádio no Brasil ocorreu em 1920, embora a estação inaugural só tenha chegado em 1927,⁵ anunciando uma nova era para os meios de comunicação. Demais mudanças aconteceram gradativamente, uma vez que a economia nacional

⁴ Tais como as lojas Torre Eiffel, Lutz Ferrando, Casa Mangueira, o Banco do Distrito Federal e a General Motors, entre outras.

⁵ Essa estação foi a Rádio Educadora, do Rio, que depois se transformou na Rádio Tamoio.

continuou baseada na agricultura e a política dos governadores possibilitou a permanência dos grupos oligárquicos no poder.

Para se ter uma idéia, em 1920 o contingente de trabalhadores agrícolas girava ainda em torno de setenta por cento do total. (SKIDMORE, p. 26) Isto justifica o incontestável poder assegurado aos coronéis⁶ responsáveis pelo controle político regional, dado o distanciamento entre as localidades e o governo central.

O final da década de 20 e o início da década de 30 refletem o primeiro momento em que esse conjunto de fatores pode ser efetivamente identificado na economia brasileira. O Estado nacional fundou-se sobre uma estrutura social heterogênea, convivendo com um conjunto de forças sociais em transformação e não articulada entre si.

O “federalismo” consagrava o princípio da autonomia dos estados membros, através da descentralização político-administrativa. Dessa forma, por uma concepção universalizante – autonomia de todos os estados – legitimava-se a autonomia dos grupos oligárquicos dos centros mais desenvolvidos cujo predomínio ficava automaticamente garantido pelo seu peso econômico. (GARCIA, Nelson. *et al*, 1982, p. 28)

Com o fim do Império, a descentralização do governo acabou aumentando o poder das esferas estaduais e municipais, possibilitando a estas eleger seus presidentes de estado, contar com uma legislação própria, que permitia a manutenção e o controle de um poder judiciário e de forças policiais de caráter

⁶ O vocábulo “coronelismo” remonta à extinta Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831. Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. Nela o posto de “coronel” normalmente era concedido ao chefe político local, na maioria das vezes um grande fazendeiro ou comerciante. “Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado”. (LEAL, 1986, p. 19) “[...] o ‘coronelismo’, é um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. (LEAL, 1986, p. 20)

estadual, provocando nos grupos que não se sentiam representados uma crescente insatisfação com a República.

Essa descentralização, no entanto, não se confirmou como garantia de uma democracia representativa, já que o sistema eleitoral funcionava como um mecanismo do poder local, e em todos os estados quem formava a base das oligarquias eram os chefes políticos locais. Esses chefes políticos, ou coronéis, como eram chamados, em geral eram grandes fazendeiros ou comerciantes que controlavam as eleições através da coerção, facilitados pelo fato de o voto não ser secreto e pela relativa dependência que os eleitores mantinham com esses chefes políticos⁷. Assim, os eleitores eram praticamente obrigados a votar no candidato “sugerido”⁸ pelos coronéis, dando forma ao que ficou conhecido como “voto de cabresto”.⁹

Conforme Freitas (2003), a República proclamada em 1889, não resultou de um processo de ruptura com a antiga ordem, mas sim da manutenção de uma sociedade conservadora, autoritária e excludente.

⁷ É bom lembrar que estamos considerando um momento em que o Brasil era predominantemente rural e os brasileiros viviam em condições muito precárias, sem leis trabalhistas, sem um sistema de saúde organizado, etc., funcionando num sistema que privilegiava a troca de favores. Desta forma, o eleitor que se atrevesse a contrariar o chefe político local durante as eleições sofria represálias e provavelmente estaria à mercê de sua própria sorte no momento em que necessitasse de algo que estivesse ao alcance do poder e da influência daquele. Assim, o processo eleitoral vivia num círculo vicioso de trocas de favores.

⁸ Grifo nosso.

⁹ Essa é também uma das razões pela qual, desde o início da República, não existiam partidos políticos nacionais, apenas agremiações regionais, independentes umas das outras, como por exemplo, o PRP (Partido Republicano Paulista), o PRM (Partido Republicano Mineiro), o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), etc. Esses partidos também não faziam parte de um partido nacional, embora fossem todos denominados republicanos, muito menos existiam partidos de oposição, sendo o próprio partido republicano local o palco das disputas políticas entre as elites estaduais. Com a Constituição de 1891, a base da antiga estrutura eleitoral se alargou, mas os chefes políticos locais e regionais continuaram a se manter, elegendos para as Câmaras, para as presidências dos Estados e para o senado seus parentes, aliados e protegidos.

Com a crise de 1929,¹⁰ além da retração do consumo, os preços internacionais caíram, promovendo conseqüentemente a queda nos preços do café. Como o governo federal não promoveu a concessão de novos financiamentos aos cafeicultores, surgiu aí um desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal.

Além dos cafeicultores, a burguesia industrial, os trabalhadores e a classe média, representada principalmente pelos tenentes, sentiam-se insatisfeitos por razões diversas. A burguesia industrial, porque não conseguia garantir a reprodução do capital sem o apoio do Estado; a classe trabalhadora, porque reclamava a criação de medidas de proteção trabalhista; e a classe média, por causa de sua marginalização política.

Portanto, a inserção econômico-social dos grupos numericamente importantes tornou-se uma importante base de sustentação do novo Estado em formação.

Em sua análise, Draibe (1985) percebe 1930 como o início do processo de formação do Estado, enquanto Estado nacional, evidenciado soberanamente sobre o conjunto da sociedade.

A autonomia do Estado frente aos interesses dominantes só foi possível graças à ausência de hegemonia entre os grupos de influência nas questões econômicas e políticas, já que, a crise do Estado Oligárquico foi um dos principais geradores da incapacidade de um desses grupos assumir a direção política e econômica desse processo de transformação social.

¹⁰ Em 1929, uma grave crise econômica do capitalismo foi anunciada com a "Quebra da Bolsa de Nova York", isto porque, em 24 de outubro deste ano, no centro financeiro dos Estados Unidos, *Wall Street*, o valor das ações caiu vertiginosamente e ninguém mais conseguia vender ações, arruinando milhares de empresas e anunciando um incontável número de medidas que esse país tomaria para inverter essa situação.

Segundo Draibe (1985), a capacidade mediadora do Estado para atender os diferentes segmentos dessa sociedade configurou-se numa democracia de massas, ao passo que, a inserção econômico-social dos grupos numericamente importantes tornou-se a base de sustentação desse Estado.

Nesse contexto, a crise hegemônica favoreceu o surgimento de um Estado com maior autonomia para intervir no conjunto heterogêneo de interesses sociais.

A política do Estado não feriu nem se afastou totalmente dos múltiplos interesses oligárquicos e agroexportadores; contemplou interesses imediatos dos setores médios e urbanos e da burguesia industrial e, excluindo o campesinato, incorporou progressivamente os setores populares urbanos. (DRAIBE, 1985, p. 23)

Na realidade, a industrialização é apenas uma das faces do processo de revolução burguesa consolidado, a partir de 1930.

A crise de 1930 criou as condições, no plano econômico e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como de outros setores econômicos afetados pela *débâcle* econômica de 1929; mas a par desses aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado, e das políticas nacionais que passaram a gestar, foram criadas novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial. (DRAIBE, 1985, p. 83)

Com a Revolução de 1930 o processo de transformação capitalista ganha forças, a partir da industrialização e das transformações sociais. A revolução burguesa constituiu-se num movimento que envolveu a construção das estruturas nacionais, centralizadas, unificadoras e centralizadoras sobre uma estrutura de classes, onde a expressão do poder burguês manifesta-se como o interesse da nação. (DRAIBE, 1985)

A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade. [...] Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores. (DRAIBE, 1985, p. 19, apud, J.M. C. de Mello, p. 118)

Através de seus gastos e investimentos, o Estado criou as condições necessárias para coordenar o ritmo e os rumos da economia; resumindo, o Estado planejou, regulou e interveio nos mercados e nas relações sociais, tornando-se um elemento indispensável nesse processo.

A estrutura social, baseada até aquele momento essencialmente na estrutura cafeeira, permitiu que esse complexo exportador estabelecesse um sistema de reprodução ampliado e diferenciado em relação aos demais complexos regionais (o açucareiro, o da borracha, etc.).

O desenvolvimento do capital cafeeiro promoveu uma demanda por terras, alimentos, bens de consumo, meios de produção e força de trabalho, provocando conseqüentemente um aprofundamento da divisão social do trabalho e uma determinada dinâmica de reprodução.

A economia mercantil-exportadora, ao ter desenvolvido uma determinada divisão social do trabalho, constituiu uma estrutura social peculiar, dominada pela burguesia mercantil-cafeeira, por sua vez, nucleada pelas frações comercial e financeira. Ao nível da produção cafeeira estruturou-se um numeroso conjunto de empresários e um amplo colonato rural, responsável também pela produção mercantil de alimentos. O crescimento das indústrias deu origem a uma burguesia industrial e ao proletariado urbano. As demais atividades de suporte da economia exportadora, como o comércio, transportes, bancos, etc., por sua vez, permitiram o aparecimento de uma pequena burguesia e de um estamento de classe média de altas rendas; e, de outro lado, de um setor de assalariados urbanos não diretamente proletários. (DRAIBE, 1985, p. 31)

A depressão dos anos trinta coincidiu com o auge da crise da economia cafeeira e representou a possibilidade de ruptura estabelecida na estrutura da economia mundial capitalista.

A partir de 1929, o Brasil e o mundo começaram a sentir os efeitos da crise econômica provocada pela quebra da Bolsa de Nova York.

No entanto, embora muitos países tenham sofrido gravemente com a crise, o Brasil experimentou um momento de crescimento da economia porque, concomitantemente à diminuição das importações, vieram os incentivos do novo governo à urbanização e à criação de pólos industriais que acabaram favorecendo o crescimento das indústrias e possibilitando a formação das bases técnicas indispensáveis ao desenvolvimento da acumulação capitalista, já que as quedas provocadas nas exportações desviaram a renda aplicada no setor agrícola (responsável pelas exportações) para a produção industrial voltada para o mercado interno. (SKIDMORE, 1982)

A autonomia do Estado foi possibilitada pela heterogeneidade das forças políticas em torno das questões relativas ao processo de industrialização.

Entretanto, essa autonomia nem foi plena, nem foi absoluta; constituindo-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, detentoras de um sentido social e de um certo poder definido na luta política.

No processo de transformação capitalista brasileiro, a presença dessas forças heterogêneas supõe um certo “equilíbrio”, entre os setores agrários e urbano-industriais, anunciados pela crise que atingiu a economia cafeeira e pelo crescimento da industrialização, que provocou uma rápida diferenciação dos setores capitalistas e das massas assalariadas, pelo avanço da mercantilização da agricultura.

Por outro lado, o êxodo rural e a imigração fazem crescer o operariado urbano e esse, por influência de operários de origem européia, possuidores dos ideais anarquistas e socialistas, já está conseguindo organizar as primeiras greves, que servem de instrumento para a conquista de reivindicações fundamentais: melhores condições de trabalho e salários, menor jornada de trabalho, dentre outras. (FREITAS, G., 2003, p. 17)

A luta travada entre os setores agrário e urbano-industriais descreve a disputa por espaços de atuação na economia, na política, enfim, na sociedade brasileira, denunciando os anseios da classe média de atuarem junto aos demais setores.

De todos os movimentos que irromperam na década de vinte e trinta, o que mais profundamente marcou a luta pela mudança do processo político e saiu vitorioso com o movimento de 1930 foi o tenentismo. Sem uma ideologia definida, capaz de sustentá-lo como movimento duradouro e coerente, o tenentismo se resumiu numa série de reivindicações que oscilaram entre a moralização das eleições, até a imposição de um governo forte, coeso e nacionalista. (ROMANELLI, 2001, p. 49)

O processo de transformação capitalista permitiu que setores da classe média, tais como os tenentes, almejassem maior participação política¹¹, na sociedade brasileira. Somado a este desejo está a insatisfação com as constantes denúncias de fraude eleitoral e o descontentamento dos militares afastados do poder. Esses fatores contribuíram para o surgimento do Tenentismo, um movimento formado por jovens oficiais das Forças Armadas com o objetivo de acabar com a República Oligárquica.

Segundo Boris Fausto (1977), a partir de 1930 ocorreu uma troca da elite no poder, onde os antigos quadros oligárquicos foram substituídos pelos militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, mais tarde, os industriais.

¹¹ A respeito do direito de voto, em relação a Constituição de 1881, a Constituição Republicana diminuiu a idade do eleitor de 25 para 21 anos e eliminou a exigência de renda, mas passou a exigir que o eleitor fosse alfabetizado, mesmo sem garantir o ensino público e gratuito.

As agitações políticas em torno da eleição presidencial também marcaram o período entre o final da década de vinte e o início da década de trinta, promovendo a criação da Aliança Liberal.¹²

Essa Aliança surgiu do descontentamento dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba do Norte com a atitude do presidente Washington Luís de indicar Júlio Prestes como o candidato à presidência. Essa ação rompia o acordo através do qual a presidência da República era revezada entre um candidato mineiro e outro paulista, mantendo a política que ficou conhecida como “Política do Café com Leite”.¹³

A insatisfação causada pela indicação de mais um paulista à Presidência da República incentivou os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba do Norte a apresentarem, através da Aliança Liberal, os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa, para a Presidência e Vice-Presidência da República.

Como podemos verificar na figura 01, retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” (p. 37) representando os candidatos da Aliança Liberal: Getúlio Vargas e João Pessoa.

Ver anexos, figura 01

Em março de 1930,¹⁴ Júlio Prestes, do PRP, enfrentou nas urnas Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, mas apesar de toda a campanha

¹² Além disso, o programa da Aliança Liberal ganhou novos adeptos ao propor medidas de regulamentação e proteção aos trabalhadores e defender a necessidade de incentivo a produção nacional geral, e não apenas o café.

¹³ “Política do Café com Leite” foi o nome dado ao acordo firmado entre Minas Gerais e São Paulo, os dois estados com o maior número de representantes no Congresso Nacional, além de serem os estados mais ricos do país: São Paulo, um grande produtor de café e Minas Gerais, um estado com uma economia basicamente agropecuária.

¹⁴ A partir, de 1929, o Brasil e o mundo começavam a sentir os efeitos da crise econômica provocada pela quebra da Bolsa de Nova York. No entanto, embora muitos países tenham sofrido gravemente com a crise, o Brasil experimentou um momento de crescimento da economia, porque,

realizada pela Oposição o candidato Prestes saiu vitorioso. O processo eleitoral, no entanto, foi alvo de críticas e muitos acusavam a existência de fraude nos resultados.

Os resultados do pleito já eram conhecidos de antemão: naquele tempo, até defunto votava, mesmo sem sair de dentro de sua fria cova, no cemitério. Numa eleição perfeitamente controlada pelo Executivo, os resultados não poderiam ser senão os desejados pelo Executivo. Assim, a apuração foi feita sem maiores escrúpulos, e as urnas falaram como o Governo quis que elas falassem. (BARROSO, [1942?], p. 38-39)

Não bastassem as acusações de fraude, João Pessoa, candidato à Vice-Presidência, foi assassinado em Recife poucos meses depois das eleições. Era a gota d'água que faltava para eclodir o movimento que ficou conhecido como "A Revolução de 1930",¹⁵ uma conspiração organizada para impedir a posse de Júlio Prestes, que tinha em sua liderança nomes como os de Getúlio Vargas, Góis Monteiro, os Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha.

Segundo Barroso ([1942?], p. 40), "a conspiração, revigorada pelo sangue heróico de João Pessoa, cresceu cada vez mais em todos os pontos do território nacional".

Ver anexos, figura 02

Imagem retirada do opúsculo "Getúlio Vargas para crianças" (p. 41), representando uma reunião dos conspiradores da "Revolução de 30"

concomitantemente à diminuição das importações, vieram os incentivos do novo governo à urbanização e à criação de pólos industriais, possibilitando a formação das bases técnicas indispensáveis ao desenvolvimento das indústrias, promovendo na economia brasileira um movimento contrário ao que a maioria dos países estava enfrentando. (SKIDMORE, 1982)

¹⁵ "A Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República, foi, para muitos historiadores, o movimento mais importante da história do Brasil do século XX. Foi ela que acabou com "a hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional".

(FAUSTO, 2000) Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/revolucaode30.html>>. Acesso em 08 ago. 2005 13:15:00

Na representação dos conspiradores, retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças”, alguns elementos merecem ser comentados.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que a imagem dos conspiradores deixa em evidência apenas dois sujeitos, sendo Vargas o único passível de ser reconhecido. Na ilustração, ele usa óculos, terno e está sentado com os demais.

Se observarmos bem, veremos que a luminária que sustenta a lâmpada é também um eixo que divide o quadro em quatro partes indicando na mesa o ponto central da imagem. Sendo Getúlio o indivíduo que mais se aproxima da lâmpada, significa que ele é o que está mais próximo do centro da figura, ou seja é o elemento principal do quadro.

Nesse ponto, devemos lembrar que a lâmpada também possui uma simbologia própria e que a sua proximidade com Vargas pode ser uma forma de associá-lo àquilo que ela representa: a luz, a sabedoria e o conhecimento. Assim, a estratégia utilizada nessa representação denuncia, de antemão, que Vargas seria o principal representante do grupo, caso o movimento saísse vitorioso.

Quanto ao resultado do movimento, o autor não deixa margem para dúvidas, anunciando na página anterior e na legenda da imagem que: “Elementos civis e militares coordenaram pacientemente os seus recursos e as suas idéias, afim de que a revolução pudesse nascer e acabar com um único resultado: a vitória”. (BARROSO, [1942?], p. 40)

A 3 de outubro, a “Revolução” estourou, com o apoio dos tenentes e sob o comando de Getúlio Vargas, mas o ponto máximo do movimento foi o dia 24 de outubro de 1930, quando, no Rio de Janeiro, o alto comando militar depôs o presidente Washington Luís, impedindo Júlio Prestes de ser empossado e

estabelecendo uma Junta Governativa incumbida de governar o país até que fosse determinado o novo presidente.

Dez dias depois do Golpe, em 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República, tornando-se chefe do Governo Provisório até que novas eleições fossem convocadas.

A deposição de Washington Luís e a vitória dos revolucionários também foram registradas no opúsculo “Getúlio Vargas para crianças”, como podemos observar na imagem retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças”. (BARROSO, [1942?], p. 45)

Ver anexos, figura 3
Imagem representando a comemoração dos vitoriosos na “Revolução de 30”.

Embora a legenda anuncie que “o povo, nas ruas, comemorou festivamente a deposição do governo” (BARROSO, [1942?], p. 45), segundo SKIDMORE (1982) essa “Revolução” foi feita pelas elites e não pelo povo.

Por isso, o novo presidente precisou criar estratégias que o aproximassem do povo, sem afastá-lo das elites. Na verdade, esta foi a primeira estratégia necessária à manutenção do governo Vargas e que acabou se configurando numa marca pessoal desse presidente. (SCHWARTZMAN, 2000)

1.2 Da estruturação do governo Vargas à instalação do Estado Novo

Remontar aos primeiros anos da década do governo Vargas até o Estado Novo é a nossa proposta nesse subcapítulo.

Tal período abriga várias ações de mobilização e reivindicação na educação e na política, entre outros.

Na política, as pressões em torno do Governo Provisório para a convocação de novas eleições para a Assembléia Constituinte provocaram a eclosão de um movimento em São Paulo, que ficou conhecido como a “Revolução Constitucionalista”.¹⁶

Nas ações nacionalistas e centralizadoras do governo verificamos a imagem do então presidente da República, Getúlio Vargas, tornar-se ícone catalisador de todas as ideologias propostas pelo governo, a partir da identidade entre nação, Estado e presidente da República.

Durante a Primeira República, a separação entre o Estado e a Igreja aconteceu de maneira relativamente contínua através da laicidade do ensino, da imposição do casamento civil e da equiparação dos cultos e religiões (este último estabelecido em 1823), mas não sem a relutância do grupo católico.

¹⁶Tendo em vista as reivindicações do movimento e desejando controlá-lo, Getúlio decretou, nesse mesmo mês, uma lei eleitoral que convocava eleições para uma Assembléia Constituinte. Em maio desse ano, foram marcadas novas eleições para 1933. Mesmo assim, os ânimos não se acalmaram e no dia 9 de julho de 1932 eclodiu em São Paulo um movimento que ficou conhecido como “Revolução Constitucionalista”. Esse movimento contou com a participação das unidades da Força Pública de São Paulo e alguns setores da classe média, travando com as forças federais uma verdadeira guerra civil, entre julho e setembro de 1932, mas que fracassou porque não teve o apoio das elites, nem dos trabalhadores que aprovavam a política trabalhista de Getúlio.

De forma que, a Igreja Católica, que nos idos de 1930 havia tentado assumir o controle da educação pública do país, estava limitada à administração de um conjunto restrito de escolas. (SCHWARTZMAN, 2000)

Nos anos subseqüentes, a mobilização da Igreja em torno da educação seria uma estratégia para dar cientificidade à fé e à ação católica num espaço institucionalizado (a escola), capaz de permitir articular a doutrina e a prática.

Essa mobilização acabou ganhando força durante a República Nova com a criação de leis, decretos e emendas (na esfera federal). Um bom exemplo é o decreto de 31 de abril de 1931, que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas, aprovado com o intuito de contar com o apoio da Igreja na consolidação do novo governo.

O processo de legitimação do governo demandou o envolvimento de vários ministérios, dentre os quais destacamos o Ministério da Educação e Saúde, que proporcionou articulações envolvendo a educação e política, como pode ser evidenciado na substituição de Washington Pires por Gustavo Capanema,¹⁷ em 1934. (SCHWARTZMAN, 2000)

Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto antes por Francisco Campos. A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembléia Constituinte, em 1934, das chamadas “emendas religiosas”. A parte não dita, mas certamente de conseqüências mais profundas foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico [...] Não há nada no passado do ministro que evidenciasse uma militância religiosa pessoal. Ao contrário, sua história anterior o aproximava das correntes mais

¹⁷Ministro empossado em 26 de julho de 1934 no Ministério da Educação e Saúde, no lugar de Washington Pires, que em 1932 havia sucedido Francisco Campos, o primeiro a ocupar esse ministério em 1930.

agnósticas da intelectualidade modernista mineira. Sua aproximação com a Igreja parece explicar-se principalmente por fatores de ordem política ou, mais precisamente, pelo fato de Capanema ter surgido na vida pública seguindo as pegadas de Francisco Campos. Mas se Campos tinha em mente um projeto político ambicioso, do qual a Igreja seria uma peça, Capanema, ao contrário, se valeria do apoio da Igreja para chegar ao ministério, e a ele se limitaria, tratando de dar cumprimento ao mandato que havia recebido. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 65)

Embora a indicação de Capanema para o Ministério da Educação e Saúde envolva algumas ações de interesse entre o Estado e a Igreja, durante o período em que esteve à frente desse Ministério, de 1934 a 1945, Capanema demonstrou, além de capacidades administrativas, um inegável senso de diplomacia, tornando-se porta-voz do Governo Vargas nas ações educacionais. Sua importância, portanto, está não só no tempo em que ocupou o ministério, mas na diplomacia com que o conduziu, dos primeiros anos do governo Vargas até o fim do Estado Novo.

No final de 1931, como parte das articulações políticas, o Governo Provisório criou uma comissão presidida pelo ministro da Justiça, Maurício Cardoso, para organizar o novo Código Eleitoral.

Em função da demora na organização desse novo Código, em fevereiro de 1932, o Partido Democrático rompeu com Getúlio Vargas, firmou uma aliança com o Partido Republicano Paulista e passou a reivindicar, principalmente, a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte e a restauração da autonomia política de São Paulo.

Finalmente, em 1933 realizaram-se as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e os meses que se seguiram à promulgação da Constituição foram marcados pelo avanço do movimento sindical e pela radicalização política,

promovida pela intervenção do Estado em um grande número de sindicatos de trabalhadores.

O governo Vargas foi marcado pela implantação de uma política nacionalista e de valorização do trabalhador, incorporando os ideais corporativistas como forma de representação, em geral.¹⁸

[...] estabelecia-se o princípio da unidade sindical, em que apenas um sindicato por categoria profissional era reconhecido pelo governo. A sindicalização não era obrigatória, mas a lei estabelecia que somente as agremiações reconhecidas pelo governo poderiam ser beneficiadas pela legislação social. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Acesso em: 24 ago. 2004. 10:35:00)

A implantação da Ordem Corporativa no Brasil na década de 30 pode ser evidenciada através de inúmeros decretos.¹⁹ O Corporativismo é uma nova forma de tomada de decisões, em que o Estado centraliza e organiza as demandas dos interesses particulares dos grupos sociais – impregnando todas as políticas culturais.²⁰

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte foram realizadas em 1933, mas somente em 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição,

¹⁸ Desta forma, para gozar dos benefícios previstos pela nova legislação e poder eleger os deputados classistas, centenas de sindicatos de trabalhadores tornaram-se legais entre 1933 e 1934, facilitando assim às Juntas de Conciliação e Julgamento em sua função de suprimir conflitos trabalhistas.

¹⁹ O Decreto de lei federal n.º 19.770, que em 1931 instituía o Sindicato Único (Lei de Sindicalização); o Decreto 21.761, que instituía a Convenção Coletiva e o Decreto 21.396, instituindo as Comissões Mistas de Conciliação e Arbitragem, ambos de 1932. Além destes decretos, há também o Decreto 22.653, de 1933, instituindo a representação classista na Constituinte, a repressão aos sindicatos autônomos e a “reinterpretação” da Carta de 1934, com base no Decreto (de lei federal) 24.694 de 1934. Assim como o Decreto (de lei federal) 1.402, de consolidação do modelo sindical corporativo e o Decreto 1.237, instituindo a Justiça do Trabalho, ambos em 1939, e finalmente o Decreto 2.377, que em 1940 instituiu o imposto sindical.

²⁰ Para exemplificar esse procedimento, Reznik (1992) cita a criação do Conselho Nacional de Educação. Neste conselho, tal como nos sindicatos, eram representados todos os membros com ele relacionados. No entanto, era atendido apenas um ou outro grupo aliado ao governo.

pautada no princípio federalista determinando a realização de eleições para presidente da República, em janeiro de 1938.

A Constituição promulgada apresentava as mudanças pelas quais o país passou desde a deposição de Washington Luís. Nela podemos vislumbrar a incorporação dos direitos trabalhistas e a atribuição de poderes ao executivo central, em detrimento da autonomia dos estados, que era característica da Constituição anterior.

No dia seguinte à promulgação da nova Constituinte, a Assembléia elegeu Vargas para mais um período de quatro anos na Presidência da República.

A eleição de Vargas pela Assembléia Nacional, em 1934, também foi retratada no livreto “Getúlio Vargas para crianças”.

Ver anexos, figura 4

Imagem retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” (p. 77), representando a eleição de Vargas pela Assembléia Nacional, em 1934.

O texto que acompanha essa representação aponta a eleição de Getúlio, como “vontade expressamente manifesta dos representantes da Nação” e acrescenta: “Seu mandato procedia imediatamente do povo e ele o aceitou com o mesmo espírito de patriotismo e dedicação” (BARROSO, [1942?], p. 76).

No entanto, a Assembléia que o elegeu representava apenas uma parcela da população, uma vez que o próprio sistema eleitoral era excludente e impedia os analfabetos de exprimirem sua opinião através do voto.

Embora a Constituição tenha sido promulgada e o presidente eleito pela Assembléia Legislativa, o desemprego, o desejo por reformas mais amplas, a carestia de vida e a insatisfação entre os antigos tenentes e militares acabaram

possibilitando o surgimento de movimentos, como a AIB (Ação Integralista Brasileira) e a ANL²¹ (Aliança Nacional Libertadora).

A AIB era um movimento de direita, inspirado nos moldes nazifascistas, cujo líder era Plínio Salgado, enquanto a ANL era uma facção do Partido Comunista no Brasil.

Conforme Thomas Skidmore (1982), a ANL reunia intelectuais, operários, estudantes e militares e apregoava a ampliação das liberdades democráticas, a reforma agrária, a nacionalização das empresas estrangeiras, entre outras coisas, e estava sob a liderança de Luís Carlos Prestes, considerado seu presidente de honra.

Em julho de 1935, esse movimento lançou um manifesto conclamando: “Todo o poder, à ANL!”. Após a divulgação desse manifesto, o governo declarou a ilegalidade da ANL e a prisão de seus membros. Mesmo assim, em novembro de 1935, na clandestinidade, ele promoveu algumas rebeliões armadas nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro. que ficaram conhecidas como a “Intentona Comunista”. (D`ARAÚJO, 2000, p. 16)

Esse Levante, segundo D`Araújo (2000), foi resultado de uma avaliação dos comunistas brasileiros e do Kormitern²² sobre a possibilidade de implantar um governo popular e revolucionário no Brasil, configurando-se numa “ameaça real ao governo de Vargas, e não apenas um pretexto para o golpe de 1937”, uma vez que tal evento ocorreu no interior das Forças Armadas.

Em fins de novembro, de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma

²¹ A ANL era uma frente de esquerda comandada pelo Partido Comunista no Brasil. Foi criada em março de 1935 e tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, ex-militar e pessoa da confiança do Partido Comunista no Brasil. (D`ARAÚJO, 2000, p. 15)

²² Órgão central do Partido Comunista da União Soviética. (D`ARAÚJO, 2000)

quartelada, assassinando oficiais superiores [...]. Vargas possuía agora a justificativa ideal para a repressão da esquerda: provas indiscutíveis do perigo de traição armada. (SKIDMORE, 1982, p. 43)

Foi assim, que o Governo, que há muito tempo advertia sobre o perigo comunista, conseguiu a aprovação do pedido de decretação do estado de sítio e aumentou os seus poderes.

Em dezembro, a Câmara dos Deputados concordou em arrochar a Lei de Segurança Nacional, aprovando igualmente três emendas constitucionais. Uma autorizava o presidente a demitir sumariamente qualquer funcionário público, enquanto outra fortalecia o controle sobre os militares, dando-lhes poderes sobre a promoção de todos os oficiais e onde deveriam servir. A terceira dava ao Presidente poderes temporários de emergência, ainda maiores. (SKIDMORE, 1982, p. 44)

A partir de 1935, vários parlamentares, jornalistas, políticos e intelectuais foram perseguidos, presos ou exilados no combate ao perigo comunista. A dimensão que o Levante e o anticomunismo ganharam, de 1935 a 1937, fizeram com que na maior parte desse período o Brasil tenha vivido sob estado de sítio, ou de guerra, ou seja, com suas liberdades constitucionais suspensas.

Também em 1935, talvez reforçando o antagonismo presente no Governo Vargas, foi criada a Universidade do Distrito Federal recebida como monumento ao ensino mais livre no Brasil,²³ por muitos dos intelectuais, inclusive alguns envolvidos com o Manifesto dos Pioneiros.²⁴

²³ Ver: SCHWARTZMAN, 2000.

²⁴ “O Manifesto, elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de renovação educacional inicia-se estabelecendo a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento. (...) É a afirmação de uma tomada de consciência e um compromisso. Mas, justamente por refletir as incoerências do período o Manifesto demonstra que a compreensão da realidade educacional, por parte dos pioneiros, estava ainda muito próxima da concepção liberal e idealista dos educadores românticos do século XIX. (...) O documento tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo mais objetivamente”. (ROMANELLI, 2001, P. 145)

No entanto, pouco mais de três anos após sua inauguração essa Universidade foi extinta, transformando-se numa grande decepção para aqueles que depositaram nela expectativas de um ensino livre e moderno,²⁵ como podemos verificar num trecho de uma carta de Mário de Andrade enviada a Capanema, em 23/02/1939.

[...] Deixe também agora que lhe diga, com a maior lealdade, que não foi o menor destes reveses a destruição da UDF. Não pude me curvar às razões dadas por você para isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil [...]. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 386)

Em 1936, o Congresso votou quatro vezes para ampliar o Estado de Sítio por noventa dias e segundo Skidmore (1982, p. 44) “a despeito da repressão contra a esquerda, começaram em 1936 os planos para a eleição presidencial que deveria ser realizada em janeiro de 1938”. (SKIDMORE, 1982, p. 44)

Para as eleições de 1938, o Código Eleitoral previa muitas inovações, como, por exemplo, o voto secreto, o voto feminino e a formação de uma bancada classista composta por representantes de funcionários públicos, empregados e empregadores, eleitos por delegados sindicais, organizados e supervisionados pela Justiça Eleitoral.

Considerando que as eleições deveriam acontecer em 1938, no decorrer de 1937 surgiram três candidatos à disputa presidencial: Plínio Salgado (líder da AIB), Armando de Sales Oliveira (ex-governador de São Paulo) e José

²⁵ Entre 1934 e 1945, Gustavo Capanema esteve a frente do Ministério da Educação, este ministério distingue-se das outras pastas educacionais, não só por sua durabilidade, mas também por suas ambigüidades. Nesse período, intelectuais modernistas estiveram presentes no mesmo ministério que apoiou, por exemplo, o fechamento da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Américo de Almeida, a quem Getúlio simulava dar apoio, mas estas eleições não aconteceram, já que, em 1937, Getúlio se adiantou e, através de um golpe de Estado, tomou o Poder, anunciando o Estado Novo. (SKIDMORE, 1982)

Para isso, Vargas contou, novamente, com o apoio do alto-comando militar, representado pelos generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro.

Para obter o consentimento da população, em setembro de 1937, os aliados de Getúlio anunciaram a descoberta de um plano terrorista, conhecido como *Plano Cohen*. Nele os comunistas estariam tramando a eclosão de uma revolução seguida do assassinato de centenas de pessoas. Mais tarde o plano veio a ser considerado falso, mas a população já havia se alarmado com tal denúncia. Era o pretexto necessário para que Vargas preparasse os estados indecisos para apoiarem medidas federais e assim dar o golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937, afirmando a necessidade da unidade da pátria.

Na sua transmissão radiofônica de 10 de novembro, Vargas explicou que o Brasil devia deixar de lado a “democracia dos partidos” que “ameaça a unidade pátria”. [...] Descreveu o Congresso como sendo um “aparelho inadequado e dispendioso”, cuja continuação era “desaconselhável”. Desta forma, o Brasil não tinha outra alternativa senão instituir um “regime forte, de paz, justiça e de trabalho”, concluiu o novo ditador, para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país. (SKIDMORE, 1982, p. 50)

Com o golpe, iniciou-se uma nova fase desse governo, que se prolongou até 1945. Nela as eleições foram suspensas, o Congresso, fechado e Vargas outorgou uma Constituição que ficou conhecida como “Polaca”.²⁶

Com essa Constituição ficou definido o estabelecimento de poderes autocráticos para o presidente, a realização de um plebiscito no prazo de seis anos,

²⁶ A Constituição de 1937 ficou conhecida como Constituição Polaca, porque foi baseada na Constituição da Polônia.

o fim da autonomia dos estados e municípios e o fechamento dos partidos políticos, fortalecendo ainda mais o Poder Executivo. (SKIDMORE, 1982)

Conforme Schwartzman (2000), a centralização do poder e o destaque dado a um líder que incorpora os ideais de uma nação forte, tal como aconteceu no Estado Novo, são características dos regimes totalitários vigentes na Europa, no início do século XX, e permitem que esse momento político do Brasil seja interpretado numa ótica globalizada.

A consolidação do Estado Novo não teve uma causa única, mas um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais, etc., e só foi possível graças ao desequilíbrio causado ao importante grupo social representado pela classe média, cujos eleitores, além de confusos e divididos entre o constitucionalismo liberal e os radicalismos de direita, ou esquerda, limitavam-se aos cidadãos alfabetizados.

Nesse processo outro fator de grande importância foram as manobras de Vargas, que lhe garantiram o apoio de importantes setores. Para isso, o chefe da nação lançou mão dos diferentes meios de comunicação, participando a população de informações que favoreciam a sua imagem e davam um tom positivo às ações praticadas em seu governo, utilizando a propaganda em favor do Estado.

1.3 O Governo Vargas: 1937-1945

Após anunciar o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, Vargas suspendeu a Constituição Nacional e dissolveu o Congresso, nomeou interventores

para o governo dos estados e criou dois novos ministérios, o do “Trabalho, Indústria e Comércio” e o da “Educação”, transformando este último em Ministério da Educação e Saúde, quatro anos depois.

O golpe de 37 se deu acompanhado das primeiras medidas desmobilizantes, consistentes na eliminação de instituições políticas que configurassem qualquer possibilidade de formulação de interesses a partir do meio social. As decisões políticas foram subtraídas ao princípio da livre discussão. Fechou-se o Legislativo, extinguiu-se o sufrágio universal, não previsto na Carta de 1937 e foram dissolvidos os partidos políticos por decreto de dezembro de 1937. (...) A orientação era a de dotar o país de uma estrutura unitária, que se vinha articulando desde 1930, onde os estados membros foram postos sob controle da União e administrados através do Dasp e das Interventorias. (GARCIA, 1982, p. 66)

Carvalho (2001) descreve o poder acumulado nas mãos do Presidente da República através dessas interventorias, uma vez que a Constituição de 1937 dava-lhe, entre outros, o direito de confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos. “Ao presidente, na ausência do Legislativo, era atribuído o poder de expedir decretos-lei em todas as matérias de responsabilidade do Governo Federal”. (CARVALHO, 2001, p. 144)

Para Garcia (1982) a justificativa para o golpe era a de que o sistema político vigente antes de 37, baseado no liberalismo clássico e no sistema representativo, era inadequado à realidade brasileira. Dessa forma, alguns grupos partidários eram beneficiados em seus interesses particulares, “em prejuízo do interesse nacional e da unidade do país, dando condições para o aparecimento de infiltrações extremistas, colocando o país em situação de desordem e desagregação e na iminência de uma guerra civil”. (GARCIA, 1982, p. 77)

O Estado Novo interveio nos mais diversos setores, desde a economia até a educação, onde as ações de caráter nacionalizador também se mantiveram

presentes. Nesse sentido Gandini (1995) aponta três importantes aspectos da ação pedagógica do Ministério da Educação e Saúde.

[...] primeiro, o conteúdo “nacional” cujo significado seria preferencialmente, “o ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades”. Segundo, a padronização: “a existência de uma “universidade padrão”, de “escolas-modelo” secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isso correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo napoleônico, que permitia ao ministro, em seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado”. E, finalmente, o terceiro aspecto, “a erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformaria em uma questão de segurança nacional”. (GANDINI, 1995, p. 77)

Não podemos deixar de ressaltar que o conteúdo dos opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!” traduz com clareza o primeiro desses objetivos, uma vez que apresenta um discurso carregado de reverências ao país, ao mito dos heróis nacionais e às autoridades.

Ver anexos, figura 05
Imagem retirada do opúsculo “Brasileiros, ouvi!” (p. 08)

Essa imagem ratifica a afirmação de Gandini (1995), de que um dos aspectos da ação pedagógica do Ministério da Educação e Saúde foi a divulgação do conteúdo nacional.

Percebemos nessa página a utilização de dois recursos principais: o texto escrito e o texto imagético.²⁷

No primeiro o tom de exaltação do mito da nacionalidade é claramente anunciado, ao passo que no segundo quatro imagens em diferentes planos são

²⁷ Relativo a imagem.

utilizadas para representar as forças militares. Numa delas podemos observar grupamentos militares em marcha com alguns membros empunhando bandeiras do Brasil. Em outra um grupo de homens está em um caminhão, lembrando um grupo de soldados sendo levados para a guerra. Há também a representação de vários aviões enfileirados, provavelmente representando a Força Aérea Brasileira e uma outra imagem que, embora esteja dividida ao meio, permite-nos identificar a representação de um cavalo, ou seja, a polícia montada.

Por fim, a imagem de Getúlio é mostrada através de um orifício no canto superior direito, tal como aparece em todas as outras páginas, desse folheto.

O texto a seguir está disposto no canto inferior direito da página 08, do citado folheto, e acompanha a imagem descrita anteriormente.

A grande virtude nacional, neste momento histórico, deve ser uma virtude militar - a disciplina; as circunstâncias impõem á nossa conduta o atributo dos povos fortes - a tenacidade. A Nação, disciplinada e tenaz, há de realizar os seus altos objetivos de progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde, símbolo da unidade e da grandeza do Brasil. (Brasileiros, ouvi! [ca.1940?] p. 08)

A temática principal desse iconotexto é o Exército. Nele podemos observar um mosaico com diferentes representações das forças militares, dispostas em diversas cenas, sob ângulos variados sem uma seqüência linear, mas informando, através da mensagem de disciplina, obediência e ordem, o discurso estado-novista.

A ação pedagógica do Ministério da Educação e Saúde pode ser percebida em 1937 com a elaboração do Plano Nacional de Educação, contendo 504 artigos que visavam a regulamentação dos princípios educacionais. Outra

reforma implementada foi a reforma secundarista, com o intuito de nortear a formação da juventude brasileira.

Nesse sentido, as proposições de um ensino clássico se contrapunham à idéia do ensino profissionalizante, embora a formação humanística tenha sido preservada no ensino médio como a formação básica, a criação do “Sistema S” (Senai, Senac, Sei) indica que nas reformas políticas educacionais desse período a educação também se apresentava com fins de preparação para o trabalho. (PANDOLFI, 1999)

De forma que a nacionalização do ensino visava ao fortalecimento da nossa identidade, enquanto a reforma universitária promovia o fortalecimento e a preparação de uma elite dirigente capaz de conduzir o progresso do país. (PANDOLFI, 1999)

Como podemos observar, diversos níveis de ensino estiveram na pauta das reformas implementadas pelo Ministério Capanema; no entanto, o ensino primário não entrou em discussão.

Para Carvalho (1999) a preocupação com a organização do ensino superior no Brasil está diretamente relacionada com a necessidade de formação das nossas elites políticas, uma vez que a nossa herança portuguesa propõe que a formação dessas elites seja gerada pelo treinamento e pela socialização e não pela origem social.

Maciel (1986), no entanto, descreve que o papel da educação estaria ligado à superação do atraso cultural e que a falta de amadurecimento da nação fez com que desde o processo da independência, o povo não tenha sido protagonista dos principais movimentos ocorridos na sociedade brasileira, justificando, assim, a

necessidade da criação de postos para a formação de uma elite capaz de dirigir os processos políticos nacionais.

O projeto educacional despertou no Estado Novo desenvolveu um sentimento de orgulho do espírito brasileiro, em lugar da falta de entusiasmo patriótico, descrevendo assim, parte do processo de construção da identidade nacional. (PANDOLFI, 1999)

Embora as ações pedagógicas do Ministério da Educação e Saúde não falem em educação nacionalista, Gandini (1995) aponta a educação “popular”²⁸ como um interesse do Estado, com a finalidade de promover a formação para o trabalho produtivo em benefício da coletividade, ou da Nação, tendo em vista a unidade cultural.

É interessante lembrar que nos opúsculos analisados a instalação do Estado Novo não é mencionada como um golpe.

A esse respeito, no opúsculo “Brasileiros, ouvi!”, há apenas uma página que remete ao Estado Novo. Nela o texto apresentado anuncia que a mocidade é “uma força capaz de consolidar o Estado Novo”. (Brasileiros, ouvi! [ca.1940?] p. 06)

Ver anexos, figura 06
Imagem retirada do opúsculo “Brasileiros, ouvi!” (p. 02)

O opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” também omite a palavra golpe, ao anunciar o 10 de novembro de 1937. Nele esta data é considerada como um dia predestinado para o Brasil ingressar numa nova fase. (BARROSO [1942?])

²⁸ Grifo da autora, refere-se à popularização da educação.

Horrorizado pela demagogia crescente do Poder Legislativo e verificando os maus rumos da campanha de sucessão presidencial, em 1937, a 10 de novembro, Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição, criando nesse dia predestinado, o Estado Novo. O Brasil ingressava em uma nova fase, perfeitamente adequada aos interesses nacionais, ficando dotado de uma carta política que consulta inteiramente as nossas necessidades sociais e morais. O Estado Novo nasceu com o prestígio do apoio das forças de terra e mar e logo a opinião pública ratificou por completo o gesto de Getúlio Vargas. (BARROSO [1942?], p. 84)

A figura a seguir representa a Constituição outorgada em 1937 que acompanha o trecho que acabamos de descrever.

Ver anexos, figura 07
Imagem retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” (p. 85)

A Constituição de 37 se adequava aos interesses nacionais porque aumentava o poder central, ao mesmo tempo em que suspendia as liberdades civis asseguradas pela Constituição.

O artigo 186 declarava em todo o país o estado de emergência, suspendendo as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Constituição. Outro preceito transitório, que também se prolongou por todo o Estado Novo, autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares, ‘no interesse do serviço público ou por conveniência do regime’. (CARVALHO, 2001, p. 144)

Esse conjunto de ações aumentou o poder central e provocou o descontentamento de vários segmentos devido ao seu caráter antidemocrático. O momento em que o Estado Novo se insere é o mesmo da II Guerra Mundial, que, embora tenha favorecido o crescimento das indústrias nacionais (devido à diminuição das importações e os incentivos à produção interna), reforçou o sentimento de nacionalidade.

No entanto, a decisão do governo brasileiro de apoiar os regimes democráticos criou uma grande contradição para o Estado Novo, que mantinha o Brasil sob o regime ditatorial.

A partir daí as pressões em prol do retorno da democracia aumentaram e, em resposta a elas, em fevereiro de 1945, foi publicado um decreto determinando um prazo de 90 dias para a convocação de eleições para a Assembléia Constituinte e para a Presidência da República.

Diante da convocação das eleições, houve uma grande movimentação em torno da organização dos partidos políticos. E mesmo apoiando o candidato Eurico Gaspar Dutra, do PSD, Getúlio não dava mostras de que estava prestes a deixar a Presidência, consentindo o crescimento de uma campanha promovida pelo PTB e algumas lideranças sindicais que pediam a sua permanência. Esse movimento ficou conhecido como Queremismo, porque, durante as manifestações os populares, gritavam: “Queremos Getúlio!”. (D’ARAÚJO, 2000)

A atitude “acomodada”²⁹ de Vargas diante dessas manifestações fez com os militares desconfiassem de suas intenções e organizassem um golpe sob a liderança dos Generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra e o depusessem no dia 29 de outubro de 1945.

Entre 1930 e 1945, Getúlio Dornelles Vargas permaneceu à frente da presidência do país. Esse período foi marcado por duas fases. Na primeira, em 1930, Getúlio Vargas foi indicado para ocupar o cargo de Presidente da República e na segunda, em 1937, ele tomou para si o direito de continuar na Presidência, sendo deposto em 1945 pelos militares que estiveram a seu lado, desde o início.³⁰

²⁹ Grifo nosso.

³⁰ Após quinze anos de mandato, Getúlio foi deposto, retornando a Presidência da República cinco anos depois, em 1950, não mais através de um golpe, mas do voto, saindo do cenário político somente em 1954, com o seu suicídio.

Essa breve explanação serviu para situar as causas que levaram à deposição de Vargas e ao fim do Estado Novo.

O conjunto de ações apresentadas buscou reconstruir, de uma forma geral, a história política do Brasil no período de 1937 a 1945, pretendendo mostrar o contexto em que foram produzidos os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.

No entanto, entendimento dessas obras exige não só a sua contextualização, mas também a compreensão das estratégias metodológicas utilizadas na análise desses iconotextos.

Para isso, o próximo capítulo apresentará “Algumas Reflexões Teórico-Metodológicas” realizadas durante este trabalho.

2 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Porque pesquisar é avançar fronteiras, é transformar conhecimentos e não fabricar análises segundo determinados formatos.
Bernadete Gatti

Encontrar um método estruturado teoricamente capaz de resolver os problemas e questões apresentadas durante a realização de uma pesquisa é algo bastante difícil. Isto porque não existe uma verdade absoluta e, para um mesmo fato, podem existir várias explicações.

No entanto, a forma com que o pesquisador aborda o tema e o enunciado dos problemas revela seu modo particular de entender e enfocar determinadas questões na pesquisa. “A abordagem e o método se revelam nas formas de pensar e de se fazer no transcorrer da pesquisa e não por declarações abstratas de adesão a esta ou àquela perspectiva”. (GATTI, B. 2003, p. 15)

Desta forma, a escolha por um determinado modelo explicativo anuncia a postura do pesquisador ratificando sua trajetória até um dado momento.

A pesquisa é um cerco em torno de um problema. É necessário escolher instrumentos para acessar a questão, vislumbrar e escolher trilhas a seguir e modos de se comportar nessas trilhas, criar alternativas de ação para eventuais surpresas, criar armadilhas para capturar respostas significativas. (GATTI, B. 2003, p. 17)

Pensando nisto, percebemos este estudo como uma pesquisa histórica, que exige planejamento, execução e redação do trabalho, proveniente das reflexões e informações oferecidas pela revisão bibliográfica e pela documentação analisada, apresentando um quadro de conceitual capaz de dialogar com os teóricos

e com as fontes utilizadas. Além disto, percebemos a necessidade de estabelecer um método que possibilitasse a reflexão em todas as etapas da pesquisa, tendo em vista os objetos pesquisados.

Ao selecionarmos os opúsculos “Getúlio Vargas para Crianças” e “Brasileiros, Ouvi!”, produzidos entre 1937 e 1945, nosso intuito foi o de compreender o discurso visual e textual neles apresentados. Para isto entendemos que a abordagem qualitativa seria a mais indicada na realização deste trabalho, pois tal abordagem, desde seu surgimento na França, em meados de 1960, propõe analisar a ideologia, a história e a cultura, através do discurso político, temáticas bastante relacionadas com o contexto e o conteúdo dos opúsculos.

A abordagem de investigação qualitativa pareceu-nos mais conveniente uma vez que a investigação como interpretação é um processo dinâmico capaz de promover uma busca de sentido às nossas próprias buscas.

Se na concepção cartesiana de conhecimento a pesquisa pressupõe uma verdade *a priori* a ser alcançada através do “Método” (DESCARTES, 1978), aqui ela é, antes de tudo, a soma dos saberes concebidos tanto no conteúdo material, quanto nas inferências realizadas, justificando, assim, o uso da pesquisa bibliográfica, para a realização da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi dividida em duas fases: na primeira fase, nossa intenção foi contextualizar historicamente o período em que os opúsculos foram produzidos e colocados em circulação. Para isto fizemos uso das seguintes obras: “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964, de Thomas Skidmore (1982), “O Estado Novo”, de Maria Celina D’Araújo (2000) e “Tempos de Capanema”, de Simon Schwartzman (2000), dos quais recolhemos algumas impressões sobre a constituição política do período de 1930 a 1945.

Na segunda fase, nossa preocupação foi caracterizar e compreender os diferentes meios de comunicação visual e textual (iconotextos), além das técnicas empregadas na apresentação dos discursos referentes aos iconotextos.

Para isso, nos apoiamos principalmente nos seguintes trabalhos: “A linguagem e seu funcionamento”, de Eni Orlandi (1987) e “Testemunha Ocular”, de Peter Burke (2004), autores cujos trabalhos foram essenciais para a construção de nossas análises a respeito de texto, imagem e discurso. Assim, pudemos identificar a existência de critérios no processo de escolha e apresentação dos textos, das imagens e dos discursos.

Também visitamos o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), no Rio de Janeiro/RJ e consultamos algumas Leis e Reformas da Educação, referentes ao período que vai de 1937 a 1945.

Muitas dificuldades foram encontradas, tanto para o deslocamento, já que consultamos arquivos em diferentes cidades, quanto ao acesso às fontes, uma vez que algumas bibliotecas e arquivos carecem de recursos para organização e conservação dos materiais.

Nas escolas, por exemplo, é grande a ausência de registros dos livros que compõem a biblioteca, já que, na maioria das vezes, os mais deteriorados são descartados devido à falta de espaço adequado e/ou do conhecimento sobre a importância da preservação desse tipo de memória material. Felizmente pudemos constatar a existência de arquivos que merecem ser destacados pela organização do acervo, conservação do material e atendimento, como é o caso dos seguintes arquivos:

- Na cidade de Juiz de Fora/MG: Biblioteca Pública Municipal Murilo Mendes e Centro de Estudos Murilo Mendes.

- Na cidade de Belo Horizonte/MG: Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Deputado Camilo Prates, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

E na capital do Rio de Janeiro: o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom), a Biblioteca Nacional e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas).

Além disso, consultamos *sites* oficiais como os da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais,³¹ do Arquivo Nacional³² e do Planalto,³³ que disponibilizam, via *internet*, um sistema de atendimento ao usuário, bem como informações sobre o acervo e apresentação de textos completos.

No processo de seleção das obras realizamos alguns levantamentos partindo das principais escolas da rede estadual de ensino de Juiz de Fora,³⁴ buscando obras didáticas ou paradidáticas editadas ou utilizadas entre 1937 e 1945, mas em nenhuma delas foi encontrado este tipo de material. Então realizamos novas buscas nos seguintes arquivos: Biblioteca Pública Municipal Murilo Mendes, Centro de Estudos Murilo Mendes e Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Diante da ausência desse tipo de acervo nestas instituições, realizamos novos levantamentos em arquivos localizados no Rio de Janeiro. Em nosso primeiro momento de buscas nessa cidade consultamos o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom). O acervo desse arquivo inclui obras que se relacionam a um dos eixos temáticos que poderíamos pesquisar: o ensino de História/Integração Social. No entanto, nos deparamos com o obstáculo de a maioria

³¹Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 20 jul. 2005.

³²Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em 26 jul. 2005.

³³Planalto Central. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 ago. 2005.

³⁴Entre as escolas visitadas, podemos citar: Escola Estadual Delfim Moreira, Instituto Estadual de Educação, Escola Anexa ao Instituto e Escola Estadual Duque de Caxias.

destas obras não possuem data de edição, identificação da editora e até mesmo do autor.

Coincidentemente, estavam sendo realizados naquele mês, agosto/2004, no Museu da República no Rio de Janeiro, uma série de eventos e exposições relativos aos 50 anos da morte de Getúlio Vargas e uma destas exposições foi visitada pela orientadora desse trabalho, que cuidadosamente verificou e anotou os dados de uma obra exposta, possibilitando sua localização no Cpdoc reforçando assim a importância do trabalho orientado.

Tendo em mãos o nome de uma obra, decidimos realizar um novo levantamento no Cpdoc, onde selecionamos os opúsculos "Getúlio Vargas para crianças" e "Brasileiros, ouvi!", que têm em comum o fato de possuírem textos e imagens retratando momentos do Estado Novo e/ou da vida particular do presidente Getúlio.

2.1 Estratégias metodológicas

Analisar os iconotextos escolhidos é compreender os significados das representações textuais e visuais, por isto apresentamos a seguir detalhadamente as estratégias metodológicas empregadas neste estudo.

Para isso recorreremos aos trabalhos de Peter Burke (2004) e Eni Orlandi (1987) onde são analisadas a construção e os sentidos encontrados em diferentes tipos de linguagem visual e textual.

Orlandi (1987) aponta os diversos recursos que podem ser utilizados para envolver o leitor/ouvinte na trama do discurso, enquanto Burke analisa os recursos utilizados na construção de uma imagem para a elaboração de uma determinada mensagem.

Este procedimento metodológico pressupõe que as palavras, bem como as cores e formatos de uma imagem possuem significação maior do que aquela explícita e apreendê-las exige um estudo dos fatores e condições que influenciam a linguagem e o pensamento que elas expressam.

Nos estudos de Orlandi a respeito do discurso, forma e conteúdo não se separam; neles procura-se compreender “a língua, não como uma estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento”. (ORLANDI, 1987, p. 20)

Conforme Orlandi (1987), quando buscamos compreender nas palavras e nas imagens o significado que está para além delas, tornando possível contextualizar historicamente a mensagem presente nos opúsculos analisados, nos apropriamos desta metodologia ao mesmo tempo em que verificamos que o objeto de estudo da AD, assim como o nosso, é o contexto histórico-social, a situação e os interlocutores.

No entanto, antes de iniciar a AD, foi preciso acolher uma definição para o conceito de discurso que desejávamos analisar, por isto adotamos a definição dada por Orlandi, segundo a qual “o discurso é o efeito de sentidos entre locutores”. (ORLANDI, 1987, p. 20)

Desta forma, ao utilizarmos a AD como estratégia metodológica, estamos procurando compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história, já que a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a

realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.

2.2 A Ideologia

Na realidade, a linguagem (escrita, falada, visual, etc.) não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e da produção de sentidos e não meramente transmissão e informação.³⁵

Ao nos depararmos com analogias e metáforas nas obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, buscamos analisá-las, verificando se nelas há traços do discurso estado-novista, já que os órgãos de informação, comunicação e censura do Estado Novo utilizavam inúmeras técnicas para disseminar a ideologia de um Estado nacional forte, centrado na imagem do presidente Getúlio Vargas, representante legítimo da nação.

A palavra ideologia pode adquirir inúmeros significados, isto porque trata-se de um termo explorado por diferentes vertentes filosóficas, muitas vezes divergentes.

³⁵ Empregamos também nesta pesquisa o trabalho de Chaïm Perelman (1987), sobre os usos da argumentação e da metáfora, uma vez que através deste trabalho percebemos a linguagem e suas formas, como uma mediação entre o homem e sua realidade.

[...] a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem fazer. (CHAUÍ, 1980, p. 114)

No entanto, Garcia apreende a ideologia como “um complexo de idéias, desenvolvido por um grupo, induzido por sua posição social, que orienta sua atividade em direção à manutenção ou mudança de uma situação existente”. (GARCIA, 1982, p. 13)

Em nosso trabalho, recorreremos à definição de ideologia elaborada por Louis Althusser, que expôs a ideologia de uma maneira geral: a ideologia religiosa, a ideologia moral, a ideologia jurídica, a ideologia política, etc. como concepções do mundo. Para ele a ideologia é “o sistema das idéias, das representações, que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social”. (ALTHUSSER, (1970?) p, 69)

Embora essa definição tenha sido elaborada por Althusser num contexto diferente do que estamos analisando, acreditamos que ela seja capaz de responder às nossas necessidades.

A esse propósito o sistema de idéias que dominavam a equipe de governo durante os anos de 1937 a 1945 fundou como sua ideologia o trabalhismo e criou um movimento de opinião pública favorável e até mítico, a figura de Getúlio Vargas. O getulismo e o trabalhismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo. (GOMES; D'ARAÚJO, 1989, p.08)

Para Chauí, “a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos

para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia”. (CHAUÍ, 1980, p. 90)

Garcia (1982), no entanto, comenta que as classes dominantes utilizaram-se da ideologia e da propaganda para realizarem os interesses do capital, orientando e revelando seus interesses objetivos, enquanto esses meios serviam como instrumentos de ocultação e deformação das condições e interesses das classes subalternas.

Segundo Garcia (1982), o Estado Novo utiliza-se da propaganda como um meio complexo para viabilizar a expansão do capital objetivando a desmobilização política das classes subalternas e sua submissão às diretrizes do governo.

Por outro lado, a percepção de Chauí (1980) sobre o Estado e a ideologia é essencial para o entendimento da propaganda, uma vez que a autora entende que Estado e ideologia são instrumentos de dominação utilizados pela classe que explora economicamente para manter seus privilégios e dominar politicamente.

Generalizadas pela propaganda, as idéias oficiais se introduziram e impregnaram todas as camadas da sociedade, integrando-as e assegurando sua coesão. A propaganda, com isso, configurou-se como o mecanismo primeiro e fundamental na transformação das concepções das classes economicamente dominantes em ideologia dominante. Através dela, progressivamente, foi se delineando uma uniformidade de pensamento e de orientação que absorveria todas as formas de manifestação, em todos os níveis. Na família, no meio social ou na escola, nos quartéis, nas fábricas ou nas repartições públicas, oralmente ou pelos meios de comunicação, em todas as partes e por todas as formas, enfim, todos passavam a ser enquadrados nos mesmos princípios e valores e a ser orientados para os mesmos objetivos. (GARCIA, 1982, p. 126)

Desta forma, a ideologia oficial apregoada pelo governo varguista consistia em fazer com que o legal (conforme a lei) parecesse aos homens como o legítimo, o justo, o bom, permitindo ao Estado “monopolizar os meios de produção e (controlar) a transmissão de idéias”. (GARCIA, 1982, p. 126)

Um bom exemplo disto, no governo Vargas, foi a importância dada às atividades cívicas³⁶ através de leis e decretos implantando nas escolas programas e atividades como a hora cívica.

Aqui não nos cabe questionar os benefícios, ou malefícios desta iniciativa, mas a forma com que o Estado promoveu a legalização de uma atividade que passou a ser “vista” como legítima dentro dos seus projetos de valorização de uma política nacionalista.

Chauí percebe que a ideologia “substitui a realidade do Estado pela idéia do Estado, ou seja, a dominação de uma classe³⁷ é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo Estado” (1980, p. 91) É como se a lei referente às atividades cívicas refletisse o desejo do povo de implantar nos estabelecimentos escolares, em todas as atividades e circunstâncias, o sentimento de dignidade e fervor patriótico; sendo que, na verdade esse era o desejo de um grupo ligado à política nacional. Essa é a atividade intelectual que transforma as idéias particulares do grupo dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade.

³⁶ Conforme dispõe a Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto lei nº 4.244, de 09/04/1942) e a Lei Orgânica do Ensino Comercial (decreto lei nº 6.141, de 28/12/1943) a esse respeito; os estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial tomarão cuidado especial e constante na Educação Moral e Cívica de seus alunos. “Essa educação não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará da execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo, e, de um modo geral, do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico”. (AGUIAR, 1997, p. 288 e p. 309)

³⁷ Aqui a palavra “classe”, de abordagem marxista não será discutida, uma vez que a proposta desse trabalho é se debruçar sobre a análise dos iconotextos, tal palavra refere-se a transcrição do texto de Marilena Chauí (1980), por isso, optamos por utilizar, ao invés de classe, a expressão grupo que melhor se encaixa na discussão.

Caminhando nessa perspectiva, observamos que o Governo Vargas utilizou-se de vários mecanismos para transformar suas idéias particulares sobre a imagem do presidente e seu governo, em idéias universais.

Assim, a comunicação estabelecida pelo Estado, através dos iconotextos foi um dos meios de comunicação que o Estado utilizou para informar sobre as ações de Getúlio durante seu governo.

A linguagem clara e objetiva presente nos opúsculos é uma estratégia para evitar que o leitor tenha dúvidas ou venha a questioná-las, de forma a manter um certo controle sobre a forma com que essas informações chegavam ao leitor.

[...] querer persuadir um auditor significa antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que expressem uma simples relação de força, mas sim procurar ganhar a sua adesão intelectual. Não se pode persuadir um auditório senão tendo em conta as suas reações, de modo a adaptar o seu discurso a estas reações. O discurso argumentativo não é um monólogo onde não existe qualquer preocupação em relação aos outros. (PERELMAN, 1987, p. 235)

Vale lembrar que, para informar a população sobre suas ações, o Estado também se serviu de outros meios de comunicação, como rádio, jornal e outros. A esse respeito, a criação do Dip, pode ser considerada reflexo das políticas de controle e interferência do Estado em diferentes setores.

Para ilustrar a importância que o Estado Novo deu aos meios de comunicação podemos citar, como exemplo, as primeiras exposições da "Hora do Brasil",³⁸ um programa radiofônico produzido pelos órgãos de imprensa do governo com o objetivo de informar sobre as principais ações do governo (referentes à

³⁸ A Hora do Brasil foi inaugurada em 1938 pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), passando aos cuidados do Dip, em 1939, e destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <[http: www.fgv.br](http://www.fgv.br) >. Acesso em: 15 ago. 2005)

distribuição das verbas, de atos políticos, ações econômicas, etc.) em todas as cidades do país.

O livro ou material didático também pode ser considerado um meio de comunicação, tornando-se um veículo respeitável na circulação de informações, uma vez que simboliza o conhecimento.

O Estado Novo utilizou-se da propaganda, para informar através do conteúdo dos livros, do rádio, etc., as ideologias estado-novistas.

No entanto, a fixação dessas ideologias no imaginário das pessoas não depende delas mesmas, mas de uma força interna que, por sua vez, depende da transformação das relações sociais. (CHAUÍ, 1980, p. 119)

Dessa forma, as ideologias particulares (ou de um grupo) transformadas em universais não são assimiladas somente pelo fato de serem legítimas, mas também por tornarem-se parte das relações sociais estabelecidas.

Para que isso aconteça é preciso que a estrutura social comporte as idéias promovidas. Este movimento foi bem apreendido pelos órgãos de censura e propaganda durante os anos de 1930 a 1945, tanto que a imagem do presidente Vargas foi largamente explorada em todas as suas aparições públicas e pronunciamentos de forma a ratificar o personalismo com que ficou marcado seu governo.

Nessas aparições públicas e pronunciamentos como, por exemplo, o 1º de Maio, eram anunciados, entre outros, os funcionários-padrão, bem como as leis e decretos que beneficiavam as massas trabalhadoras. (D'ARAÚJO, 2000, p. 56)

Embora pareça sutil, foi esse tipo de estratégia que acabou por fazer com que Vargas recebesse o título de "Pai dos pobres", pois a grande maioria da população fazia uma leitura superficial dos acontecimentos e era facilmente

manipulada pelos meios de propaganda e censura. Esse fato explica, por exemplo, como Vargas retorna ao poder, através do voto em 1950, após ter sido deposto, pois o que permaneceu no imaginário da população não foi a imagem do presidente ditador, mas a do homem que concedia benesses ao povo, preocupado com os trabalhadores e com os “desvalidos da sorte”,³⁹ a mesma imagem que os órgãos de propaganda difundiram durante todo o Estado Novo.

Embora seu governo tenha sofrido uma interrupção, suas ideologias permaneceram no imaginário dessa população, o que confirma a assimilação de tais idéias e indica uma resistência temporal à sua destruição.

A partir do momento em que conseguimos resgatar traços desta ideologia nas imagens apresentadas nos opúsculos, reiteramos a importância do movimento da Nova História,⁴⁰ que possibilitou a ampliação dos objetos de estudo para além dos documentos escritos, abrangendo registros como as ilustrações e os depoimentos orais, possibilitando a invenção, ou reciclagem de fontes históricas antes consideradas inúteis ou esgotadas.

Para dar maior credibilidade à análise das imagens apresentadas nos opúsculos selecionados é que buscamos compreender melhor as questões acerca das representações iconotextuais, embora seja inevitável o risco imposto pelas

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ Nova História foi o nome dado à terceira fase da Escola dos Annales. A Escola dos Annales, por sua vez, tem origem nos *Annales d'Historie Economique et Sociale*, uma revista fundada em 15/01/1929, sob a necessidade de um pensar historiográfico construído através da cooperação interdisciplinar. Esta inovação tão necessária e sutil ao pensamento historiográfico acabou por transformar a revista numa “escola”, defensora de uma abordagem nova da História. Esta escola, por sua vez, acabou se transformando num movimento que levou a História a se aproximar das demais ciências e a ampliar seus objetos de estudo e possibilitando. Os Annales, como ficou conhecido, propuseram, através de uma temática inovadora a formação de um novo olhar sobre o fazer historiográfico, promovendo uma releitura da historiografia, fontes e concepções até então utilizadas. Seu caráter pluridisciplinar possibilitou a integração com as ciências sociais, a fuga da narrativa factual e uma abertura aos aspectos econômico, social e cultural entre outros, buscando a formação de um historiador apto à compreensão histórica mais ampla, capaz de abranger as diferentes realidades integradas no contexto histórico. (Ver: BURKE, 1994)

construções interpretativas, pois nelas os silêncios e os vazios também se tornam objetos de análise.

Acreditamos que analisar os iconotextos sem antes apresentar um esboço dessas especulações seria como limitar a análise apenas ao nosso olhar, motivo por que recorreremos a Peter Burke (2004) na construção do próximo subcapítulo, já que em sua obra “Testemunha Ocular” o autor conseguiu sintetizar de forma objetiva as principais questões relacionadas com o uso da imagem, enriquecendo nossas análises.

2.3 A Imagem

Este subcapítulo apresenta a imagem sob seus diferentes aspectos. Julgamos isto necessário porque a imagem é parte relevante deste estudo e acreditamos ser incoerente apresentar nossas considerações a respeito dos iconotextos sem antes expressarmos, ainda que generalizadamente, as bases sobre as quais nos apoiamos para construir nossas inferências.

Cientes da necessidade de analisar as imagens apresentadas nos dois opúsculos e da nossa limitação em lidar com as análises visuais, percebemos que o estudo iconográfico⁴¹ seria mais indicado que o estudo da semiótica,⁴² uma vez que o primeiro analisa a representação por meio da imagem e o segundo preocupa-se em analisar o sistema de significação apresentado por cada objeto.

⁴¹ Conforme Paiva, “iconografia é um termo que significa a imagem registrada e a representação por meio da imagem”. (PAIVA, 2004, p. 14)

⁴² Semiótica é a ciência que estuda os signos, dos sistemas de significação.

Apresentamos a seguir alguns apontamentos sobre o conceito de imagem e seus diferentes usos, na intenção de fundamentar a importância dada à imagem como elemento de evidência histórica.

Peter Burke (2004), em sua obra "Testemunha Ocular", realizou uma explanação bastante proveitosa a respeito da imagem em suas diferentes apresentações: desenho, cerâmica, pintura, fotografia, filmagem e até tapeçaria, por isso grande parte desse subcapítulo será baseada nessa obra.

Certeau (1995) também analisou a respeito do uso, das causas e dos efeitos da imagem empregados principalmente pela mídia para seduzir até mesmo os olhares mais desatentos. Este autor (CERTEAU, 1995) também contribuiu muito para nossas reflexões a respeito da forma como é representada uma imagem, discutindo, por exemplo, as estratégias utilizadas para perpetuar uma imagem no imaginário das pessoas, ao longo do tempo.

Tanto Burke (2004), quanto Certeau (1995) destacam a importância do período em que as imagens foram produzidas, esclarecendo que esse fato pode anunciar vários elementos relacionados com a produção das imagens, que muitas vezes retratam um acontecimento em um dado momento, motivo por que, muitas vezes, elas são consideradas testemunhas visuais.

Burke (2004) afirma, por exemplo, que os estudos a respeito da propaganda voltam-se para a Revolução Francesa ou para o século XX, período em que se verifica o uso das imagens de forma intensiva, a ponto de muitos acreditarem nesse momento como o do surgimento da propaganda. Também por isso vários historiadores questionam o emprego da palavra propaganda, para se referir a períodos anteriores a 1789.

Foi também na Revolução Francesa que um grupo de revolucionários arquitetou a destruição e a construção de vários monumentos visando a apagar da memória da população determinados heróis e ideais, ao mesmo tempo em que construíam novos mitos para um novo tempo, reforçando a idéia de que as imagens são capazes de interferir na construção de valores presentes no imaginário das pessoas.

É também a partir da Revolução Francesa que os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade, etc., passaram a ser personificados, ou seja, traduzidos para a linguagem visual.

No caso dessas personificações, cada detalhe tem por objetivo apresentar características referentes ao ideal a ser representado: a Justiça, a Liberdade, etc. A Justiça, por exemplo, é personificada na imagem de uma mulher de olhos vendados e uma balança nas mãos, retratando a imparcialidade com que os fatos devem ser apurados, e assim por diante.

No caso dos monumentos em forma de estátuas, a maneira como eles são representados também pode transmitir várias mensagens. Isto significa que uma pessoa pode associar os elementos que compõem uma estátua ao que ela simboliza, passando a ressignificar algumas imagens. Por exemplo, a representação de uma venda usada para cobrir os olhos passa a ser associada à Justiça, um livro ao conhecimento, um cavalo à virilidade, e assim por diante. (BURKE, 2004)

Através da possibilidade de associação da imagem a um valor ou a um conceito é que os governos, as empresas e as instituições passaram a criar símbolos visuais compostos de cores e desenhos para a sua representação. (BURKE, 2004)

O uso intenso desses símbolos e seus significados podem ultrapassar os limites temporais e geográficos. Um exemplo disso que pode ser citado é o relógio, interpretado como um símbolo do tempo pela maioria das pessoas do mundo há muitos séculos.

No momento em que essas personificações foram construídas, provavelmente a compreensão exigia do leitor/visual certa dose de atenção e interpretação.

Com o passar do tempo, o uso intensivo desses símbolos acabou por torná-los facilmente identificáveis e sua presença, na grande maioria das vezes, remete à mensagem que ela representa.

Para ratificar essa informação, apresentamos a seguir um trecho retirado do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças”.

Nele temos a seguinte afirmação: “Amparando mais ainda o operariado nacional, Getúlio Vargas deu-lhe duas leis fundamentais: a do Salário Mínimo e a da Justiça do trabalho”. (BARROSO, [1942?], p. 96) Essa frase está na página 96, e na página seguinte, visualizamos uma imagem ratificando a mesma mensagem através da representação da estátua da Justiça e de dois operários (ver anexos, figura 23).

Essas breves pontuações sobre o uso da imagem servem para que possamos pensar a relação dos textos e imagens apresentados nos opúsculos.

A linguagem visual e textual foi muito bem explorada pelos órgãos responsáveis pela divulgação do Estado Novo. No entanto, a comunicação oral e visual adquiriu uma importância especial nesse momento, em que o Brasil era constituído por uma grande massa de analfabetos, cerca de 65,2% da população de idade superior a dezoito anos em 1920 e 56,4% em 1940. (GARCIA, 1982, p. 102)

Por isso, ao analisarmos as imagens apresentadas nos opúsculos, percebemos que a função das mesmas é oferecer ao leitor uma informação análoga àquela contida no texto.

Podemos afirmar que, mesmo sendo analfabeto, o indivíduo (criança, jovem ou adulto) que manipulasse tais livretos, poderia inteirar-se das mensagens principais oferecidas por eles: o culto à nação, ao presidente e ao trabalho/trabalhador.

Desta forma, justificamos a importância adquirida pelas imagens na transmissão de uma mensagem, pois além de oferecer a leitura do acontecimento, ou do personagem que ela representa, ela pode ainda ser lida através de seus significados.

Embora a tradição de representar acontecimentos históricos em imagens venha de longa data, o interesse dos pintores na reconstrução precisa das cenas do passado foi especificamente acentuada, no Ocidente, no período compreendido entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial. A ascensão da pintura histórica, num sentido relativamente estrito, coincidiu com o crescimento do romance histórico, um gênero literário no qual o autor não somente contava a história acontecida no passado recente ou remoto, mas também tentava evocar e descrever a forma de vida e a mentalidade das pessoas que viviam na época. (BURKE, 2004, p. 198)

Apesar do uso intenso das imagens nos livros, revistas, cartazes, propagandas e nos mais variados espaços, muitas vezes a interpretação do leitor sobre elas não corresponde à intenção de quem as reproduziu.

Isto acontece porque as leituras que fazemos das imagens podem muitas vezes estar ligadas às nossas experiências pessoais. Por exemplo: o quadro “Guernica”, uma obra surrealista de Pablo Picasso, composta por cores fortes e imagens que se montam como num mosaico, foi pintado na intenção de retratar a

Guerra Civil Espanhola, mas certamente não será lida desta forma por um leigo indiferente a este movimento artístico e político.

Nesse sentido, um outro exemplo que merece ser citado são os *graffites* produzidos em determinados espaços de uma cidade grande. Um admirador desta forma de expressão artística poderá considerar esses espaços uma galeria de arte a céu aberto, quando na verdade a intenção do artista responsável pelos murais poderia limitar-se ao desejo de despoluir os muros das marcas produzidas pelos pichadores.⁴³

Assim, também os elementos visuais de uma cultura podem ser utilizados por outra, com sentido diverso daquele para o qual eles se propuseram inicialmente.

Para que isso não aconteça, é preciso que a mensagem visual apresentada seja clara e objetiva, evitando interpretações inadequadas ao desejo de quem as produziu.

Talvez, por isso as imagens apresentadas nos opúsculos não sejam rebuscadas, pois, a ausência de detalhes limita o leitor às informações expressas nas figuras, evitando “desvios”⁴⁴ na leitura, ao mesmo tempo em que torna explícita a mensagem transmitida.

Burke (2004) aponta a possibilidade de utilizar as imagens como um elemento de evidência histórica, isto é, considerar a imagem como um registro do que ela representa. Ele nos atenta ao fato de que ela, assim como outras fontes, nunca deve ser tomada individualmente na reconstrução de um acontecimento.

⁴³ Com esse exemplo desejamos ressaltar que muitas vezes a leitura que se faz de uma imagem não corresponde à principal intenção do artista quando ele a produziu, embora o valor artístico de uma obra esteja implícito nela, mesmo que essa não a intenção do artista.

⁴⁴ Grifo nosso.

O ideal deveria ser, sempre que possível, a conjugação de diferentes fontes, que contribuiriam para a confirmação ou negação da hipótese criada sobre determinado acontecimento, pessoa ou circunstância.

No caso dos opúsculos, tanto as imagens, quanto os textos transmitem a mesma mensagem, de forma que um reforça o outro.

Considerando o fato de a imagem merecer tantos cuidados quanto às demais fontes é que buscamos analisar as imagens apresentadas nas obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, juntamente com os textos que as acompanham, verificando a função desses dois elementos na transmissão da mensagem.

Neste sentido, fazer um levantamento com diferentes imagens retratando a mesma ocasião, ou até mesmo contrapondo documentos escritos às representações visuais de um acontecimento pode ser uma boa forma de se conseguir confiabilidade na análise que se deseja fazer.

Burke (2004) ressalta que devemos ter muito zelo na realização dessa análise, uma vez que estamos tratando de uma “testemunha muda”,⁴⁵ cuja tradução em palavras é uma atividade que exige boa dose de conhecimento a respeito do assunto tratado, e ao mesmo tempo imparcialidade, para não dar à análise uma interpretação pessoal.

Por esta razão é que muitas vezes os esboços de pinturas são mais confiáveis como testemunhos, que as próprias pinturas, pois nos primeiros a liberdade e o desprendimento com que são realizados (em comparação às pinturas trabalhadas) lhes oferecem um risco menor de opacidade.

⁴⁵ Grifo do autor.

Em função disso, Burke (2004, p. ii) propõe que as imagens sejam utilizadas junto com outros tipos de evidência, sendo necessário que os historiadores desenvolvam métodos de “crítica das fontes” para as imagens, tais quais os que existem para os textos, “interrogando estas testemunhas oculares da mesma forma que os advogados interrogam as testemunhas durante um julgamento”.

Ao demonstrar o interesse e ao mesmo tempo o perigo presente no uso das imagens como evidência histórica, Burke (2004) recorda que nos últimos tempos somente com a ampliação das fontes foi possível aos historiadores desenvolverem pesquisas não apenas nos eventos políticos, mas também na história da vida cotidiana, das estruturas sociais e das mentalidades, tal qual propunha a Escola dos Annales. Com a inclusão das imagens como fontes históricas, alguns historiadores passaram a analisar a função desempenhada por elas.

Burke (2004) discute em tais representações tanto a possibilidade de sua relativa fidelidade a um determinado momento, como também a possibilidade de tais representações indicarem não o que realmente aconteceu, mas aquilo que determinada época, circunstância ou pessoa desejassem que fosse o ideal a ser representado.

Como exemplo, podemos citar, as pinturas e fotografias em que as pessoas apresentam-se em trajes de festa, ou em poses pré-estabelecidas, mas que não passam de uma representação de um momento irreal, idealizado pelo pintor, ou pela pessoa retratada.

Concordamos que é necessário um certo cuidado ao tratarmos das imagens como evidência histórica. Assim, se as detivermos como documento,

devemos submetê-la aos processos de comparação, averiguação e análise, como ocorre com qualquer outro documento.

Com efeito, devemos considerar também todos os elementos (cor, textura, tamanho, etc.) capazes de dar à ilustração o poder de transmitir veracidade à imagem desejada. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que uma imagem em tons amarelos, ou pastéis, pode produzir uma sensação de acontecimento passado, uma imagem em preto e branco pode transmitir um sentido de realidade dura.

No caso das fotografias, outro cuidado é lembrar que elas retratam um momento caracterizado sob um dos diversos ângulos que ele pode ser apresentado.

Por outro lado, uma fotografia, pode tornar-se evidência da História, uma vez que a representação de um determinado ângulo (da foto) indica a visão de quem a retratou, e, a partir disso, é possível promover uma série de críticas a respeito do que foi documentado.

Tomando como exemplo os acessórios representados junto com os modelos, nas fotografias, pinturas ou monumentos, podemos dizer que a função desses objetos é reforçar suas auto-representações, pois, como já dissemos, certos objetos e cores são capazes de indicar valores e papéis sociais específicos às imagens.

O estudo dos detalhes, que vão desde os elementos que compõem uma imagem, até informações a respeito de seu autor e sua intencionalidade, tornou-se conhecido como *iconografia* ou *iconologia*, que é a interpretação dessas mensagens, ou significação dessas representações.

Inúmeras vezes o método iconográfico tem sido criticado por ser muito intuitivo, embora muitas vezes a interpretação de um documento escrito só se torne completa após serem interpretadas as imagens que o compõem. (BURKE, 2004)

Há que se notar que em muitas representações estão presentes os “Estereótipos do Outro,⁴⁶ e nelas muitas vezes pode permanecer uma visão “preconceituosa”⁴⁷ capaz de se sobrepor à imagem real.

O olhar⁴⁸ de quem retrata visualmente o outro freqüentemente expressa atitudes sobre as quais o espectador pode não estar consciente, sejam elas de medos, ódios ou desejos projetados no outro.” (BURKE, 2004, p. 156)

Durante séculos as imagens produzidas pelos viajantes retratando o mundo indígena, o árabe, e outros, foram responsáveis pela constituição de lendas que promoveram, por exemplo, a idéia da existência de raças monstruosas. Portanto, a construção de uma imagem pode interferir na elaboração de conceitos que permanecem ou permanecerão durante muito tempo na memória das pessoas.

Se a visão do outro é mediada por estereótipos e preconceitos, a visão do eu implicada por essas imagens é ainda mais indireta. Contudo, as imagens oferecem um precioso testemunho se ao menos pudermos aprender como lê-las. (BURKE, 2004, p. 173)

Isto significa que, ao nos depararmos com uma imagem preconceituosa a respeito dos hábitos indígenas, por exemplo, somos informados de que esse tipo de relacionamento cultural era muito primitivo e que o preconceito exposto na imagem representada indica o distanciamento existente entre o povo representado e aquele que o representou.

É imprescindível darmos o valor que as narrativas visuais merecem, ainda que com tantas ressalvas. No entanto, muitas vezes os historiadores subordinam as imagens aos textos escritos, isto quando não as ignoram totalmente,

⁴⁶ Grifo do autor.

⁴⁷ Grifo do autor.

⁴⁸ Burke cita entre outros: “o olhar ocidental, o olhar científico, o olhar colonial, o olhar do turista, ou o olhar masculino”. (BURKE, 2004, p. 156)

seja pela subjetividade que a análise exige, seja pela própria dificuldade de análise encontrada pelo pesquisador.

Nos dias atuais a indeterminação sobre a forma com que é construída uma imagem é mais um dos fatores que dificulta essa análise, uma vez que o próprio movimento modernista, inaugurado na década de vinte no Brasil, enfatiza que a arte não necessita de um objetivo final para constituir-se como tal, que dirá uma representação visual.

O que Peter Burke (2004, p. 232) quis enfatizar em seu livro é exatamente o fato de que “as imagens não são, nem um reflexo da sociedade, nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos”.

Desta forma, as imagens apresentadas nos opúsculos devem ser consideradas em seu contexto. Afinal, elas remetem a algumas circunstâncias reais e devem ser consideradas, a partir, das condições em que foram produzidas.

Burke (2004) trata das imagens como evidências, embora seu testemunho muitas vezes seja ignorado, sua importância está no fato de elas representarem não só os estereótipos, mas também as mudanças graduais pelas quais indivíduos ou grupos vêem o mundo social, incluindo sua imaginação.

Entre positivistas e céticos, entre os que acreditam que as imagens veiculam informações confiáveis sobre o mundo exterior e os que afirmam que não, há uma terceira via apontada por Burke. Nela não se espera necessariamente “andar no meio da estrada, mas sim fazer cuidadosas distinções, evitando alternativas simples, trazendo para a discussão a crítica mais pertinaz da prática”, buscando estabelecer nexos entre as representações visuais, sua contextualização e a importância efetiva dessa representação. (BURKE, 2004, p. 233)

É observando a sutileza dos detalhes que podemos descobrir significativas informações que os produtores de imagens não sabiam que estavam produzindo. Um bom exemplo disso é quando ao analisarmos uma imagem podemos afirmar que no momento de sua produção era comum o hábito de ter animais domésticos, pelo fato de a pintura apresentada ter ao fundo a imagem de um gato deitado no chão. Embora isso pareça ser um detalhe simplório, dificilmente um artista que imagina pintar alguém em sua casa iria incluir a imagem de um gato, se isso não fosse comum na vida das pessoas no momento em que a pintura foi produzida.

Lembramos que a produção inconsciente desse tipo de detalhe é mais confiável em imagens que antecedem o século XX, uma vez que nelas dificilmente encontram-se elementos de valorização de representações abstratas.

Contendo ou não, elementos abstratos, não devemos ignorar o testemunho dado pelas imagens, embora seu valor como evidência deva ser discutido, contextualizado e analisado cuidadosamente. Ao historiador deve ser dado o cuidado de “ler nas entrelinhas”, como já é costume ao analisar os textos.

Tratar as imagens como meros instrumentos de ilustração é ignorar a capacidade que elas têm de delatar muitos dos silêncios que os outros documentos deixam escapar.

No entanto, antes de analisarmos os opúsculos, outros itens devem ser considerados como, por exemplo, a conjuntura política e social em que eles foram produzidos.

Tomando como ponto de partida as condições de produção dos dois opúsculos, buscamos perceber os diversos sentidos que podem ser empregados às

mensagens descritas nos opúsculos para a construção de um discurso nacionalista, centrado na imagem de Vargas como augusto representante da nação.

Portanto, as informações visuais e textuais apresentadas nesses opúsculos são valiosas, uma vez que a iconografia oferece recursos para a análise das imagens e a AD considera a linguagem em seu duplo aspecto: o lingüístico e o histórico, “enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que (o) significam”. (ORLANDI, 1994, p. 02)

Esse conjunto de recursos possibilita atestarmos as hipóteses construídas acerca dos textos e imagens que compõem os opúsculos.

Apresentados os elementos que delineiam a composição das obras selecionadas, resta indicar a forma e os autores em que nos apoiamos para analisar o conteúdo expresso nos iconotextos, o que é indicado no próximo subcapítulo: “O discurso”.

“Os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores” (ORLANDI, 1994) Portanto, a AD permite-nos dialogar com os diferentes sentidos que podem ser produzidos através de um texto, ainda que ele pareça transmitir a idéia de um discurso informal, coerente e imparcial.

Por isso, no próximo subcapítulo recorreremos a AD, para pontuarmos a construção dos sentidos do Discurso apresentados nos iconotextos, através da linguagem em seus aspectos lingüístico e histórico.

2.4 O Discurso

Em uma de suas obras, Milan Kundera, escritor contemporâneo, inicia a narrativa falando de suas percepções diante de uma fotografia.

Não há muito tempo, eu mesmo fui dominado por este fato: parecia-me incrível, mas, folheando um livro sobre Hitler, fiquei emocionado diante de algumas de suas fotos; elas me lembravam o tempo de minha infância; eu a vivi durante a guerra; diversos membros de minha família foram mortos nos campos de concentração nazistas; mas o que era a morte deles diante dessa fotografia de Hitler que me lembrava um tempo passado da minha vida, um tempo que não voltaria mais?

Essa reconciliação com Hitler trai a perversão moral inerente a um mundo fundado essencialmente sobre a inexistência do retorno, pois nesse mundo tudo é perdoado por antecipação e tudo é, portanto, cinicamente perdido. (KUNDERA, Milan. 1983, p. 10)

Através da descrição do escritor percebemos como a fotografia de Hitler adquire para ele um significado totalmente diferente daquilo que normalmente diríamos que ela pode representar. Isso nos faz pensar em como os discursos visuais também são suscetíveis a interpretações variadas. Essas interpretações são, na verdade, as leituras que fazemos a partir de nossas vivências e do significado que atribuímos ao que é representado. Por isso, uma imagem pode adquirir diferentes significados para diferentes leitores.

Ao descrever suas impressões sobre a fotografia de Hitler, Milan Kundera (1983) vê para além dela, vê sua infância vivida durante a guerra, seus familiares, seu passado. E complementa: “mas o que era a morte deles diante dessa fotografia de Hitler que me lembrava um tempo passado da minha vida, um tempo que não voltaria mais?” (KUNDERA, 1983, p. 10) O escritor fala de uma reconciliação com Hitler, mas certamente poucos seriam os leitores que, ao se depararem com este tipo de fotografia, teriam a mesma sensação descrita por ele.

Isso acontece porque a linguagem visual, assim como a textual, está inserida num contexto que relaciona os diálogos que realizamos com essas linguagens antes de anunciar nossas interpretações a seu respeito.

Aqui a Análise do Discurso, ou simplesmente - AD -, é apontada através dos discursos e dos elementos argumentativos utilizados para que a mensagem anunciada seja concebida pelo leitor com o menor número de interferências possível.

Por isso, a linguagem textual dos opúsculos é objetiva, simples e utiliza-se dos recursos oferecidos pela linguagem visual para atestar as informações descritas, para que a mensagem transmitida sofra o menor número de interferências durante a leitura.

Como anunciamos anteriormente, os discursos apresentados nos impressos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!” foram elaborados ainda no período de vigência do Estado Novo e divulgam valores estado-novistas como, a unidade nacional, a exaltação ao trabalho e a legitimidade do presidente como representante da nação.

Orlandi (1994, p. 09) afirma que “não existe discurso sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia”. Isto significa que para cada discurso anunciado existe um sujeito responsável pela ideologia anunciada, além de não existir sujeito sem ideologia.

Como toda ideologia que busca legitimar uma determinada ordem, o discurso estado-novista constrói um esquema que sublima a ação presente, atribuindo-lhe certa plenitude de significados.

No entanto, é óbvio que a mensagem transmitida só será apreendida se o contato entre o orador e seu auditório se estabelecer através de uma linguagem que o auditório compreenda. (PERELMAN, 1987)

Para que este contato se estabeleça, a linguagem apresentada deve ser atraente, clara e direta, permitindo ao orador agir sobre seu auditório. Essa ação normalmente é orientada pelo orador, que na maioria das vezes elabora seu discurso, considerando seu auditório e as informações que deseja transmitir, podendo ser compreendido mesmo que o público ouvinte não se dê conta desse processo.

Refletindo isso, buscamos apontar como o uso das analogias e metáforas nos iconotextos selecionados contribuiu para divulgar as ações de Vargas e os ideais do Estado Novo.

Para exemplificar o funcionamento do discurso promovido pelo Estado Novo através dos iconotextos apontamos alguns textos presentes nas obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.

Ver anexos, figura 08

A imagem retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” (BARROSO, [1942?], p. 55) representa Getúlio Vargas, em seu escritório e acompanha o seguinte texto:

Os Deputados à Constituinte reuniram-se no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, em 15 de novembro de 1933. Enquanto os representantes do povo preparavam a Carta política do país, Getúlio Vargas continuava trabalhando. Tinha suas idéias e força para realizá-las: realizou-as sempre com eficiência. Seu grande segredo estava no trabalho infatigável: Getúlio Vargas jamais abandona a mesa de trabalho para se entregar a prazeres fúteis. Em certas ocasiões trabalha dezesseis horas por dia, sem

demonstrar cansaço, batendo, nesse particular, um verdadeiro record entre todos os estadistas do planeta. (BARROSO, [1942?], p. 54)

Não restam dúvidas de que a idéia central deste texto seja enfatizar o valor do “trabalho” para o presidente Getúlio Vargas.

Num texto pequeno como este, a palavra trabalho, em suas variações, surge quatro vezes: “continuava trabalhando”, “trabalho infatigável”, “mesa de trabalho” e “trabalha”, tendo ainda a palavra “força”, que também sugere trabalho. Não bastasse tudo isto, existe um reforço visual dado pela imagem do presidente em seu escritório fazendo suas leituras à noite, já que vislumbramos a luminária ligada, a noite de lua cheia vista pela janela e o relógio marcando meia-noite e dez (00:10h).

Assim, “parece” intencional a idéia de utilizar texto e imagem para associar Getúlio ao trabalho, um de seus lemas mais utilizados.

Mas se esta intencionalidade parece estar implícita apenas na leitura que nosso inconsciente realiza, através do valor ofertado às palavras e imagens que captamos, o autor não deixa margem para dúvidas, nem mesmo qualquer modéstia ao presidente, designando-o como o estadista que mais trabalha, um recordista entre todos do planeta.

Já, a figura que acompanha o texto a seguir faz parte do opúsculo “Brasileiros, ouvi!”. Nela grandes imagens se contrapõem a pequenos textos com frases de ordem, como podemos constatar.

Forte e unido, o Brasil marchará para diante possuído de uma serena confiança em si mesmo, sem fronteiras que separem os Estados como nações estranhas, como inimigos atentos e cheios de rivalidades. Não há Estados ricos e Estados pobres; Estados que mandam e Estados que obedecem: todos são iguais e todos são pequenos. Grande é apenas o Brasil. (Brasileiros, ouvi! [ca.1940] p. 01)

Ver anexos, figura 09

Na imagem retirada do opúsculo “Brasileiros, ouvi!” (BARROSO, [1942?], p. 01), a idéia central é apresentar os elementos já existentes nos desfiles e nas comemorações, como o culto aos símbolos nacionais.

Na figura observamos a representação da juventude, das forças armadas e do povo; os jovens remetem à idéia de força, o exército simboliza a unidade nacional e o povo, embora não seja personagem de primeiro plano, participa da cena e indiretamente é representado pelo presidente que está acima de todos. (SOUZA, 2004)

A seguir, temos mais uma representação contida no opúsculo “Getúlio Vargas para Crianças”, que visa a reconstituição do caminho trilhado por Vargas desde a sua infância até a presidência da República.

Ver anexos, figura 10

A imagem retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” (BARROSO, [1942?], p. 15), representa Getúlio Vargas, quando criança em São Borja e acompanha o seguinte texto:

Quando largava os livros, o gauchinho se integrava novamente na terra natal; improvisava caçadas aos guaxinins que assaltavam os galinheiros da estância, dirigia as brigas de papagaios de papel, que se embolavam em imensas alturas, com as suas manchas de papel colorido em plena confusão. Mais ainda, visando alguma coisa de prático, o menino Getúlio iniciara uma criação de bicho da seda. Os amiguinhos de infância nem sempre respeitavam devidamente essa criação: mas qualquer desrespeito era imediatamente coibido com palavras e conselhos do jovem Vargas, que fazia valer os direitos dos indefesos bichos da amoreira. (BARROSO, [1942?], p. 14)

Para reconstituir o trajeto de Vargas, o autor elaborou uma narrativa na qual os fatos passados da vida do presidente adquirem força capaz de justificá-lo como o homem predestinado a oferecer à nação brasileira o *status* de nação forte.

O seu nascimento numa estância gaúcha e seus hábitos tomam peso maior se pensarmos que a idéia era idealizar o presidente através da imagem do “homem simples e bom (...)”, “simples ao extremo, como todos os verdadeiros grandes homens públicos”. (BARROSO, [1942?], p. 109)

Na representação do menino Getúlio, seus trajes já indicam um homem público, pois é a única criança da cena que usa terno, além disso, suas ações indicam sempre alguma intencionalidade; “Quando largava os livros” era para se integrar novamente à terra natal, se “improvisava caçadas aos guaxinins”, era porque “assaltavam os galinheiros da estância”, sem contar que nas “brigas de papagaios de papel”, sua função não qualquer uma, mas a de dirigi-las. Enfim, até para uma criação de bicho da seda, o menino se valia de um espírito “maior” “visando alguma coisa de prático”.

Desta forma desde cedo era possível detectar suas qualidades natas, como a de “conselheiro” e a de “pessoa justa”, que “fazia valer os direitos dos indefesos”, ainda que fossem apenas os bichos da amoreira....

Não subestimemos, portanto, a simplicidade dos textos citados, pois as palavras descritas têm a função de alcançar públicos infantis. E, apesar de sutil, seu poder de alcance pode ser maior do que imaginamos, se pensarmos que tais crianças tornar-se-iam os adultos que anos depois trariam Getúlio “nos braços do povo”, nas eleições presidenciais de 1950.

Nos iconotextos apresentados a função do discurso é mostrar Getúlio Vargas e as ações do Estado Novo.

No entanto, eles não se limitam a isso, pois no decorrer da narrativa, o discurso visual utiliza-se de outros elementos capazes de estabelecer uma dimensão extratextual, ou seja, uma conexão com outros textos. Esses elementos, por sua vez, possuem significados distintos possibilitando a transmissão de valores e conceitos durante a leitura do texto.

Portanto, servem à perpetuação de ideais como o nacionalismo, a valorização do trabalho e do chefe da nação, entre outros.

Refletindo sobre a importância adquirida pelo Dip, na produção e veiculação das obras literárias, é que decidimos apresentar, a seguir, o trabalho de Lacerda (2000) sobre o projeto denominado “Obra getuliana”.

Nesse projeto idealizado por Capanema, percebemos a preocupação em descrever o período Vargas através do uso da linguagem visual e textual. Além desse aspecto, tal projeto apresenta algumas semelhanças com os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!” que serão analisadas mais atentamente, no próximo capítulo.

3 A “OBRA GETULIANA”: UM CONTRAPONTO

Que a imagem seja uma produção consciente e inconsciente de um sujeito é um fato; que ela constitua uma obra concreta e perceptível também; que a leitura dessa obra faça viver e perpetuar-se, mobilizar tanto a consciência quanto o inconsciente de um leitor ou um espectador é inevitável.

Martine Joly

Para compor este capítulo vamos recorrer ao trabalho de Aline Lopes de Lacerda (2000), que realizou uma pesquisa nos arquivos de Gustavo Capanema⁴⁹, a respeito de um projeto elaborado por esse ministro no final dos anos 30.

Tal projeto previa a elaboração de um livro ilustrado sobre as realizações do governo Vargas em seu primeiro decênio de atividades. “Esse livro deveria fazer parte de uma série de comemorações que em 1940 marcariam os 10 anos do governo de Getúlio Vargas, à frente do poder desde 1930”. (LACERDA, 2000, p.103)

Quanto ao conteúdo, o projeto denominado pelo ministro como “Obra getuliana”, ou simplesmente, “O.G.V.”, previa um livro com aproximadamente 600 páginas, sendo 300 páginas de textos e 300 de fotografias.

⁴⁹ O arquivo privado de Gustavo Capanema encontra-se no Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Ao analisar o *layout*⁵⁰ (prova tipográfica) de tal projeto, pudemos constatar a preocupação do ministro em utilizar os recursos visuais na composição do mesmo.

Para a realização desse projeto foram convocados alguns fotógrafos profissionais. Lacerda (2000) descreve a participação dos fotógrafos Epaminondas, Erich Hess, Erwin von Dessauer e Jean Manzon na realização desse projeto. Epaminondas era o fotógrafo oficial do Ministério, Jean Manzon, um francês, imigrado no início dos anos 1940, com experiência em revistas famosas na França, enquanto os alemães Erich Hess e Erwin von Dessauer foram chamados a fazer parte da equipe por diferentes motivos. O primeiro, devido ao seu trabalho junto ao Sphan⁵¹ e o segundo contratado para realizar serviços específicos no Ministério.

O trabalho dos referidos fotógrafos durante a realização desse projeto era retratar o desenvolvimento e as belezas existentes nos quatro cantos do Brasil.

Lacerda (2000, p. 112) transcreve um trecho da entrevista realizada por Ana Maria de Lima Brandão e Cássia Maria Melo da Silva, em junho de 1987 com o fotógrafo Hess em que ele comenta o que deveria ser fotografado: “[...] Tudo, menos a miséria! Quando nós fomos mandados, nós fomos mandados para ver as coisas bonitas. Eu não recebi uma indicação de ‘faz só o que é bonito’, mas estava claro que a gente escolhia o aspecto”.

Para o bom andamento dessas atividades o ministro ainda tinha o cuidado de expedir cartas de recomendação a membros da administração dos estados indicando os temas fotografáveis como, por exemplo, construções,

⁵⁰Tanto o *layout* do livro, quanto os textos que fariam parte dele pertencem ao arquivo privado de Gustavo Capanema e encontram-se depositados no Cpdoc.

⁵¹ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pela lei federal n.º 378 em 13 de janeiro de 1937. Disponível em: www.minic.gov.br em 13/12/05, 10:49:00.

instalações, serviços médicos, estradas, realizações do Ministério da Guerra na região, etc. (LACERDA, 2000)

Assim, o fotógrafo tinha como missão fotografar realizações do governo federal em todo o país no período de 1930 a 1940.

Conforme Lacerda (2000), além das orientações dadas aos fotógrafos, o ministro fez solicitações aos diretores de instituições que atuavam nas áreas relacionadas ao projeto, pedindo relatórios das atividades desenvolvidas, no intuito de obter as informações necessárias à produção da obra. O trecho a seguir faz parte de uma dessas solicitações, nele Capanema orienta, “[...] Deverá o relatório ser sucinto, e vir na medida do possível, acompanhado de documentação fotográfica”. (LACERDA, 2000, p. 111)

Essa orientação, acrescentada da proposta do livro de apresentar 300 páginas com textos e 300 páginas com material fotográfico, permite-nos afirmar que, ao idealizar a “Obra getuliana”, Capanema pretendeu dar às imagens a mesma importância adquirida pelos textos na divulgação das informações.

A autora aponta o discurso visual presente nesse projeto como uma tentativa de captar o mundo em seus reflexos, como se a imagem pudesse “‘aprisionar’ um real que, na verdade, se localiza fora dela, num *continuum* que extrapola os limites do espaço discursivo”. (LACERDA, 2000, p. 124)

Contudo, é a enunciação fotográfica que estrutura o que é dito, ainda que com essa voz emprestada, e o que parece ser apenas uma sucessão de cenas cotidianas do fazer fotográfico, que opera recortes, congela e fragmenta, revelando que essas cenas aparentemente não privilegiadas por serem exibidas em série, são individualmente dignas de nota para figurar nesse espaço. (LACERDA, 2000, p.124)

Pensando nos sentidos do mostrar fotográfico, “o *layout* do livro apresenta uma espécie de mosaico de imagens pulverizadas em diversas cenas, ordenadamente dispostas na superfície do suporte”. (LACERDA, 2000, p.126)

Em todos os temas do *layout*, o tratamento de edição e montagem das imagens desempenha um papel importante na produção de sentido do discurso, já que essa apresentação “não se limita simplesmente a mostrar uma cena, mas também constrói, pela exibição, algumas noções, pensamentos, idéias, conteúdos”. (LACERDA, 2000, p.127)

Nessa dinâmica, as imagens operam um duplo efeito de reconhecimento: colocam-se como fragmentos de um real, numa função demonstrativa do universo de ações que está sendo falado, mas ao mesmo tempo constroem visualmente conceitos que funcionam como predicados “positivos” desse mundo de ações com os quais o governo pretende estar associado (modernização, progresso, harmonia social, construção nacional, etc.) Esses conceitos vão sendo construídos pelas imagens numa espécie de “segunda voz” paralela à das ações, mostradas num arranjo que vai definindo a noção a ser atribuída a essa obra e a esse governo, construindo a identidade do objeto do discurso. (LACERDA, 2000, p. 126)

Portanto, a utilização da linguagem visual na composição desse projeto ofereceria sustentação às informações elaboradas pelos textos escritos, ao narrar e mostrar.

O projeto, entretanto, não foi concluído, embora uma fase importante do trabalho editorial como a edição de fotografias e a sua montagem num espaço diagramado tenham sido realizadas.

A ausência de informações sobre o fracasso do projeto levou Lacerda (2000) a construir algumas hipóteses para isso, dentre as quais destacamos a inviabilidade da edição, devido aos custos oferecidos à comercialização de uma obra

com essa dimensão material, o que impossibilitaria a sua aquisição, por exemplo, em bancas de jornais.

Embora não existam registros sobre o fim desse projeto e muito menos sobre aqueles que originaram os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, a partir da leitura do *layout* da “Obra getuliana” percebemos que entre o *layout* do projeto e as imagens apresentadas nos opúsculos existe uma grande semelhança.

Para demonstrar os traços dessa semelhança, apresentaremos a seguir a descrição do *layout* do projeto apresentado por Aline de Lacerda (2000).

Ao final da apresentação de cada um dos temas que comporiam o projeto “Obra getuliana”, indicamos uma imagem correlacionada (nos anexos), que foi retirada do opúsculo “Getúlio Vargas para crianças”, ou “Brasileiros, ouvi!”.

Nosso intuito ao conjugarmos a imagem de um dos opúsculos à descrição do *layout* de “Obra getuliana” é demonstrar que em ambas as obras, as imagens foram utilizadas com o mesmo objetivo, ou seja, constituíram-se numa estratégia discursiva em que conceitos como nação, unidade, trabalho, educação e progresso, deixam de ser abstratos para assumirem uma representação visual, como veremos a seguir.

3.1 Descrição do *layout*, pelos temas arrolados por imagens que comporiam as partes do projeto “Obra getuliana”⁵²

Produção: refere-se às atividades desenvolvidas no Brasil em áreas como indústria, agricultura, pecuária e extração mineral. (Ver anexos, figura 15)

Educação e saúde: apresenta atividades educativas e cívicas, com ênfase na participação da juventude estudantil, bem como ângulos de prédios de instituições de pesquisa científica nas áreas de educação e saúde, além de mostrar o trabalho de restauração de obras do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Ver anexos, figura 16)

Exército: destaca a modernização da indústria bélica nacional, exibindo imagens da produção de armamentos e munições no Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro, bem como de atividades de treinamento de soldados e desfiles militares. (Ver anexos, figura 17)

Comunicação: retrata os serviços de comunicações e transportes, como os Correios e Telégrafos, as obras de edificação de torres rádiotransmissoras, a construção de pontes, rodovias, ferrovias, aeroportos, etc. (Ver anexos, figura 18)

Trabalho: apresenta um painel das atividades dos trabalhadores em agricultura, pecuária, construção civil, construção naval, indústrias, transportes, pesquisa científica etc.; mostra a construção de vilas residenciais para operários e dos edifícios-sede dos ministérios da Fazenda e do Trabalho, no Rio de Janeiro. (Ver anexos, figura 19)

⁵² Descrição elaborada por Aline Lopes de Lacerda, 2000.

Marinha: mostra as atividades internas da corporação concernentes à formação de oficiais, enfocando também a modernização dos trabalhos de construção de navios da frota brasileira no Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro. (Ver anexos, figura 20)

Aviação: traz imagens de aviões em operação no ar e de atividades realizadas em campos de pouso. (Ver anexos, figura 21)

Comércio: destaca as atividades de importação e exportação em mercados livres e portos brasileiros, além de apresentar aspectos de prédios de instituições financeiras e comerciais. (Ver anexos, figura 22)

Turismo: exhibe pontos turísticos brasileiros, tais como algumas estações de águas em Minas Gerais, praias famosas no Rio de Janeiro, igrejas das cidades históricas mineiras. (não possui imagem correlacionada)

Justiça: mostra edifícios de instituições penitenciárias e o trabalho de detentos. (Ver anexos, figura 23)

Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp: traz imagens relativas às atividades do órgão, como a realização de concursos para o funcionalismo público. (Ver anexos, figura 24)

Urbanismo: exhibe cenas urbanas das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte. (não possui imagem correlacionada)

A partir, da descrição dos temas que compunham o projeto “Obra Getuliana” apresentamos, a seguir, algumas considerações sobre as características deste projeto e as obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.

3.2. Considerações parciais sobre a “Obra getuliana” e os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi”.

Além da utilização de textos e imagens, os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!” possuem mais algumas características em comum com o projeto “Obra getuliana”. A primeira delas é a temática: o período Vargas. A segunda é o uso intenso das imagens, enquanto a terceira refere-se ao momento em que, os opúsculos e o projeto foram elaborados, pois, embora não haja uma data exata, todos podem ser situados entre 1937 e 1945.

Além dessas semelhanças, dos doze itens apresentados na descrição do *layout* do projeto “Obra getuliana”, nove possuem uma imagem correlata em um dos opúsculos analisados.

Isso indica não só o desejo de utilizar as imagens para a divulgação do discurso estado-novista, como também a possibilidade de identificar esse discurso em projetos distintos demonstrando que, durante o Estado Novo, a propaganda oficial do regime contou com diversos meios para divulgar a idéia de que somente com o governo Vargas o Brasil passou a gozar de desenvolvimento, de unidade, etc.

À República Velha estaria reservado um papel implícito de referencial a partir do qual a imagem do governo Vargas seria diferencialmente construída, tendo em vista o ideal de progresso presente num processo de construção. (LACERDA, 2000, p. 136)

Nesse sentido, as imagens (sejam elas fotografias, ou ilustrações) servem não só para reforçar o texto escrito, mas para testemunhar a respeito daquilo que é anunciado, dando à obra uma nova estrutura de exibição de leitura.

Lacerda (2000), assim como outros autores citados ao longo desse trabalho, aponta Vargas como a personificação da nação brasileira.

[...] ele é o eixo em torno do qual se organizam os fragmentos que compõem a grande imagem da nação e do regime [...] Assim, o culto à personalidade de Vargas no projeto (“Obra getuliana”) é um efeito discursivo construído implicitamente nas imagens, conferindo uma identidade única ao homem e ao regime. (LACERDA, 2000, p. 137)

D’Araújo (2000, p. 36) cita a intensa bibliografia produzida pela imprensa oficial para cultivar a imagem de Vargas, descrevendo-o como homem destinado a liderar seu povo em um grande projeto.

Portanto, para personificar a nação brasileira em Vargas, grande parte dessa bibliografia transformou-se em propaganda indireta do Estado e era capaz de conceber conceitos através de um discurso que materializava nas imagens.

Para entender as condições em que foram produzidas as obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!” elaboramos o próximo capítulo.

4 AS PUBLICAÇÕES NO ESTADO NOVO

Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos.
Circe Bittencourt

Neste capítulo buscamos apresentar não só as características que compõem um livro, mas também os principais envolvidos nessas publicações.

Por isso, buscamos analisar os opúsculos em toda sua extensão, considerando tanto o seu formato, quanto o seu conteúdo, analisando não só o título, o autor, a editora e o texto, mas também os dados expressos no corpo da obra e que necessitam de uma aproximação maior para se fazerem interpretados, isto é, o formato, a cor, a diagramação, o assunto, etc., já que elementos como, por exemplo, o ano da edição, a imagem, o formato e o assunto podem refletir diretamente as condições ou as finalidades para as quais a obra foi elaborada.⁵³

Ecléa Bosi (1977, p. 09) descreve os três momentos que constituem uma obra literária de qualquer nível: o escritor, a obra e o leitor.

No entanto, nem sempre estes três momentos estão distintos no corpo de uma obra, isto porque ela pode ser impressa sem a identificação do autor, por exemplo. Nesse caso, é a partir da mensagem apresentada na obra que podemos elaborar as hipóteses a seu respeito.

⁵³ Se, por exemplo, analisamos uma obra escrita entre 1939 e 1945 tratando das políticas de paz, podemos identificá-la no contexto que é a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, se o texto é um apelo ao alistamento dos jovens brasileiros no Exército, ratificamos o compromisso firmado entre o Brasil e os Aliados.

4.1 Uma classificação para as publicações “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”

No Brasil, políticas efetivas de regulamentação e incentivo à reprodução de livros são relativamente recentes e remetem a uma série de fatores desencadeados na década de 30, que atrelados às ações do governo, deram novo ânimo às editoras nacionais. (RESNICK, 1992)

Dentre os fatos que influenciaram este processo podemos citar: a II Guerra Mundial e a “Crise de 29”, que inibiu a importação de livros, a expansão da escola secundária e a desvalorização do mil-réis frente à moeda estrangeira (principalmente o escudo português e o franco francês) que, por outro lado, tornava competitivo o livro brasileiro no mercado nacional.

Neste contexto, registram-se outras contribuições, como a criação de normas rígidas sobre seriação, os programas das disciplinas e, posteriormente, a proibição do uso de livros didáticos em língua estrangeira. (RESNICK, 1992)

Para averiguar as características das obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, buscamos compreender a relação existente entre essas obras, as publicações escolares e os meios de comunicação.

Inicialmente havíamos percebido nessas obras algumas características pertencentes aos livros didáticos, por isso adotamos o conceito elaborado por Bittencourt (2001), segundo a qual o livro didático promove a transposição do saber acadêmico para o saber escolar, podendo possuir múltiplas facetas e uma natureza complexa capaz de elaborar variações de enfoque e abordagem.

Percebemos uma certa dificuldade em relacionar essas obras ao conceito elaborado por Bittencourt (2001), uma vez que a autora elaborou seus conceitos baseada em obras produzidas no século XXI, e os opúsculos tiveram sua origem no século XX.

Desta forma, percebemos que essa classificação não poderia concordar com o conceito de Bittencourt (2001), já que tais obras apresentam uma característica intermediária entre livros didáticos e paradidáticos, apresentando uma função mais parecida com aquela desempenhada pelos livros paradidáticos.⁵⁴ Desta forma, decidimos buscar outras conceituações mais adequadas aos opúsculos, tanto em relação ao seu conteúdo, quanto ao seu período de circulação.

Para isso, analisamos os conceitos de livro didático descritos por Richaudeau (*apud* Oliveira, J., 1984) e alguns decretos e leis federais elaborados durante o Estado Novo.

Para Richaudeau (*apud* Oliveira, J., 1984, p. 11), “o livro didático será entendido como um material impresso estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”.

A partir desta definição, ficou mais fácil distinguir os livros didáticos dos livros de literatura, mas isso não significou que estes últimos deixassem de ser educativos.

Segundo Oliveira (1984), os livros têm sido usados como material de ensino há séculos.

Comenius foi o primeiro ‘pedagogo’ a insistir na importância de certas características que tornariam alguns livros mais apropriados para a transmissão de conhecimentos, embora somente a partir da Segunda metade do século XX a prática de confecção dos livros

⁵⁴ Diz-se de qualquer material utilizado na complementação do ensino. Ver Oliveira, J. (1984)

didáticos tenha sido impulsionada no sentido de desenvolver um verdadeiro fluxo de conhecimentos. (OLIVEIRA, J., 1984, p. 12)

A definição de Richaudeau (*apud* Oliveira, J., 1984), entretanto, é insuficiente para classificar os opúsculos, já que eles apresentam características semelhantes às dos livros de literatura, mas visam à formação de conceitos e valores.

Por isso, novamente recorremos a Oliveira (1984), que aponta as inúmeras influências provocadas e acometidas ao livro didático.

O livro didático é importante por seu aspecto político e cultural, na medida em que reproduz e representa os valores da sociedade em relação à sua visão da ciência, da história, da interpretação dos fatos e do próprio processo de transmissão do conhecimento, apontando três aspectos: o pedagógico, o econômico e o político. (Oliveira, 1984, p. 11)

Pensando nisso buscamos um conceito capaz de descrever o livro didático em seus aspectos pedagógico, econômico e político.

No entanto, se por um lado sentimos a necessidade de conceituar o material que temos em mãos, por outro não podemos nos esquecer da necessidade de contextualização histórica. Por isto, recorremos às descrições a respeito dos compêndios escolares expostas no decreto de lei federal n.º 1006, de 30 de dezembro de 1938. Nele há um conjunto de reflexões que se referem ao livro didático no universo do Ensino e da Educação.

[...] os compêndios escolares e os livros de leitura em classe: Art. 2º, parágrafo 1º- Compêndios são os livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; parágrafo 2º - Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro de classe, manual, livro didático. (*apud* OLIVEIRA, J., 1984, p. 22)

Analisamos o conteúdo dos opúsculos e, tendo em vista o fato de não apresentarem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes nos programas escolares, optamos por não classificá-los como compêndios. Muito menos poderíamos classificá-los como livros didáticos, já que, para isto, teríamos que comprovar o seu uso em sala de aula.

Tendo em vista todas estas limitações, decidimos formular uma nova classificação, capaz de abarcar todas as características dos opúsculos sem ferir os conceitos apresentados.

Portanto, diante da implícita mensagem de divulgação dos valores cívicos e patrióticos e da possibilidade da utilização dessas obras como material complementar no ensino, optamos pela classificação destes opúsculos como livros de leitura complementar.

A partir das hipóteses elaboradas sobre a funcionalidade das obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, percebemos que algumas reflexões deveriam ser consideradas, afinal, se tais obras não poderiam ser classificadas como livro didático, o fato de classificá-las como livros de leitura complementar não descreve na íntegra as suas funções e a intencionalidade de quem as produziu.

Para isso, realizamos uma nova leitura desses impressos ao final da qual detectamos que ambos apresentam vários aspectos da vida pública e particular de Vargas; no entanto o caráter didático dessas obras está na forma com que essas informações são transmitidas, através de pequenos textos e uma linguagem fácil, acrescida do uso intenso de imagens, resultando na fórmula ideal para estimular a leitura. Entretanto, grande parte das informações é apresentada de forma hiperbolizada e/ou sugestiva, exemplo disso pode ser verificado na descrição da

juventude brasileira como a força que reside na mocidade que “sacode os braços para o alto, como se pretendesse abraçar o sol” (Brasileiros, ouvi [ca. 1940], p. 02), ou na descrição das ações de Getúlio em 10 de novembro quando ele “outorgou ao Povo Brasileiro uma nova Constituição criando, nesse dia predestinado, o Estado Novo”. (BARROSO, [1942?], p. 85), ou ainda, nas inúmeras descrições sobre a prosperidade e a grandeza do Brasil, contrapondo-se a superação das dificuldades enfrentadas pelo Estado.

Nessas passagens do texto, percebemos a ausência de imparcialidade dos autores dos opúsculos em relação ao governo. Apesar de conterem elementos reais, as descrições apresentadas nessas narrativas são generosamente positivas em relação à nação e ao presidente durante o governo Vargas, o que nos permite afirmar que essas obras pertencem ao conjunto de ações desenvolvidas pelos departamentos responsáveis por propagandear as ações do governo Vargas.

Procurou-se então inculcar a idéia da ‘necessidade’ de criar uma mística em torno do Estado nacional; de construir um conjunto de crenças e representações que pudessem dar conceituação ao regime. Nesse esforço, os espaços dos veículos de comunicação passaram a ser considerados privilegiados para a difusão dessa identidade nacional, forjada *pari passu* à construção da imagem pública do ‘líder’ Vargas, amalgamando a figura de Getúlio com a imagem da própria nação e regime. (LACERDA, 2000, p. 104)

Desta forma, além de não escapar da vigilância constante dos órgãos de regulamentação dos meios comunicação, o livro possuía ainda um grande potencial para tornar-se um dos grandes veículos de transmissão das ideologias propagadas pelo Estado nesse momento.

Para analisar os aspectos textuais e visuais apresentados nas obras selecionadas, faremos a seguir, uma análise mais apurada de cada uma delas,

buscando vislumbrar não somente os seus informativos, mas também os ideológicos.

Visando a compreensão da forma com que o governo Vargas serviu-se dos meios de comunicação para se autopromover, principalmente durante o Estado Novo, elaboramos o próximo subcapítulo.

4.2 A Propaganda

No Brasil, o crescimento das indústrias promoveu o fortalecimento das classes urbanas, que, com o passar do tempo, adquiriram cada vez mais mobilidade e facilidade para divulgar suas idéias através de jornais, folhetos, livros, teatro, etc., indicando gradativamente ao Estado a necessidade de fazer um uso racional da propaganda para a divulgação das suas ações.

Desta forma, a partir de 1930, começaram a surgir, pela primeira vez no país, órgãos especificamente criados para essa finalidade.

Em julho de 1931, foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), incumbido de elaborar um programa radiofônico oficial, precursor da “Hora do Brasil”, de caráter nacional, responsável pelo fornecimento de informações oficiais à imprensa. Três anos mais tarde, em julho de 1934, esse departamento foi reorganizado e transformado no Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, cujas atividades foram ampliadas abrangendo estudos sobre cinema, radiotelegrafia, etc. (GARCIA,1982)

Posteriormente esse departamento foi nomeado, simplesmente, como Departamento Nacional de Propaganda (DNP), atuando na elaboração, distribuição e organização de eventos e publicações relativas às datas comemorativas, produções radiofônicas, filmes educativos, documentários e informativos na forma de folhetos. Foi neste Departamento que surgiu a Agência Nacional, criada especialmente para a distribuição de notícias e artigos à imprensa.

Finalmente, em dezembro de 1939, foi criado o Dip, especializado na produção e divulgação de propagandas oficiais. Antes da sua criação a propaganda foi responsabilidade de inúmeros órgãos e seções, como é o caso do Serviço de Divulgação (SD), do Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (Sips), do Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura, do Serviço de Publicidade do Dasp e da Secretaria do Ministério da Educação, que se transformaram em serviços de documentação após a criação do Dip. (GARCIA,1982)

Quanto às políticas de incentivo à cultura, podemos citar a criação de importantes instituições como o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu de Belas Artes, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e a Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI).

O Instituto Nacional de Cinema Educativo era destinado a promover e orientar a utilização da cinematografia, auxiliando o ensino e funcionando como meio de educação popular, ao passo que a finalidade do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era promover a conservação, o tombamento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico do país. O Museu de Belas Artes deveria recolher, conservar e expor as obras de arte pertencentes ao patrimônio federal, enquanto a CNLD destinava-se ao exame e seleção da literatura didática

utilizada na rede pública e a CNLI promovia o desenvolvimento de uma boa literatura para crianças e jovens através de pesquisas e projetos.

Foram ainda criados através dos Decretos-lei federal nº 92 e 93, de 21 de dezembro de 1937, o Serviço Nacional de Teatro e o Instituto Nacional do Livro (INL), este último, responsável pelo incentivo a produção literária, selecionando e editando obras raras ou preciosas de interesse para a cultura nacional.

O crescimento de novas instituições políticas em nível federal serviu a dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa de um país que se ampliava; e ajudou a capacitar o presidente a articular uma rede nacional de alianças políticas. (SKIDMORE, 1982, p. 57)

A criação Dip revela a importância adquirida pela propaganda durante o Estado Novo. Para se ter uma idéia da rede de informações agrupadas pelo Dip, basta lembrar que, em 1939, o Sips sozinho contava com uma coleção de fichas descrevendo elementos básicos sobre geografia, economia, política e cultura, de pelo menos 1574 municípios brasileiros, além de inquéritos políticos contendo informações sobre livros, relatórios, informes, etc., conforme nos relata Garcia (1982). Além desses órgãos, o Dip dispunha de um arquivo próprio com informações retiradas de várias fontes, e ainda tinha acesso aos arquivos pertencentes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Portanto, o Dip possuía o suporte necessário para conhecer o público a ser atingido em suas campanhas, assim como dispunha de informações precisas para auxiliá-lo no controle e na censura das informações, possibilitando-lhe manipular e cercear permanentemente os meios de comunicação disponíveis à população.

Segundo Garcia (1982, p. 101), apesar de toda a rede formal de informação, Getúlio Vargas ainda procurava inteirar-se das histórias e piadas que povoavam o imaginário popular a seu respeito, descrevendo-as como “uma espécie de termômetro do sentimento popular” capaz de guiá-lo no caminho certo.

A estrutura do Dip foi composta de cinco divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa, esta última anexa à Agência Nacional. Além, é claro, dos serviços auxiliares como Administração, Comunicação, Distribuição, Contabilidade, etc. Suas funções iam desde a promoção, direção, organização, patrocínio, auxílio e estímulo de: censura, propaganda nacional interna e externa, informações, turismo, até a promoção e organização de festas e manifestações cívicas e populares. (GARCIA,1982)

Embora o Dip fosse um departamento nacional, subordinado ao Presidente da República, foram criados alguns Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, subordinados a ele e essenciais na tarefa de tornarem eficazes as suas ações; desta forma, os indícios mais remotos de qualquer movimento na vida política do país eram levados ao seu conhecimento.

É importante salientar a postura dinâmica do Governo Vargas em relação ao uso de alguns meios de informação como, por exemplo, o rádio, uma vez que esse era um veículo de comunicação bastante recente na vida dos brasileiros.⁵⁵

A idéia de utilizar esses recursos para legitimar o governo e suas ações tornou-se cada vez mais presente no governo Vargas.

Segundo Bomeny (2001, p. 37), a implementação de uma política de propaganda espelhava-se nos exemplos dos governos fascista, de Mussolini, e nazista, de Hitler.

⁵⁵ Ver: **História da Propaganda no Brasil**. (BRANCO; MARTENSEN; REIS, 1990)

Fazer uso de propaganda utilizando imagens míticas e/ou históricas visando obter a adesão da população é experiência antiga que, no entanto, ganha relevância nos anos 1930. Lançar mão de imagens, símbolos e comparações visando atingir as massas tem longa tradição que pode ser, inclusive, observado no discurso religioso das parábolas evangélicas utilizadas pelo catolicismo para se fazer entender pelo povo. (BOMENY, (org.), 2001, p. 41)

A implantação de uma ditadura após sete anos de governo ratificou a necessidade de obter o apoio de vários segmentos da sociedade; nesta empreitada o governo viu nos meios de comunicação e, conseqüentemente, na propaganda, um forte aliado para legitimar-se.

Felizmente, naquela época, o Estado já podia contar, com algumas bases sobre as quais o Dip podia se estruturar.

A CNLI pode ser considerada uma dessas bases de apoio onde o Dip podia contar com a experiência de profissionais vindos de órgãos que o antecederam, bem como utilizar-se dos resultados das pesquisas desenvolvidas em outros setores.

Além de realizar debates norteadores das ações do governo, a CNLI também desenvolvia pesquisas para tomar conhecimento dos aspectos que envolviam livros e leitores. É bom lembrar que esse tipo de conhecimento vinha se desenvolvendo desde a década de 20, sob a influência do movimento da Escola Nova e da ABE.

Uma dessas pesquisas realizada com o público infanto-juvenil indicava, por exemplo, que “as leituras realizadas na infância influenciavam de maneira especial a ‘psique do indivíduo’, habitando o ‘espírito do leitor’ até a velhice, constituindo-se em ‘lastro inestimável’ para o resto da vida”. (GOMES, 2003, p. 120)

Nesse sentido, a produção de obras, como os opúsculos que analisamos, independentes de terem suas produções incentivadas pela CNLI, ou

pelo Dip, podem constatar a ação do governo em preparar o indivíduo a comportar-se na vida adulta, conforme os ideais de civilidade e patriotismo transmitidos durante a infância.

Além dos livros, outros meios de comunicação que utilizavam a fala constituíam-se como recursos para divulgar Vargas e o Estado Novo.

O rádio, por exemplo, é um desses meios de comunicação representado na capa do opúsculo “Brasileiros, ouvi!”, numa imagem de Getúlio pronunciando um discurso como se estivesse numa cabine de radiofônica.

Garcia (1982) informa, a esse respeito, que o rádio constituiu um grande meio de propaganda devido a dois fatores: a velocidade e a amplitude com que eram difundidas as mensagens. A esses fatores, devemos acrescentar ainda o alcance dado a esse tipo de informação num período em que os índices de analfabetismo no país eram elevadíssimos.

Além do rádio outros meios eram utilizados para reforçar a imagem do governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo, como a imprensa escrita, através de livros, panfletos, cartazes, jornais e revistas oficiais, bem como, o teatro e o cinema, responsáveis pela divulgação de filmes e documentários; e ainda, os monumentos, construções, músicas, faixas, moedas e até selos comemorativos e comuns.

A elaboração de panfletos e folhetos faz parte das incontáveis ações desenvolvidas pela *intelligentzia* brasileira, contida no Dip, para escrever sobre Getúlio Vargas. (BOMENY, 2001)

Durante o Estado Novo, as ações desenvolvidas pelo Dip iam além da edição de folhetos. Elas também marcaram presença na edição de cartilhas, na promoção de concursos de monografias sobre o presidente e na realização de

grandes cerimônias, comemorando, entre outros, o Dia do Trabalho, o aniversário do presidente e do regime.

Segundo Garcia (1982, p. 05) “a perplexidade perante a propaganda política lhe conferiu papel significativo nas grandes transformações do século XX”.

Os meios de comunicação, de posse do conjunto de elementos que compunham a ideologia estado-novista, utilizaram-se de diversas técnicas para revestir essas ideologias de elementos que as tornassem perceptíveis e convincentes. Esse conjunto de elementos compõe a propaganda estado-novista que se desenvolveu numa multiplicidade de relações dialéticas.

O poder de persuasão da propaganda está em adequar os elementos dessa ideologia às condições intelectuais e psíquicas dos receptores.

De acordo com Garcia (1982), para atraírem a atenção e serem assimiladas com facilidade as idéias complexas são simplificadas e/ou reduzidas a pequenas afirmações, *slogans*, ou palavras de ordem. “Outras vezes, são formuladas de forma a se adaptarem às condições já existentes entre os receptores”. (GARCIA, 1982, p. 15)

Nessas condições, os meios de comunicação de massa funcionam com a principal via de acesso à realidade global, fornecendo os pontos de referência necessários à percepção da sociedade e da própria posição nela. [...] Quanto aos meios de comunicação, o seu controle se realiza pela utilização direta dos veículos, pela determinação do conteúdo das mensagens através da imposição de divulgação de certas informações. (GARCIA, 1982, p. 16)

Através da manipulação direta ou indireta dos meios de comunicação, o governo construiu um aparato capaz de facilitar as atividades de controle, cooptação e repressão, uma vez que o processo de controle ideológico impedia a

difusão de idéias contrárias àquelas defendidas pelo Estado Novo. (GARCIA, 1982, p. 17)

Nesse caso, a efervescência dos movimentos que povoaram o início da década de trinta foi gradativamente substituída pelas cenas de multidões passivas, cuja atuação se restringia a contemplação das ações implementadas pelo governo Vargas. Além disso, uma imagem negativa do passado brasileiro contrapunha-se a uma campanha de valorização nacional e de confiança no presente e no futuro do país.

Difundiam-se inúmeras mensagens de cunho nacional patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar, na população, o orgulho pela sua nacionalidade. Personagens e fatos históricos eram glorificados em interpretações da história onde o próprio Vargas era inserido e festejado. [...] As exposições, a imprensa, os livros e revistas eram empregados para a divulgação e engrandecimento da produção artística, dos recursos e das condições do país. (GARCIA, 1982, p. 80)

Conforme Garcia (1982), além de desconsiderar as relações de classe, os apelos patrióticos serviram para despertar a confiança em relação ao país.

A partir da identidade entre Nação, Estado e Chefe, e da necessidade de atribuir a autoridade suprema a esse Chefe, restava justificar o porquê de Getúlio tornar-se esse Chefe.

Para isso foi construída a imagem carismática de Vargas, “uma das mais significativas atividades da propaganda do Estado Novo e que acabou por produzir um verdadeiro culto à sua personalidade”. (GARCIA, 1982, p. 88)

O rádio levava seus discursos para todo o país, e através de jornais, revistas, livros, folhetos, etc., sua fotografia e suas ações tornavam-se conhecidas por todos os brasileiros.

Além da onipresença, havia a atribuição de qualidades excepcionais. O próprio Vargas se autopromovia. Já na declaração do Golpe se apresentava como o Chefe de Estado capaz de perceber as exigências do momento histórico, o que o autorizava a tomar medidas de caráter excepcional. (GARCIA, 1982, p. 90)

Através de toda essa campanha, as ações de Vargas eram justificadas como respostas às necessidades do povo e sua eficiência era mérito da capacidade do Chefe, capaz de promover a recuperação econômico-financeira do país, além de garantir a unidade nacional e desenvolver a educação, a cultura, os transportes, as comunicações e a legislação social aos trabalhadores, entre outros.

Como podemos observar, essas características encaixam-se no perfil de Vargas apresentado nos opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.

Desta forma, as características presentes nos opúsculos levam-nos a compreendê-los como produções ligadas ao Dip, e não à CNLI, isto porque a finalidade da CNLI era realizar levantamentos sobre a literatura infantil, selecionar livros para a tradução, classificar as obras por idade, censurar as que julgassem perniciosas, organizar um projeto de bibliotecas infantis e promover uma literatura infanto-juvenil de qualidade, enquanto as informações apresentadas nos opúsculos possuem características muito mais propagandísticas que literárias, ainda que essa propaganda seja indireta e subliminar.

Para melhor definir as características e o papel desempenhado pelos opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, faremos, a seguir, uma apresentação detalhada a respeito de cada uma dessas obras.

5. Uma temática, duas produções: “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”

Entre as imagens mais propícias à análise estão as de publicidade.
Martine Joly

Os meios de comunicação, quaisquer que sejam eles, utilizam-se de imagens, idéias e experiências para aproximar os indivíduos dentro de um campo comum. (BOSI, 1978)

Em contrapartida, o indivíduo fica à mercê deste processo de despersonalização, já que a socialização oferecida perde em variedade e criatividade ao tentar abranger um público mais vasto.

No caso das obras “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, esse fator de socialização favorece duplamente o Estado. Em primeiro lugar, porque as informações apresentadas foram cuidadosamente selecionadas para difundir as idéias apregoadas pelo governo, em segundo, porque o próprio fator de socialização da mensagem torna a informação unidirecional, promovendo o indivíduo à condição de pertencimento a uma dada coletividade reforçando, assim, o sentimento de unidade divulgado pelos ideais estado-novistas.

Se por um lado as obras apresentam uma linguagem atrativa, de fácil compreensão e finalidade visivelmente informativa e educativa (dos valores cívicos e morais), por outro o relato destas impressões é insuficiente para classificá-las como obras didáticas ou similares, como já foi dito.

A escolha dessas duas publicações baseou-se no fato de ambas terem em comum a temática varguista e apresentarem informações complementares durante a elaboração de hipóteses a respeito das suas condições de produção.

Portanto, no desejo de evitar hipóteses sem fundamento, optamos por focar nosso olhar à apresentação dos opúsculos, uma vez que estes são os dados concretos que permitem a nossa exploração. Refletindo sobre a contraposição das características apresentadas nos dois impressos, observamos que, no opúsculo “Brasileiros, ouvi!”, o texto visual recebe um destaque maior que o texto escrito, enquanto no opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” essa relação é mais equilibrada.

Excluído: ¶

Num outro momento percebemos em “Brasileiros, ouvi!” uma abordagem voltada para os aspectos gerais do país, como a juventude e o trabalho, enquanto a obra “Getúlio Vargas para crianças” descreve uma espécie de biografia de Vargas, mais voltada para os aspectos pessoais da vida do presidente.

A respeito do público a que se destinavam tais obras, “Getúlio Vargas para crianças” visava ao público infanto-juvenil, enquanto “Brasileiros, ouvi!” objetivava atingir os trabalhadores.

Essa constatação fez-se não só pelo título das obras, mas também pelo formato e pela linguagem utilizada nas construções textuais.

Quanto às semelhanças, observamos que os dois impressos disponibilizam textos simples e breves, tratando-se, respectivamente, de um folheto e um livreto de bolso, produzidos entre 1937 e 1945.

A seguir elaboramos dois subcapítulos visando a uma descrição mais detalhada desses opúsculos.

5.1 “Brasileiros, ouvi!”

“Brasileiros, ouvi!” é um folheto produzido aproximadamente em 1940, editado no Rio de Janeiro pela extinta editora Pongetti.

Esse folheto sem identificação de autor, fotógrafo e/ou editor de imagens foi impresso em papel *couché*, contém 16 páginas ilustradas e está catalogado no Cpdoc, sob o número GV-83 f, com as seguintes medidas: 18,5 cm de largura e 26 cm de altura.

Infelizmente, não nos foi possível resgatar o histórico desta editora, nem descobrir maiores detalhes sobre seu possível autor, fotógrafo, e/ou editor de imagens, apesar das pesquisas realizadas a esse respeito no acervo do Cpdoc, Arquivo Público Mineiro, no Snel e em *sítes* de busca como Google,⁵⁶ Achei,⁵⁷ etc.

Mesmo diante destes silêncios⁵⁸ acreditamos na possibilidade de reflexão que tal obra poderia nos oferecer e tomamos a decisão de analisar esse folheto⁵⁹ por acreditar em seu valor documental.

Tal folheto possui ilustrações em preto-e-branco, que ocupam quase toda a página, apresentando, entre outras, as imagens de trabalhadores rurais e urbanos nas mais variadas atividades. Também são exibidas ilustrações de manifestações cívicas com a participação de jovens e populares, bem como da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em situações que demonstram disciplina, força e poder.

⁵⁶ Google. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em 13 maio 2005.

⁵⁷ Achei. Disponível em: <<http://www.achei.com.br>>. Acesso em 14 maio 2005.

⁵⁸ A este respeito, ver ORLANDI, 1987, onde a autora refere-se aos silêncios como ausências de informação explícitas.

⁵⁹ Folheto classificado como Livro de Leitura Complementar.

O tratamento dado a essas fotografias, dispostas em preto-e-branco, enfatizando a linguagem visual, assemelha-se ao das foto-reportagens de outras revistas ilustradas, de grande formato,⁶⁰ produzidas pelo Estado Novo. Ao passo que, os textos que acompanham as ilustrações estão concentrados no canto inferior da página e ocupam um espaço bem menor que aquele reservado às imagens.

Tanto a expressividade das imagens, quanto a densidade das frases apresentadas nesse folheto, contribuíram para formularmos a hipótese de que a sua elaboração foi direcionada ao público adulto/trabalhador, uma vez que o conteúdo dos iconotextos exorta o leitor a sair da passividade, como força capaz de consolidar o Estado Novo, defender o patrimônio legado aos brasileiros, servir a Pátria e de tudo fazer pelo seu engrandecimento, como podemos verificar nas páginas 02 e 05 (ver anexos, figuras, 15 e 17).

Para ratificar essa hipótese recorremos à afirmação apresentada no livreto “Quem foi que disse? Quem foi que fez?”, (*apud* Garcia, 1982) editado pelo Dip, no mesmo período. Nesse livreto podemos observar o cuidado do autor em anunciar os destinatários da obra da seguinte maneira:

Não são dirigidas aos eruditos, nem aos sabedores de história, mas ao homem do povo, ao trabalhador, ao menino pobre, que não pode comprar livros, ao soldado e ao marinheiro que, por defenderem a Pátria nos momentos de perigo e garantirem a paz para os trabalhadores, devem saber quem foram os grandes homens do Brasil, que todos nós devemos amar com a mesma força, o mesmo ardor, e o mesmo entusiasmo com que todos eles a amaram. (*apud* GARCIA, 1982, p. 80)

A partir, dessa descrição e da análise que realizamos acerca do discurso visual e textual apresentado em “Brasileiros, ouvi!” é que podemos sugerir

⁶⁰ Brasil Novo é outro exemplo de revista com este formato produzida pelo Estado Novo. (Ver: LACERDA, 2000, p. 119)

esse último foi elaborado para um público similar àquele descrito em “Quem foi que disse? Quem foi que fez?”. (*apud* Garcia, 1982)

“Brasileiros, ouvi!” recebeu a classificação de folheto⁶¹ por se tratar de obra contendo menos de 49 páginas, ao todo ele possui 16 páginas, sendo: capa, uma contracapa externa, duas contracapas internas e 12 páginas referentes ao miolo.

Um detalhe interessante é que as duas contracapas internas tratam de uma seqüência de imagens de Getúlio.

Esse folheto não possui numeração, mas para facilitar as análises, numeramos suas páginas da seguinte forma: capa, contracapa externa, primeira contracapa (interna), páginas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e última contracapa (interna).

Das doze páginas do “miolo”, onze são compostas por imagens e um pequeno texto no canto inferior, apenas uma dessas páginas não possui texto escrito; esta, por sua vez, é composta somente de imagens, tratando-se de uma página central. Resta dizer que o destaque dado a esta ilustração está no fato de esta página ser a única que possui uma ilustração representando o contorno do mapa do Brasil.

A respeito da linguagem textual, outro detalhe importante é que todas as frases estão entre aspas, sugerindo a fala direta do presidente aos leitores, como se essas frases fossem trechos de seus discursos.

⁶¹ A definição que o Cpdoc segue para folhetos é, segundo uma regra da UNESCO, datada de 1964. Nela folheto é uma monografia impressa com, no máximo, 48 páginas, em brochura ou encadernada. Pode fazer parte de uma série ou coleção, de distribuição gratuita ou de valor simbólico e não possui compromisso com periodicidade, embora alguns tragam número, mês e ano. Seu conteúdo trata, geralmente, de um tema único, abordado amplamente na publicação com finalidade de estudo ou divulgação.

A linguagem visual também apresenta detalhes interessantes que merecem ser apontados, dentre eles podemos ressaltar a representação do rosto de Vargas, presente no canto superior de todas as páginas.

Além de Vargas, a imagem de trabalhadores está presente em sete páginas, algum tipo de farda militar em seis, a representação de fábricas ou maquinário industrial em cinco e a presença da bandeira nacional em quatro páginas, ratificando a existência de um discurso visual relacionado à exaltação do chefe da nação, a disciplina e ao trabalho.

Ver anexos, figura 11

Ao visualizarmos a figura 11, referente à capa do folheto “Brasileiros, ouvi!”, observamos que o título está disposto na parte superior da página, onde aparece a palavra BRASILEIROS, maiúsculas e sem vírgula, enquanto na parte inferior da página, minúscula e acentuada, está a palavra “ouvi!” seguida do ponto de exclamação.

O título é uma expressão imperativa e indica uma ordem, como se o próprio presidente ordenasse aos brasileiros que o ouvissem. Entre as duas palavras (Brasileiros e Ouvi) há uma ilustração de Getúlio falando ao microfone. Desta forma, a capa do folheto é composta pelo título, pelas duas palavras e pela imagem de Getúlio falando ao microfone.

Essa capa pode ser dividida imaginariamente em dois triângulos retângulos.

No primeiro triângulo imaginário, que ocupa o recorte da esquerda para o centro, está a imagem do rosto de Getúlio Vargas, de perfil, enquanto o segundo

triângulo, da direita para o centro, contém basicamente a ilustração de um microfone que ocupa a parte inferior do quadro.

Contemplando a fotografia apresentada na capa, percebemos que a forma como está disposta a figura de Getúlio é de grande pertinência, uma vez que não se escolheu uma imagem de corpo inteiro, mas do perfil do presidente, colocando em evidência o seu semblante. Ao evidenciar o rosto de Vargas a imagem concentra a atenção do leitor no aspecto essencial da mensagem que se deseja transmitir: que os brasileiros o ouçam!

Portanto, ao utilizar este tipo de imagem, mesmo o leitor mais distraído capta a mensagem anunciada através da simbologia construída nas imagens.

Visualizamos, ainda: a barba bem feita, o cabelo aparado, a orelha direita e parte de sua vestimenta, além do semblante do presidente com os olhos cerrados e os lábios entreabertos, como se dissesse algo com emoção, refletindo sobre aquilo que pronuncia.

Refletindo um pouco mais sobre a simbologia desta representação, percebemos que a solenidade do que é pronunciado pode ser compreendida através da imagem de Vargas trajando terno e gravata, já a visualização de sua orelha indica a necessidade de ouvi-lo, enquanto o microfone lembra as condições de sua pronúncia. Afinal o presidente não está confidenciando algo; ao contrário, sua voz está ecoando para que todos possam ouvir a sua mensagem.

As duas contracapas (interiores) possuem, cada uma, três diferentes imagens do busto do presidente, em pequenos quadros dispostos verticalmente, como podemos observar nas figuras 12 e 13, respectivamente, a primeira e última contracapa interna do folheto “Brasileiros, ouvi!”.

Ver anexos, figuras 12 e 13

É interessante observar que os quadros parecem lembrar uma seqüência de falas do presidente, onde ele gesticula e muda de posição. Também devemos registrar que através de uma perfuração circular no canto superior de cada página aparece alternadamente o busto de Vargas apresentado nas ilustrações das contracapas (interiores).

O uso intenso da imagem de Vargas pode indicar a construção de uma simbologia, onde a repetição da imagem do presidente visa a ratificar a sua legitimidade, enquanto governante.

Por isso, os elementos que compõem a capa, a contracapa exterior, as contracapas interiores e as demais páginas desse folheto são tão relevantes, pois representam pequenos enigmas capazes de revelar, na sutileza de seus detalhes, a intencionalidade não declarada explicitamente, sem inibir o desejo do leitor em apreciar a obra, informando de maneira agradável esses elementos.

Embora o texto apresente variações, a repetição da imagem de Vargas indica um tema central e reforça que ele é o elemento central do discurso apresentado nesse folheto.

5.2 “Getúlio Vargas para crianças”

“Getúlio Vargas para Crianças” é um livreto de 112 páginas, publicado pela Empresa Publicações Infantis Ltda, que se encontra catalogado no Cpdoc, sob o número GV-17.892/02. Esse impresso possui 112 páginas, contendo 52 ilustrações, das quais 19 são de Vargas.

Conforme levantamento realizado pelo Cpdoc, o ano de edição dessa obra é provavelmente 1942 e ela recebeu a classificação de Volume Especial da Biblioteca Pátria.

No Cpdoc existem dois exemplares desse livreto. Ambos foram editados pela Empresa de Publicações Infantis Ltda. Um volume não tem a capa original, porém está completo, enquanto o outro possui a capa, mas está incompleto.

A estrutura utilizada na elaboração deste livreto apresenta textos breves e muitas ilustrações em preto-e-branco que se encontram no decorrer e no fim de cada capítulo, além de uma linguagem clara e de fácil compreensão, o que nos leva a concluir, apoiados no título da obra (“Getúlio Vargas para crianças”), que seu público alvo era crianças e jovens.

Na capa prevalece a cor amarela e, além do título, há uma imagem do busto de Getúlio.

Impresso em papel *sulfite*, essa obra contém a identificação do número de páginas e do ilustrador, Fernando Dias da Silva; suas medidas são: 13,0 cm de largura por 11,5 cm de altura, indicando o formato de um livro de bolso, leve e de fácil manuseio.

A temática central abordada pelo livreto “Getúlio Vargas para Crianças” é a biografia de Getúlio Dornelles Vargas, então presidente da República. Além da biografia de Vargas, outros temas envolvendo o presidente são abordados, como é o caso dos capítulos quatro e sete: “A Revolução de Outubro” e “Força e trabalho”, respectivamente.

O capítulo sete enumera algumas viagens do presidente, a criação das leis que estabeleceram o Salário Mínimo e a Justiça do Trabalho. Esse capítulo também descreve as forças militares (Exército e Marinha) exaltando “a alta proteção do Chefe da nação” à juventude brasileira, que “nele confia com a maior segurança, certa de que nunca deixará de receber dele a maior consideração e o maior apoio em todos os seus desejos e em todas as suas aspirações”. (BARROSO, [1942?], p. 97)

Embora, essa publicação apresente os nomes de seu autor e ilustrador, não nos foi possível arrecadar maiores informações sobre os mesmos, uma vez que não localizamos nenhuma outra referência a esse respeito, mesmo tendo consultado diferentes bibliotecas, arquivos e *sites* de busca.

A respeito da edição de “Getúlio Vargas para crianças” o dado mais relevante que encontramos não estava disponível em *sites*, nem em arquivos, mas no catálogo da Bienal do Livro disponibilizado pelo Snel, onde pudemos constatar que a Empresa de Publicações Infantis Ltda., indicada pelo Cpdoc como editora da obra, era na verdade o nome de fantasia adotado pela Companhia Editora Nacional.

Ao reconstituirmos o histórico desta editora, descobrimos que ela teve sua origem na Editora Monteiro Lobato & Cia., criada em 1918 pelo escritor José Bento Monteiro Lobato e seu sócio Octalles Marcondes Ferreira.

Em 1924, visando expandir as atividades da editora, Monteiro Lobato e seu sócio incorporaram a ela uma moderna gráfica, mas devido às dificuldades financeiras, a editora acabou indo à falência em 1925 e, em seu lugar, os empresários fundaram a Companhia Editora Nacional.

No entanto, em 1929, para cobrir suas perdas com o Crack, Monteiro Lobato se viu obrigado a vender suas ações da Companhia.

Reconstituir os primórdios da editora que deu origem ao opúsculo “Getúlio Vargas para crianças” serviu para indicar uma aproximação entre esse tipo de produção e as produções literárias produzidas durante o governo Vargas.

No desejo de analisar a capa dessa obra, consultamos alguns *sites* de livrarias e sebos virtuais,⁶² já que o original disponibilizado pelo Cpdoc não possui capa, desta forma, conseguimos visualizar e reproduzir a capa do opúsculo, como podemos ver na figura 14 dos anexos.

Ver anexos, figura: 14

No alto da página, com letra de imprensa maiúscula está escrito: Getúlio Vargas, e logo abaixo, também em maiúsculas, porém com letra cursiva: Para Crianças.

A imagem de Getúlio está centralizada e ocupa quase toda a página, tendo ao fundo, traços leves que descrevem estudantes empunhando bandeiras, militares em marcha e prédios de fábricas.

Na ilustração observamos o rosto de Vargas com um olhar sereno, digno de um presidente de ações precisas e atitudes moderadas, os lábios cerrados, a barba bem feita, o cabelo aparado, o terno, a gravata e a faixa presidencial.

⁶² A este respeito ver sebo virtual: www.atraca.com.br

Neste último elemento, a faixa presidencial, concentramos nossa atenção, já que o objetivo da obra é anunciar para as crianças a vida do Presidente Vargas.

Ciente do “poder”, dado às representações visuais, o governo Vargas, assim como outros, fez uso da imagem presidencial para representar os ideais governistas, através da comunicação visual.

A escolha dessa imagem para compor a capa do livreto é de grande relevância, pois foi selecionada uma imagem apresentando o busto do presidente, centrando o leitor no personagem principal do livro: Getúlio Vargas.

Talvez essas observações pareçam demasiado intuitivas, mas segundo a reportagem, “Os retratos do poder”, de Ivan Padilla (2005), sobre o livro “*Official Portraits*”,⁶³ a imagem presidencial é o jeito como cada líder deseja ser visto.

Por isso, ainda hoje, as fotos presidenciais são reflexos da imagem que se deseja divulgar, sobre o representante de uma nação, ou sobre a nação que ele representa.

Desta forma, é comum os presidentes de países subdesenvolvidos, cuja origem está na colonização indígena, apresentarem-se nesse tipo de fotografia em trajes típicos.

Uma fotografia com essas características é uma estratégia para informar rapidamente o passado de exploração vivido pelo país que tal presidente representa. Deste feito, para quem vê essas fotografias, fica implícita a necessidade desse país receber recursos de organizações como a Onu (Organização das Nações Unidas).

⁶³ Este livro foi produzido por uma editora inglesa e apresenta fotografias presidenciais enviadas por cada um dos 191 membros da Organização das Nações Unidas. (PADILLA, 2005)

Em caso contrário, detalhes diferentes nesse tipo de fotografia também podem expressar a soberania de um país, seja nos aspectos militares, econômicos, culturais, etc.

Portanto, fica evidente que o uso da imagem presidencial com o intuito de expressar os ideais varguistas fez parte das ações desenvolvidas pelo Dip, sendo que, nos dias atuais este tipo de estratégia continua sendo utilizada.

CONCLUSÃO

O Estado Novo, inaugurado por meio de um golpe em 1937, instituiu um novo projeto político no Brasil. As mudanças mais relevantes apresentadas nesse projeto foram na economia, na educação, nas políticas sociais, etc.

Para legitimar o novo governo, algumas ações foram implementadas, dentre elas destacam-se: a criação de comissões e departamentos que buscavam centralizar e organizar o serviço público, formando uma opinião pública favorável à nova ordem estabelecida.

A criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (Dip), são exemplos dessas ações. A criação desses órgãos remete à divulgação dos valores cívicos e patrióticos idealizados pelo Estado Novo. A CNLI participou desse processo realizando pesquisas sobre a literatura infantil, selecionando e classificando livros, enquanto o Dip encarregava-se de promover a divulgação do projeto político elaborado pelo Estado Novo e censurar as informações que contrariassem os ideais varguistas.

A princípio, esses impressos que classificamos como *livros de leitura complementar* pareciam apenas retratar aspectos da vida do presidente Vargas e seu governo.

No entanto, constatamos que o uso de analogias e metáforas (textuais e visuais) apresentadas nos iconotextos exibidos nos opúsculos serviu para incitar os valores cívicos e patrióticos, apreciados pelo Estado Novo.

Ao finalizarmos esta pesquisa, podemos afirmar que a elaboração de obras como “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”, remete às

estratégias de propaganda elaboradas pelo Dip para promover a imagem de Getúlio como Chefe da nação e divulgar os ideais varguistas.

Esses ideais, por sua vez, obtiveram a simpatia de personagens ilustres como o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que se envolveu com a elaboração do projeto “Obra getuliana”. Tal projeto, além de indicar o apreço do ministro aos ideais do governo, também confirma a existência de uma similaridade entre os temas nele apresentados e os opúsculos “Getúlio Vargas para crianças” e “Brasileiros, ouvi!”.

Não é demasiado afirmarmos que os iconotextos apresentados nesses opúsculos contribuíram para promover e legitimar Vargas e o Estado Novo e que a divulgação desses impressos serviu como instrumentos para personificar em Getúlio Vargas a imagem de um Estado centralizado, forte e nacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Márcio. **Reformas do Ensino 1981 a 1996**. Belo Horizonte : Ed. Lâncer Ltda., 1987.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de Moura. Portugal : Editorial Presença, [1970?]

ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Imagens de escolas: *espaçostempos* de diferenças no cotidiano. In.: **Educação & Sociedade**: Revista de Ciência da Educação. São Paulo : Cortez, 2004. vol. 25, n. 86.

ARQUIVO NACIONAL. Legislação. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>> Acesso em 26 jul. 2005. 19:15:00

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Legislação. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em 15 maio 2005. 14:25:00

AVENTURAS NA HISTÓRIA. As últimas horas de Getúlio. Ago. 2004.

AZEVEDO, Fernando de. A Transmissão da Cultura. In.: _____. **A Cultura Brasileira**. São Paulo : Melhoramentos, 1971. p. 501-769.

BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração Brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo : Edusp, 1986.

BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para crianças**. Empresa de Publicações Infantis Ltda. Volume especial. Rio de Janeiro : Biblioteca Pátria, [1942?]. 112 p.

BEIRED, José Luis Bendicho, *et al.* **Sob o Signo da nova ordem**: Intelectuais Autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo : Loyola, 1999. Cap. 5: Ideologia Nacionalista e Representações da Nação, p. 195-213.

BESSA, Marlos Mendes da Rocha. **Educação Conformada**: A política pública de Educação no Brasil – 1930-1945. Juiz de Fora : Editora UFJF, 2000.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 4ª ed. São Paulo : Contexto, 2001, (Coleção Repensando o Ensino).

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas.** Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2001.

_____. Mineiridade do Estado. In.: _____. **Guardiões da Razão.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p.117-140.

_____. Mineiridade da nação. In.: _____. **Guardiões da Razão.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 141-172.

_____. **Os intelectuais da educação.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias.** Petrópolis ; Vozes, 1977.

BRANCO, Renato Castelo; MARTENSEN, Rodolfo Lima; REIS, Fernando. **História da Propaganda no Brasil.** São Paulo : T. A. Queiroz, 1990.

BRASILEIROS, Ouvi! Rio de Janeiro : Ed. Pongetti, [ca.1940]. 15 p.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales (1929-1989).** São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem.** Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos; Revisão técnica: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo : Edusc, 2004.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG: criação e desenvolvimento.** Dez. 2004. Projeto apresentado à Banca de Qualificação (Mestrado em Educação) - UFJF, Juiz de Fora. 2004.

CARDOSO, Maria Eduarda Garcia. A linguagem das imagens e o conceito de paisagem. **Instrumento.** Juiz de Fora, v. 2, n. 1, 2000. p. 11-47.

CAROS AMIGOS. São Paulo : Agosto, n. 21, Edição Especial: Getúlio 50 anos do suicídio. Editora Casa Amarela, 2004.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O Estado Novo e a Ampliação Autoritária da República. **República no Catete.** In.: _____(org.). República no Catete. Rio de Janeiro, 2001. p. 111-153.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Trad. Enid Abreu Dobrânsky. Campinas : Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In.: _____. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro : Ed. Bertrand Brasil S.A., 1988.

_____. Textos, impressos, leituras. In.: _____. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro : Ed. Bertrand Brasil S.A., 1988.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 5. ed. São Paulo : Ed. Brasiliense S.A., 1981.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo : Brasiliense, 1989.

CHRISTO, Maraliz de Castro. A fotografia através dos anúncios de jornais, Juiz de Fora, (1887-1910). **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, n. 10, p. 127-146, 2000.

CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**; História, Comunicação e Educação. São Paulo : Cortez, 2004.

CRUZ, Anamaria da Costa. **Elaboração de referências** (NBR 6023/2002). 2. ed. Rio de Janeiro, 2002. 89 p.

CYRANKA, L.; SOUZA, V. **Orientações para normalização de trabalhos acadêmicos**. 7. ed. Rev. Aumen. Juiz de Fora : Edujf, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina, *et al.* **O Estado Novo**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2000.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no ocidente. Trad. Guilherme Teixeira. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1993. p. 21-26.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões Teórico-Methodológicas da História. In.: Vários Autores. **História e história da educação**. 2. ed. Campinas, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

DESCARTES, René. **O Discurso sobre o método**. São Paulo : Hemus, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

ECO, Umberto; BOAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo : Summus, 1980.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 2. ed. São Paulo : Ed. Perspectiva S.A., 1983. 184 p.

_____. Superinterpretando textos. In.: _____. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas : n. 78, 2002. p. 91-116.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo : Cortez, 1991.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo : Edusp, 2000.

_____. **O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo : Difel, 1983.

FERRARI, Anderson. O "Império" do livro didático no imaginário dos professores de História. **Instrumento**. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 2001. p. 47-63.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. 2. Ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1979. 295

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Livro Didático: Algumas Questões. In.: _____. **O livro didático de história no Brasil: a versão fabricada**. São Paulo : Global Editora, 1982. p.15-30.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo : Cortez, 1989. 159 p.

FREITAS, Gustamara. **A Ação do Departamento Nacional da Criança no Estado Novo: educação, saúde e assistência**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFJF, Juiz de Fora, 2003.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky e Bakhtin; Psicologia e Educação: um intertexto**. 2. ed. São Paulo : Ed, Ática, 1995. 168 p. (Série Fundamentos)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Cpdoc - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A Era Vargas. Rio de Janeiro, [1994?]. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24 ago. 2004. 10:35:00

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 3. ed. São Paulo : Ed. Ática, 1990. 160 p. (Série Fundamentos).

GANDINI, Raquel. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: 1944-1952** Intelectuais, Estado e Educação. Campinas, São Paulo : Unicamp, 1995.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política/ A legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas**. São Paulo : Ed. Loyola, 1982. 201 p.

GATTI, Bernadete. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Educação em Foco**, 2003.

GIACOMOANTONIO, Marcello. **O ensino através dos audiovisuais**. São Paulo : EDUSP, 1981.

GOMES, Ângela de Castro, *et al.* **História e historiadores.** Rio de Janeiro : Ed. FGV, 1999.

_____. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. **REVISTA USP**, São Paulo : n. 59, p. 116-133, setembro/novembro 2003.

_____; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo.** São Paulo : Ed. Ática, 1989. (Ver se é assim mesmo que se coloca a primeira autora)

HISTÓRIA VIVA. Edição Especial Temática: O Brasil que Getúlio Sonhou. n. 4. São Paulo : Duetto, 2004.

HOBSBAWM, Eric. O Nacionalismo. In.: _____. **A era das Revoluções: Europa 1789 – 1848.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia:** regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1994.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** Trad. Marina Appenzeller. 8. ed. Campinas, SP : Papirus, 1996. 152 p. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. In.: _____. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 237-250.

KUNDERA, Milan. A insustentável leveza do ser. 10. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. 1985

LACERDA, Aline Loes de, Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial Obra getuliana. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério.** 1. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2000. p. 103-142.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: _____. **História e Memória.** 3. ed. Campinas, São Paulo : Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-553.

_____. História. In.: _____. **História e Memória.** 3. ed. Campinas, São Paulo : Editora da UNICAMP, 1994. p.17-166.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo : Ed. Alfa-Omega, 1986. 276 p.

LIMA, Lauro de Oliveira. **A Escola Secundária Moderna**. Petrópolis : Ed. Vozes.

LOCUS: REVISTA DE HISTÓRIA. Imagens e Discursos. Juiz de Fora : Editora UFJF, v. 7, n. 1, 2001.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo : Ed. Unesp, 1997.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : EPU, 1986.

LYONS, Martins. Práticas de Leitura, Práticas de Escrita: cartas de amor e escritas íntimas – França e Austrália, séc. XIX. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, vol. 7, p. 55-68, [1999?].

MATE, Cecília Hanna. **Tempos Modernos na Escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru : Edusc, 2002. (Coleção Educar)

MOLINA, Olga. **Quem engana quem? Professor X Livro didático**. Campinas : Papyrus, 1988.

MONTANDON, C. Un enfoque eclético y una acción discreta: reflexiones personales en torno a la práctica de la investigación. In.: **La socialización en la escuela y la integración de las minorías**. Perspectivas etnográfica en la análisis de la educación de los años 90. Isabel Martinez y Ana Vásquez-Bonfman (Coord.). Madrid : Apreñizaje, 1995.

MOYSÉS, Lúcia Maria; AQUINO, Léa Maria G. T. de. As características do livro didático e os alunos. **CADERNOS CEDES**: Centro de Estudos Educação e Sociedade. São Paulo : Cortez, n. 18, p. 5-14, 1987.

NAGLE, Jorge. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. Educação na Primeira República. Tomo III. vol. 2, 1974. p. 262-291.

NEIVA, Júnior, Eduardo. **A imagem**. São Paulo : Ática, 1994.

NEVES, Silvana Sousa de Mello. **Diversidade:** concepções e práticas na/da Educação Infantil desvelada através do trabalho com livros de literatura. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFJF, Juiz de Fora, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, Trabalho e Educação.** Campinas : Editora Alínea, 2004. (Coleção educação em debate)

NOSSA HISTÓRIA. Getúlio os 50 anos do suicídio que abalou o país. Rio de Janeiro : Ago. n. 10, 2004.

NUNES, Clarisse. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Revista Teoria e Educação.** n. 6, 1992. p. 151-182.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A Política do Livro Didático.** São Paulo : Summus, 1984. 139 p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os Intelectuais e as Raízes da Ordem. In.: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As Instituições Brasileira da Era Vargas.** Rio de Janeiro : Ed. FGV, 1999. 207 p., p. 83-96.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso.** Campinas : Pontes, 4. ed., 2002.

_____. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas, 1987.

_____. **As Formas do Silêncio:** no movimento dos sentidos. São Paulo : Editora da Unicamp. 3. ed., 1993.

PADILLA, Ivan. Os retratos do poder: as fotos oficiais revelam a personalidade dos chefes de Estado, a história recente de seu país e muita estratégia de marketing. **ÉPOCA.** n. 383, 19 set. 2005.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens.** 2. ed. Belo Horizonte : Ed. Autêntica, 2004. (Coleção História & ... Reflexões).

PANDOLFI, Dulce. (Org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro : Ed. FGV, 1999.

PERELMAN, Chaïm. **Argumentação**. Enciclopédia Einaud. Portugal : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 11, 1987.

PEREZ Vejo, Tomas. La pintura de historia y la invención de las naciones. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, vol. 5, n.1, p. 139-143, 1999.

PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo : Ed. Contexto, 2000. 109 p.

PLANALTO CENTRAL. Legislação. Disponível em: <http: www.planalto.gov.br> Acesso em 03 ago. 2005. 10:12:00

REIS FILHO, Casemiro dos. Implantação e organização do Regime Republicano. In: **A Educação e a Ilusão Liberal**. São Paulo : Cortez, 1981. p. 8-16.

RIBEIRO, Renilson Rosa; Valério, Mairon Escorsi. **As Histórias (fabulosas) contadas nos bancos escolares**: os livros didáticos de História e a historiografia do ensino no Brasil. Cadernos de História: CDHIS. Uberlândia : Publicação do Laboratório de Ensino e Aprendizagem e História. n. 10, v. 1, março 2001/março 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 25. ed. Petrópolis : Vozes, 2001. 267 p.

SAVIANI, Demerval. O Debate Teórico e Metodológico no Campo da História e sua Importância para a Pesquisa Educacional. In.: Varios Autores. **História e história da educação**, 2. ed. Campinas, SP : HISTEDBR, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo : Editora Paz e Terra S.A., 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Formação Superior de Professores**. Biblioteca da Escola de Ciências da Informação. Belo Horizonte, 2002. Módulo 3, v. 1 (Coleção Veredas).

SILVA, Hélio. **O Estado Novo: 1937-1938**. São Paulo : Editora Três S.A., 1998. (Coleção História da República Brasileira)

SILVA, Hélio; Carneiro, Maria Cecília Ribas. **O Governo Provisório**. São Paulo : Editora Três, 1975.

SILVA, Vivian Batista da. Uma História das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados no manuais pedagógicos (1930-1971). In.: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas : Ed. Autores Associados, n. 1, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco** (1930-1964). 7ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945). **História da Educação/ASPHE** (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação), Pelotas : Fae/UFPEL , n. 15, 2004.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro : Zahar, 1976, cap.1.

TÚNEL DO TEMPO – Educação: Brasil República 1890-2001. Levantamento produzido durante o desenvolvimento da disciplina “Tópicos Especiais: Educação e Sociedade no Brasil República”, ministrada pela professora Dalva Carolina de Menezes Yazbeck no Programa de Pós-Graduação em Educação. UFJF, 2001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca. Normatização. São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br>>. Acesso em: 25 jan. 2004. 8:15:00

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Biblioteca. Normatização. Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br>>. Acesso em: 20 mar. 2004. 16:45:00

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Normatização. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em; 20 jan. 2005. 9:15:00

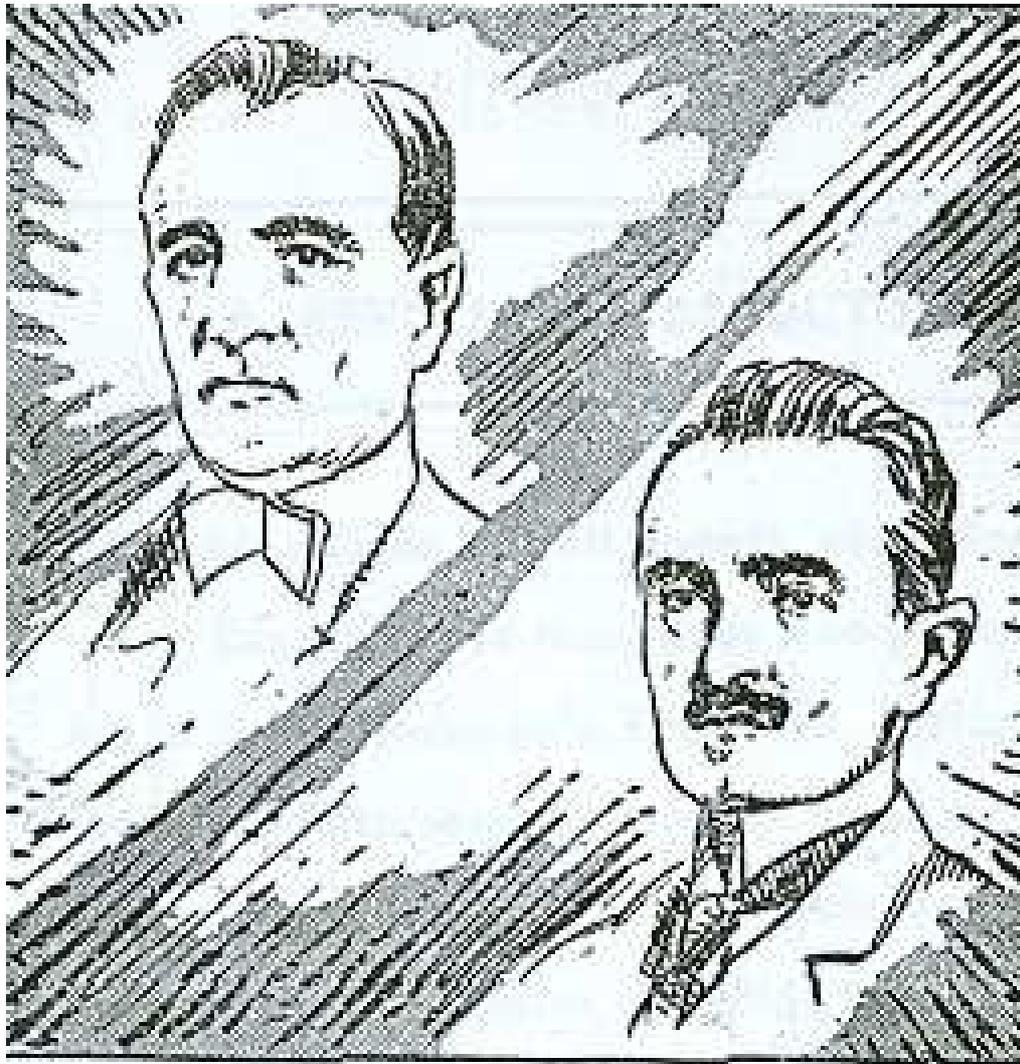
VARGAS, Getúlio Dornelles. **Getúlio Vargas: Diário** 1937-1942. PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral (Apresentação), SOARES, Leda (Edição) São Paulo : Siciliano; Rio de Janeiro ; FGV, 1995.

VERGARA, Moema de Rezende. A figura do viajante: as peregrinações de Flora Tristan. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, vol. 6, p. 39-52, [1998?]

VICTOR FILHO, Manoel. **Biografia de Monteiro Lobato**. São Paulo : Editora Brasiliense S.A., 1995.

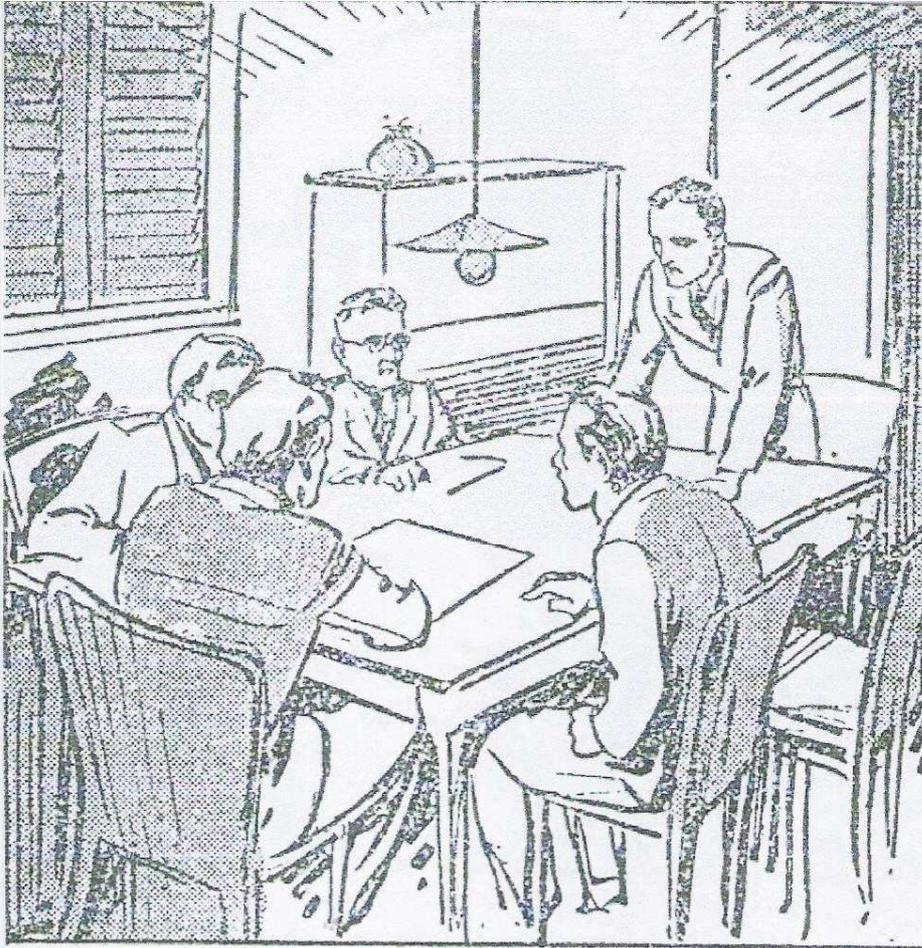
ANEXOS

Figura 01 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 37)



Os candidatos da Aliança Liberal:
Getúlio Vargas e João Pessoa

Figura 02 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 41)



... elementos civis e elementos militares coordenaram
pacientemente os seus recursos...

Figura 03 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 45)



O povo, nas ruas, comemorou festivamente a deposição do Governo de uma República que faltara...

Figura 04 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 77)



O Chefe do Governo Provisório passava, assim, pela vontade expressa dos representantes da Nação, a Presidente da República

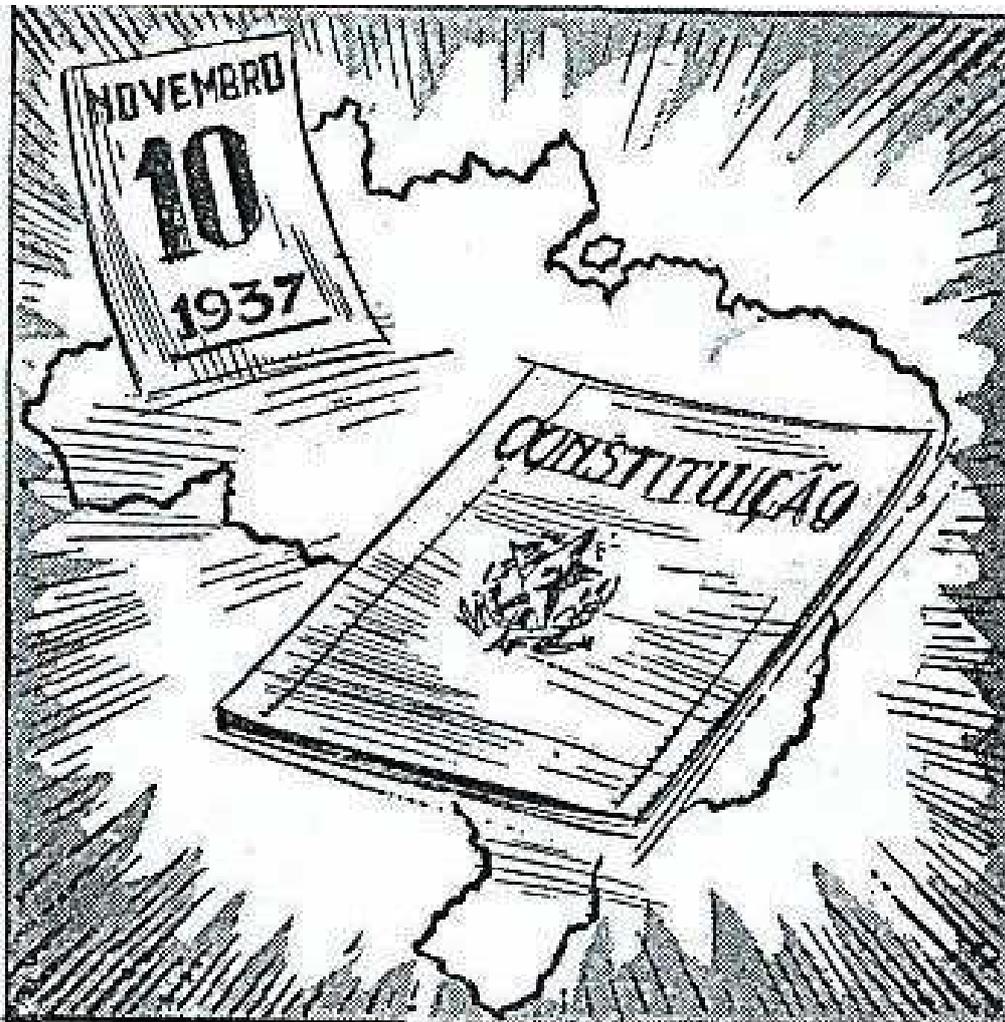
Figura 05 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 08)



Figura 06 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 02)



Figura 07 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 85)



...outorgou ao Povo Brasileiro uma nova Constituição, criando
nesse dia predestinado, o Estado Novo

Figura 08 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 55)



Em certas ocasiões trabalha doze horas por dia,
sem demonstrar cansaço...

Figura 09 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 01)



Figura 10 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 15)



...visando alguma coisa de prático, o menino Getulio iniciara uma criação de bicho da seda...

Figura 11 – “Brasileiros, ouvi!” (Capa)



Figura 12 – “Brasileiros, ouvi!” (Primeira contra-cap)



Figura 13 – “Brasileiros, ouvi!” (Segunda contra-cap)



Figura 14 – “Getúlio Vargas para crianças” (Capa)

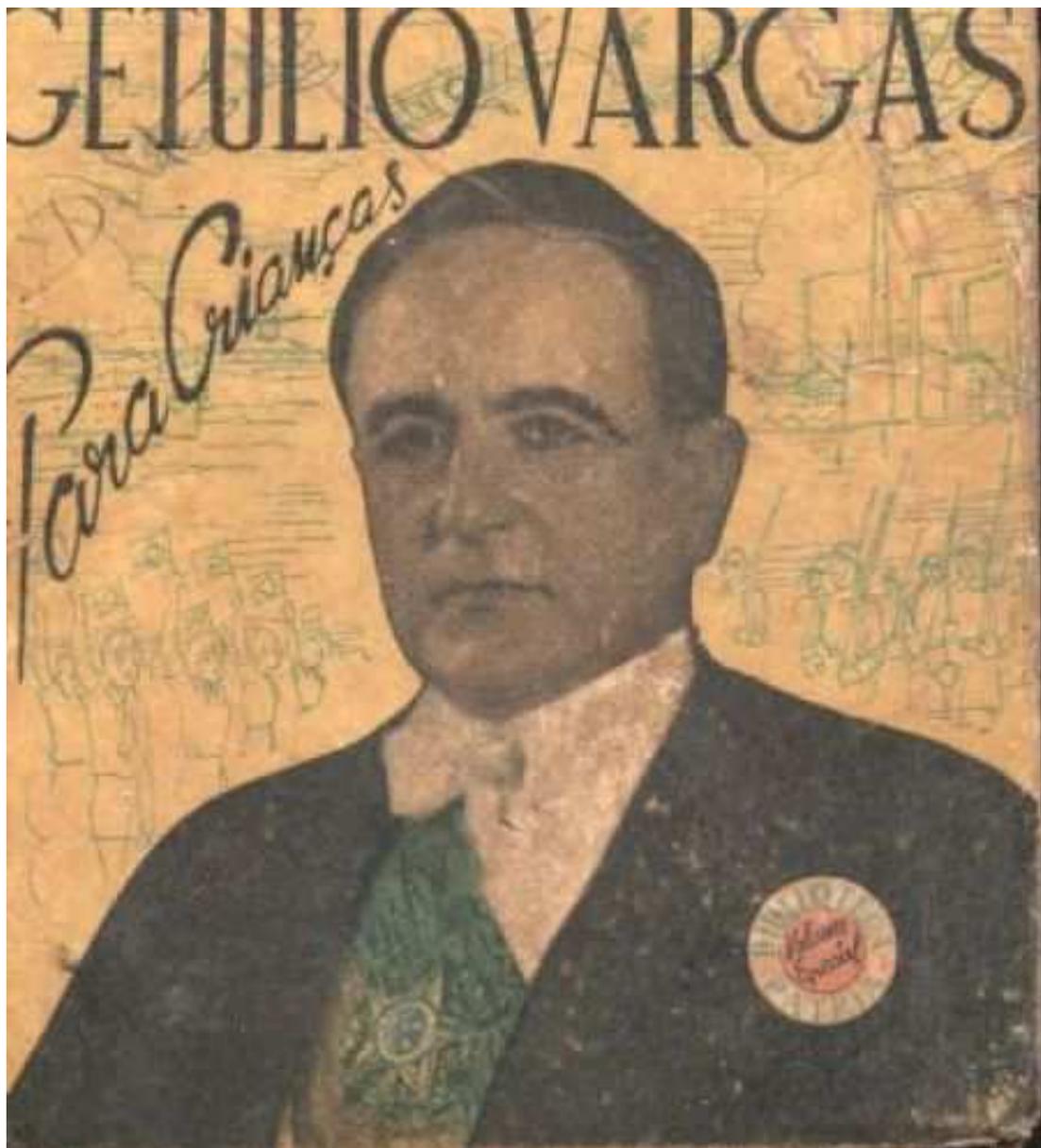


Figura 15 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 03)

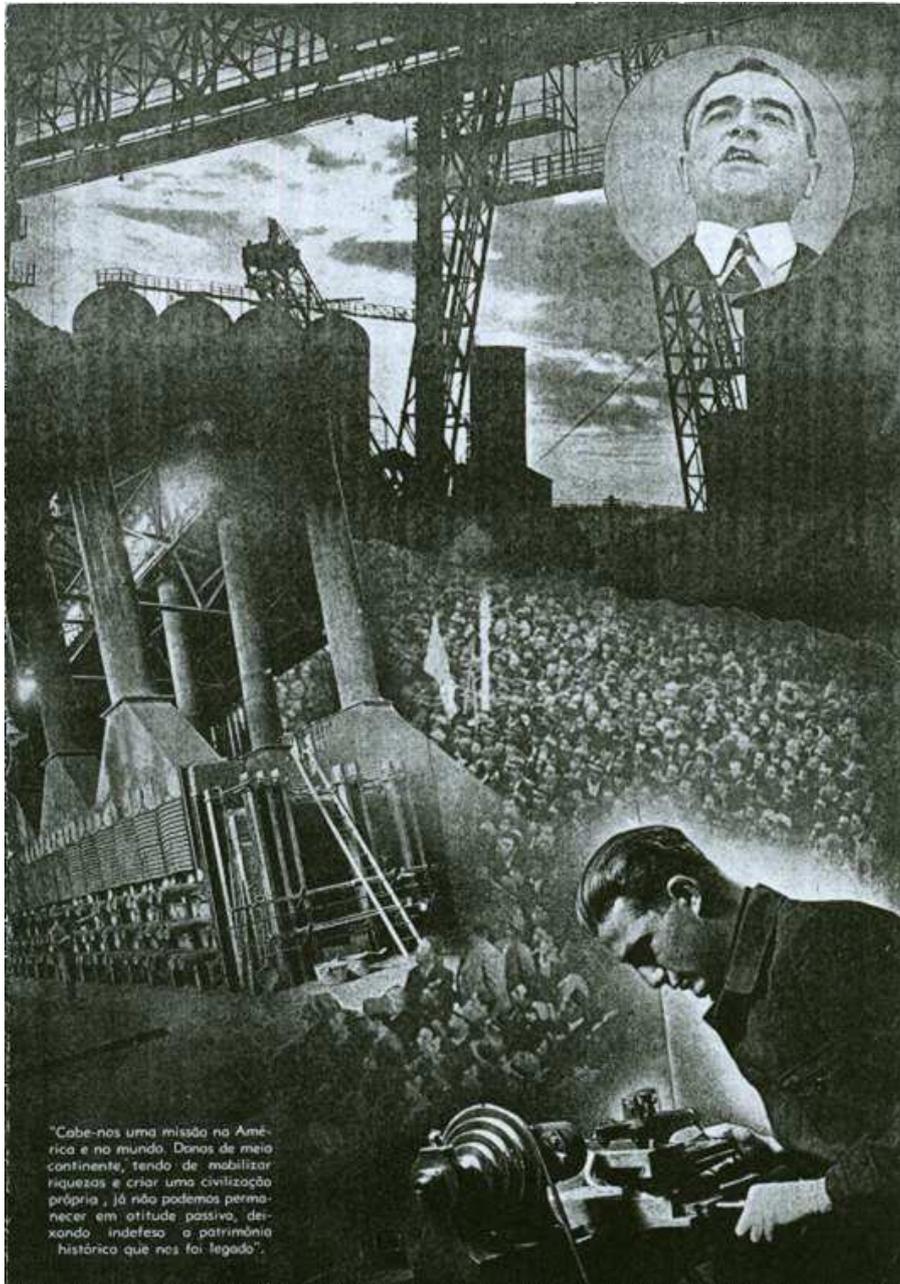


Figura 16 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 05)



Figura 17 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 81)

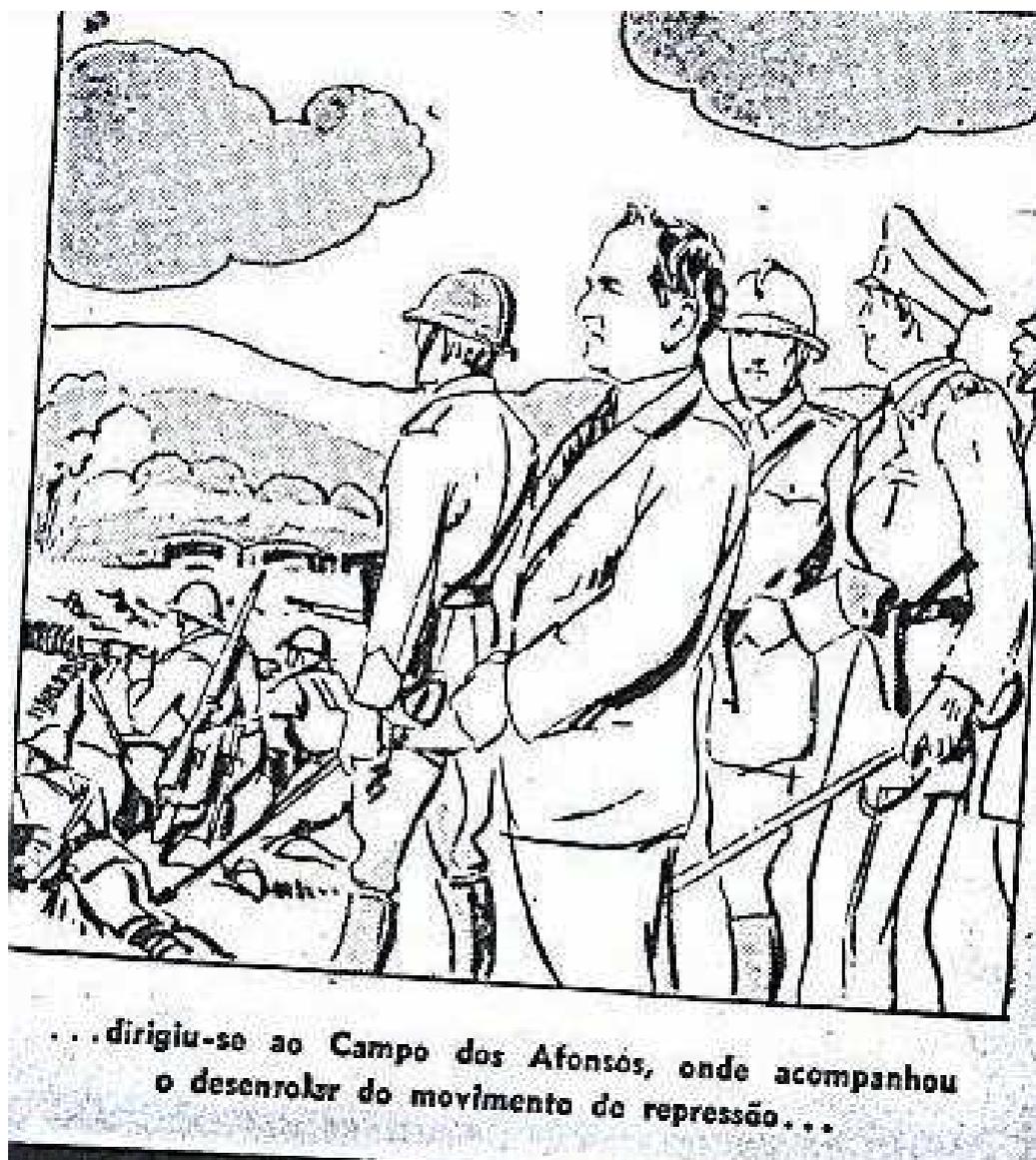


Figura 18 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 10)

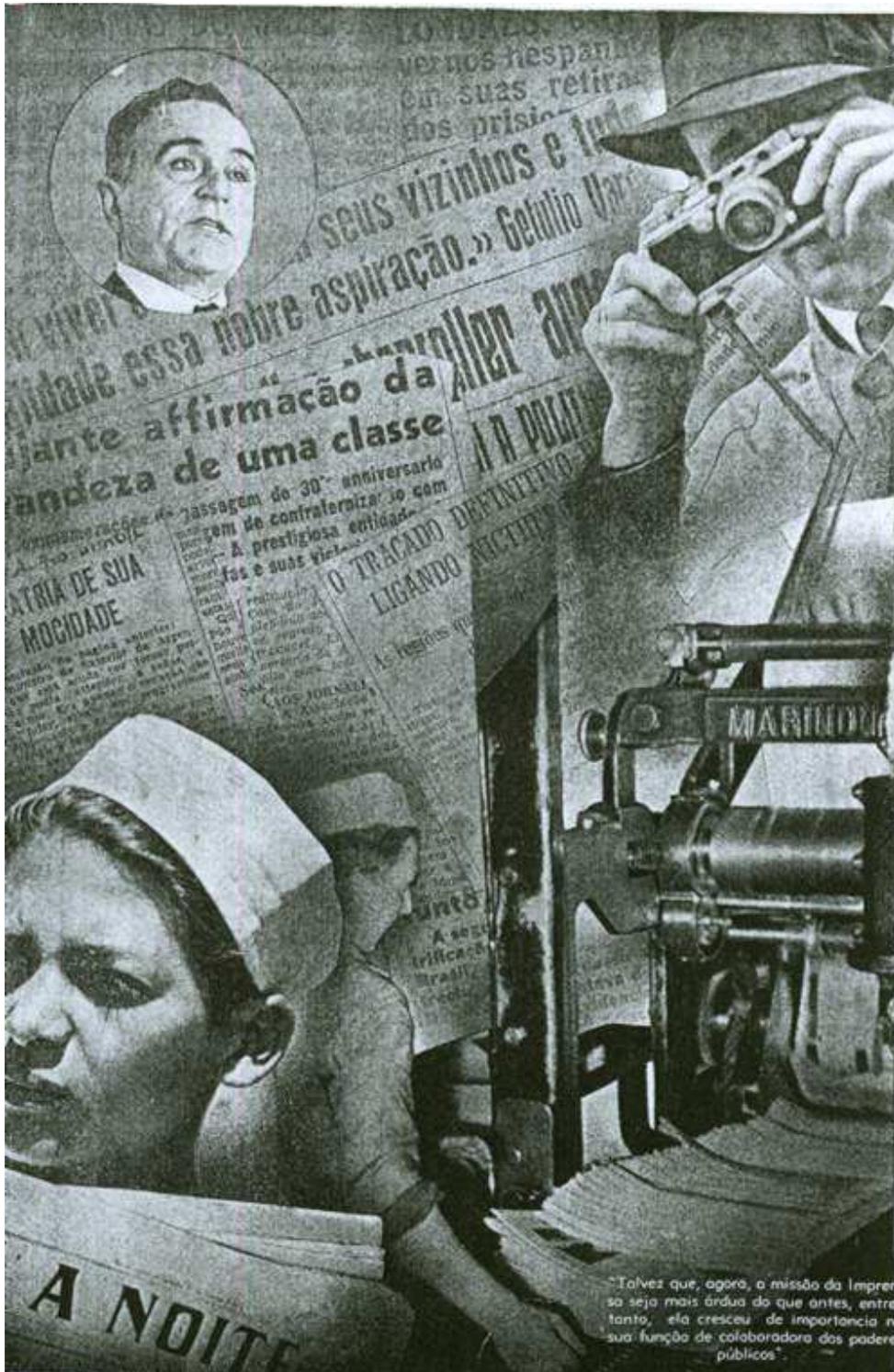
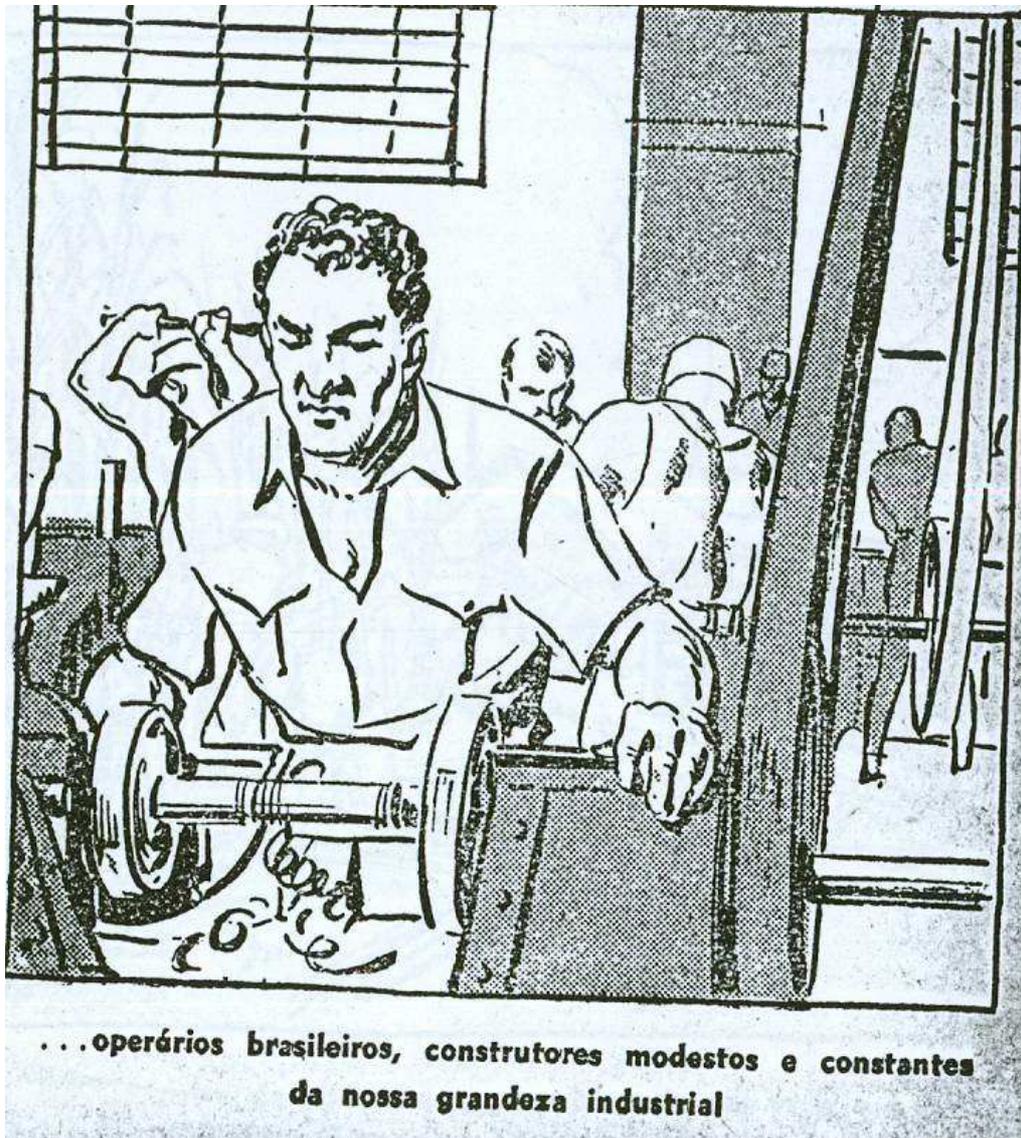


Figura 19 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 61)



**...operários brasileiros, construtores modestos e constantes
da nossa grandeza industrial**

Figura 20 – “Brasileiros, ouvi!” (p. 09)



Figura 21 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 69)

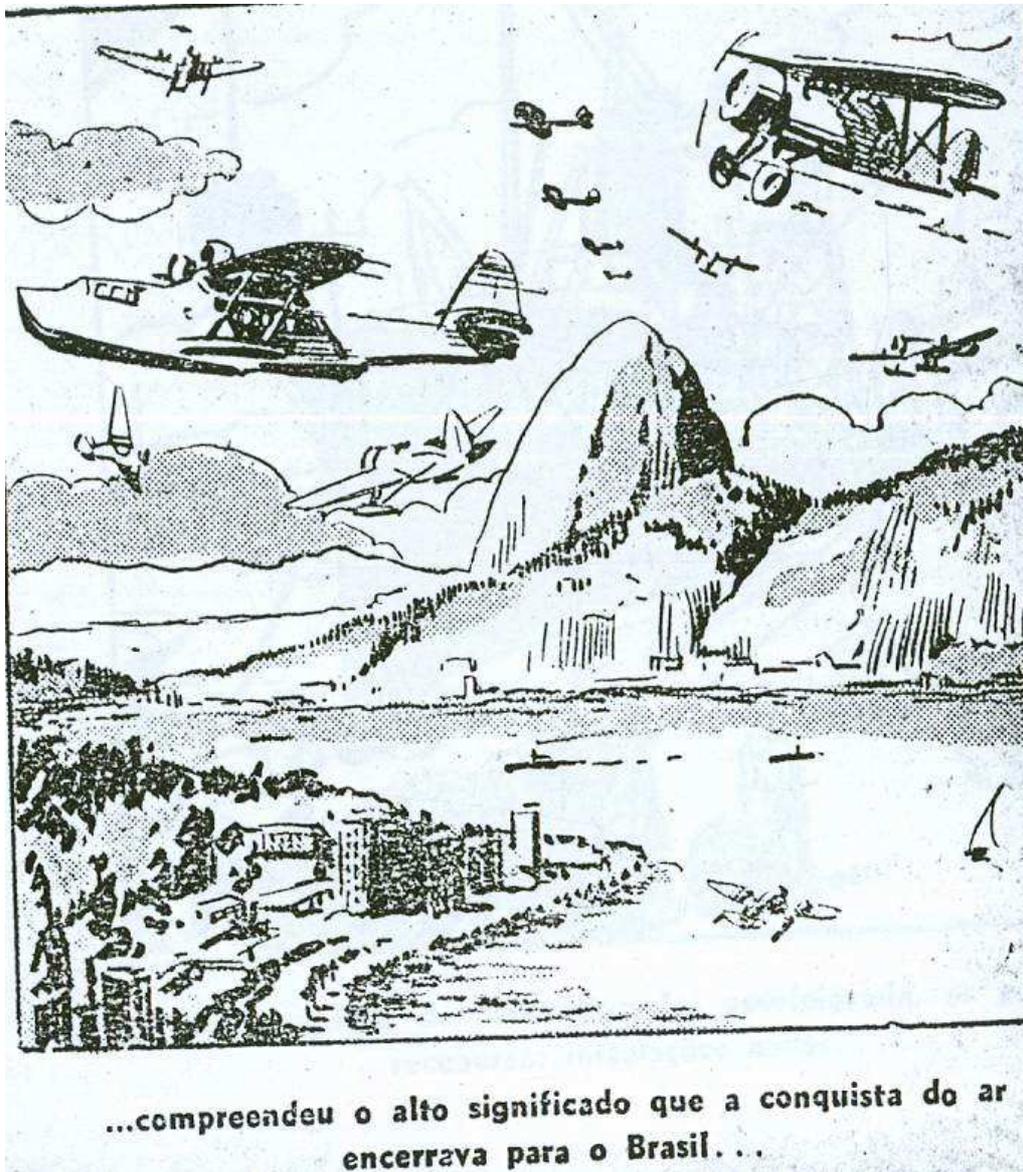
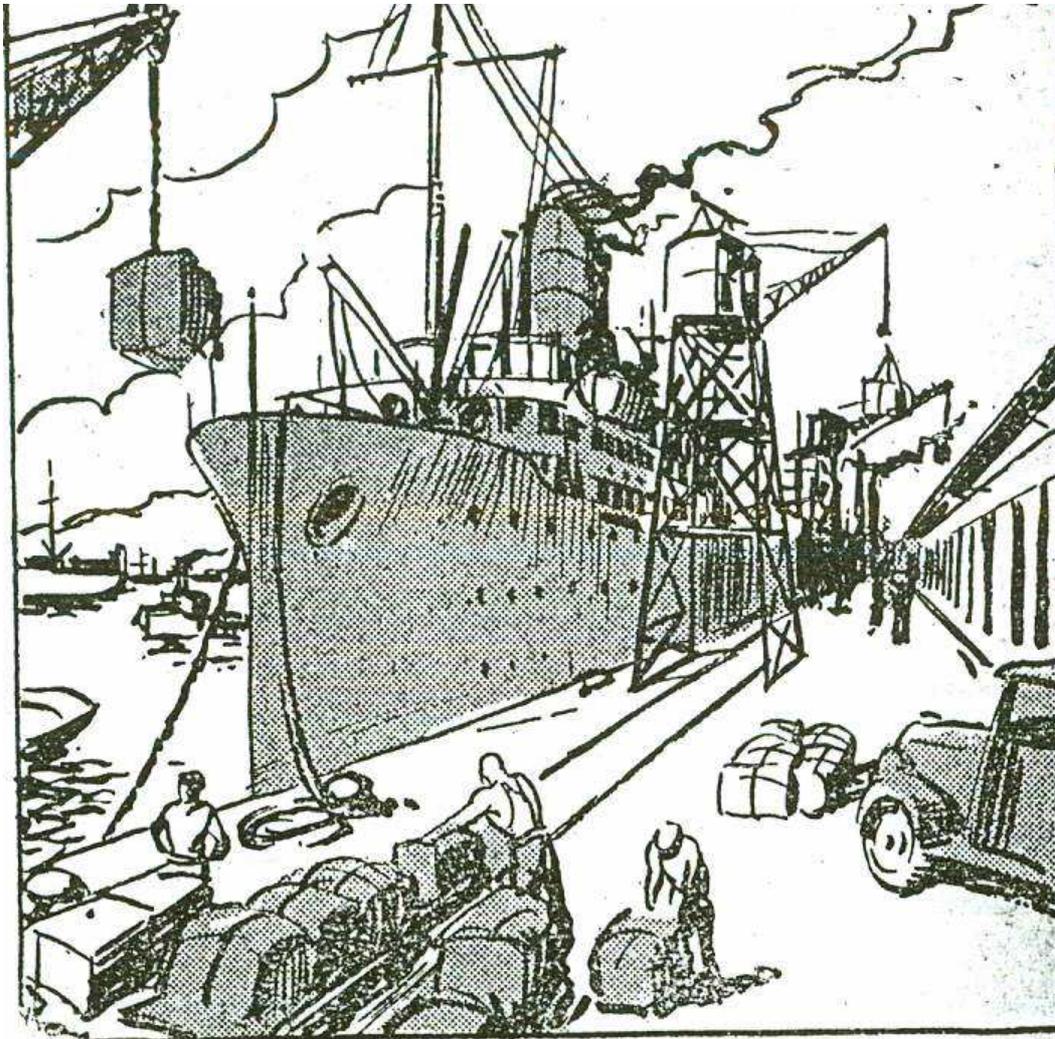


Figura 22 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 71)



A navegação de cabotagem foi aperfeiçoada, os portos receberam instalações novas...

Figura 23 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 97)

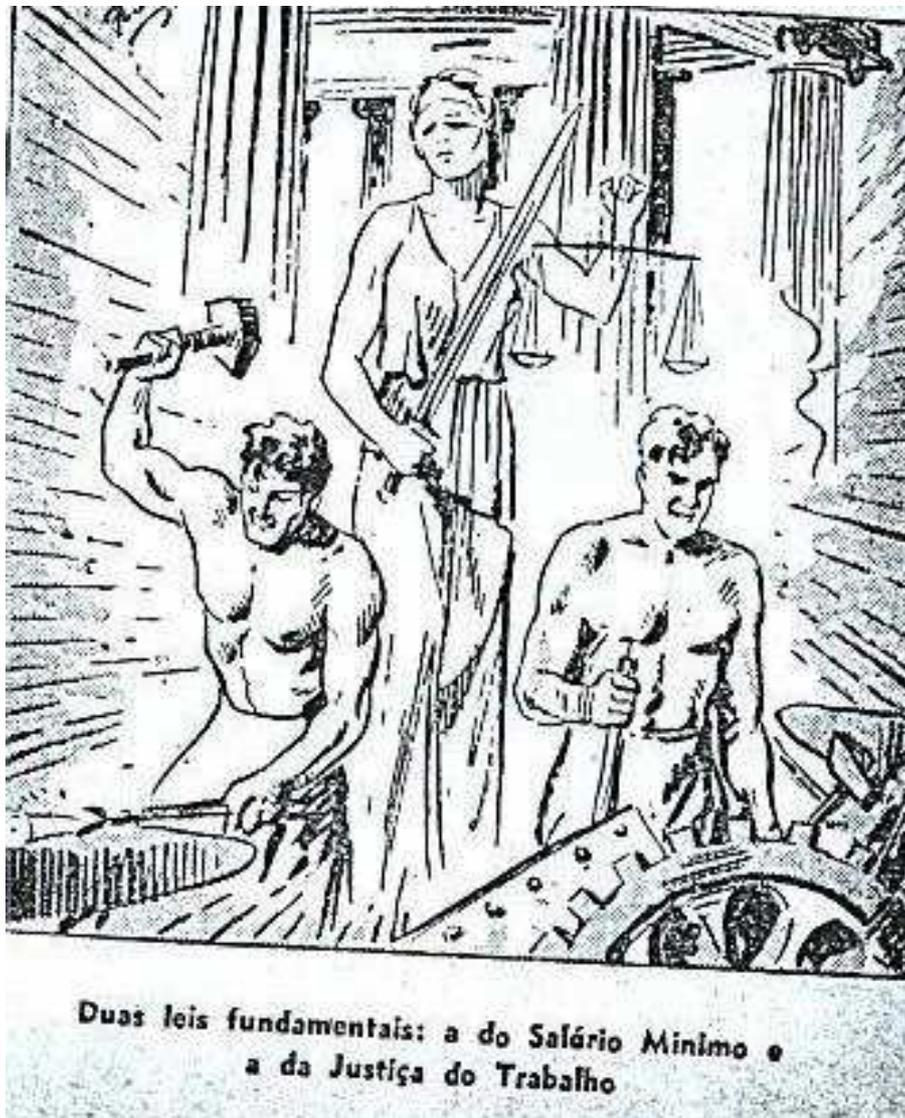


Figura 24 – “Getúlio Vargas para crianças” (p. 91)



facultou a todos os brasileiros o acesso aos cargos da administração
instituindo o regime de concursos...

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)